Universidade Federal de Sergipe
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em
Psicologia Social Mestrado em Psicologia Social

LUCAS TEIXEIRA COSTA

BIOPOLÍTICA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Problematizando o exercício do operador institucional

São Cristóvão
2016

LUCAS TEIXEIRA COSTA

BIOPOLÍTICA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Problematizando o exercício do operador institucional

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Manoel C. Mendonça Cavalcante Filho

São Cristóvão
2016

FICHA CATALOGRÁFICA

C837b Costa, Lucas Teixeira.

Biopolítica e políticas públicas de Assistência Social: problematizando o exercício do operador institucional./ Lucas Teixeira Costa. – São Cristovão, 2016.

133f.

Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade Federal de Sergipe. Centro de Educação e Ciências Humanas.

Orientador: Prof.º Dr.º Manoel C. Mendonça Cavalcante Filho.

Bibliotecária: Rosana Cristina de Souza Barretto - CRB: 5/902

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

npps ufs

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Aos trinta e um dias do mês de agosto de dois mil e dezesseis, reuniram-se ás 10h:00m na sala de aula do PPGPS , Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, os professores membros da Comissão Examinadora Prof. Dr. Manoel Carlos Cavalcanti De Mendonca Filho (Orientador – UFS), Profa. Dra. Sandra Raquel Santos De Oliveira (Examinador Interno - UFS), Prof. Dr. Frederico Leão Pinheiro (Examinador Externo ao programa – UFS), para avaliar o trabalho intitulado **"Governamentalidade e Políticas Públicas de Assistência Social: Problematizando práticas no exercício de operador institucional.. "** do mestrando **LUCAS TEIXEIRA COSTA.** O Orientador, assumindo os trabalhos na qualidade de Presidente, passou a palavra ao candidato, para que ele expusesse sua Dissertação, informando que o mesmo dispunha de 30 (trinta) minutos para a apresentação, que cada examinador iria dispor de 20 (vinte) minutos para fazer arguições e que o candidato gozaria de 20 (vinte) minutos para responder aos questionamentos. Terminada a exposição do candidato, o Presidente passou a palavra aos membros da Comissão Julgadora, que iniciaram a arguição. Terminada a arguição, o candidato retirou-se do Auditório para que os membros da Comissão Julgadora atribuíssem-lhe as notas. Logo em seguida, o Presidente anunciou que o candidato foi considerado Aprovado a partir da avaliação realizada pelos membros da Comissão Julgadora o presidente proclamou o candidato **MESTRE EM PSICOLOGIA SOCIAL**, devendo este resultado ser homologado pela Comissão da Coordenação de Pós-Graduação. Em seguida, o Presidente agradeceu aos membros da Comissão Julgadora e aos presentes e encerrou a sessão. Nada mais havendo a tratar, foi lavrado o presente Ata que vai assinada pelos membros da Comissão Julgadora. Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, 31 de agosto de 2016.

Prof. Dr. Manoel Carlos C. De Mendonca F.
Orientador – UFS

Sandra Raquel S. de Oliveira

Profa. Dra. Sandra Raquel Santos De O.
Examinador Interno - UFS

Prof. Dr. Frederico Leão Pinheiro
Examinador Externo ao Programa - UFS

Lucas Teixeira Costa

LUCAS TEIXEIRA COSTA
Candidato

COMISSÃO JULGADORA

Defesa do discente LUCAS TEIXEIRA COSTA, intitulada "Biopolítica e Políticas Públicas de Assistência Social: problematizando o exercício do operador institucional", realizada em ___/____/___pela Banca Examinadora constituída pelos Professores Doutores:

_____

Prof. Dr. Manoel C. Mendonça Cavalcante Filho (orientador)

_____

Profª. Drª. Sandra Raquel Santos de Oliveira (examinadora)

_____

Prof. Dr. Frederico Leão Pinheiro (examinador)

AGRADECIMENTOS

À minha mãe que sempre foi a grande incentivadora de minhas potencialidades, desde o momento da seleção, impulsionando-me a atravessar todas as etapas desde projeto. Sua força, amor e perseverança serão sempre inspiradoras.

Ao meu pai que me ensinou com sua sabedoria a sempre praticar o exercício de empatia, através de sua simplicidade e generosidade.

À Luiza que com seu cuidado, amor e benevolência contribuiu para construção dos alicerces fundamentais deste projeto.

À minha querida irmã que nos momentos mais difíceis segurou a barra comigo e me ajudou (mesmo sem saber) através de seus questionamentos racionais a construir algumas problematizações importantes desta pesquisa. Valeu Maninha.

Aos meus amados sobrinhos pelos incansáveis sorrisos, abraços e amor incondicional.

Às minhas tias e primas aqui representados por Lyginha, Monize e Camila por sempre se fazerem presente em todas etapas da minha vida.

Aos meus parceiros de Mestrado, Dani, Karen, Aline, Gabriel, Marla e Camila. Parceiros das lamentações, frustações, dificuldades, mas com certeza de vitórias e alívios.

Ao meu orientador Manoel Mendonça, que durante esses anos cuidou de estremecer algumas estruturas “inabaláveis”. Sua ousadia e capacidade intelectiva são inspiradoras. Muito obrigado pela compreensão e parceria.

À galera do GEPEC, alunos de graduação, professores e mestrandos - Marcelo, Sandra, Dani, Fred, Wilson, Aline, Grazi... - que nas discussões textuais e da vida contribuíram para desmontar tantas certezas.

Aos meus amigos de longa data aqui representados por Leilane, Nildo, Igo, Gisele, Luane, Gabi, Thianne, Kauam, Vanderlon, João Lopes, Suze, Libânio, Erika e Zé Raiumundo. Obrigado por me auxiliarem nesta jornada sempre me apoiando e incentivando.

À minha amiga Priscila que nessa reta final se mostrou tão prestativa e paciente em ouvir, discutir e pontuar tantos questionamentos e orientações singulares, apontando as arestas das áridas e questionáveis regras metodológicas. Muito obrigado, B.

Aos meus colegas de trabalho de Glória, especialmente minha grande amiga Vânia, pela doce paciência e ternura.

Ao grande amigo Robson, que me ouviu por horas a fio discutir cada item deste texto. Minha profunda admiração por seu talento, companheirismo e solidariedade.

Um agradecimento especial e saudoso à Leví Marques, que deixou sua marca neste texto ainda em estágio embrionário no período da pré-qualificação e por todas as discussões calorosas nos diversos encontros (GEPEC, Estágio Docência...).

Pouco a pouco conservada pela memória, é a cadeia de todas as impressões inexatas, onde nada resta do que realmente sentimos, que constitui para nós nosso pensamento, nossa vida, a realidade, e é essa falsidade a reproduzida pela arte dita "vivida", simples como a vida, sem beleza, duplo emprego do que veem nossos olhos e verifica nossa inteligência, tão fastidioso e vão que indagamos onde encontra quem a cultiva a flama alegre e motora capaz de animá-lo, de fazê-lo prosseguir na tarefa. A grandeza da verdadeira arte, da que Norpois tacharia de jogo de diletante, consiste ao contrário em captar, fixar, revelar-nos a realidade longe da qual vivemos, da qual nos afastamos cada vez mais à medida que aumentam a espessura e a impermeabilidade das noções convencionais que se lhe substituem, essa realidade que corremos o risco de morrer sem conhecer, e é apenas nossa vida.

Marcel Proust

RESUMO

Neste estudo pretende-se repensar os discursos hegemônicos no âmbito das políticas emergenciais do capitalismo – ligadas a assistência social nos últimos 30 anos de governo democrático - afinal são essas práticas que ao serem deslocadas de um compromisso efetivo com o atendimento as pessoas, que produzem ao invés da promoção dos direitos humanos, um exercício de vigilância do ordenamento legal através de uma série de saberes-práticas pautadas no controle estatístico das populações e prevenção de riscos socais. Dessa forma, será possível problematizar as práticas desenvolvidas no contemporâneo, que em nome da promoção de direitos humanos, dentro de um sistema de políticas públicas da assistência social, legitimam, através do ofício da Psicologia, práticas de saber/poder que efetivam o papel do ordenamento legal como controlador dos corpos e da população, portanto, no papel do exercício de uma biopolitica. Assim, a análise dessa problemática será realizada por cenários que serão descritos através de recortes extraídos de diários de campo e discutidos através de ferramentas da análise institucional francesa. Tais recortes possibilitaram repensar as possíveis acomodações, imobilidades, inquietudes e resistências que ocorriam no contato com as pessoas atendidas no Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS). Nesse sentido, as obras de Michel Foucault e René Lourau surgem como importante arcabouço teórico para problematizar essas questões que tangem o dia-a-dia da instituição. Noções como governamentalidade, biopolitíca e implicação desenvolvidas em importantes obras destes autores tem servido para uma leitura crítica da prática institucional e seus modos de operacionalização sobre as pessoas e seus modos de subjetivação.

Palavras-chave**:** Governamentalidade; Biopolítica; Análise Institucional e Política Pública de assistência social

ABSTRACT

This study aims to rethink the hegemonic speeches within capitalism emergency policies - linked to social assistance in the past 30 years of democratic government - hence these are the practices that when displaced from an effective commitment of aiding people that produce, instead of the promotion of the Human Rights, an exercise of monitoring of the legal order through a wide range of population statistical control and social risks prevention guided knowledge-practices. Thus, it is intended to discuss the practices developed in the contemporary, that on the behalf of the Human Rights promotion within a social aid public policies system, legitimate practices of knowledge/power to actualize the legal order as the controller of the bodies and population, including through the profession of psychology. Thus, the analysis of this problem will be performed by scenarios that are described by excerpts taken from field jornals and discussed by the French institutional analysis tools. Such cut-outs allowed rethink the possible accommodations, immobilities, concerns, resistances that occurred in contact with people assisted in the Specialized Reference Center for Social Assistance (CREAS). In this sense, the works of Michel Foucault and René Lourau emerge as an important theoretical framework to discuss the issues that concern the day-by-day operations. Notions such as governability, biopolitics, and implication developed in important works of these authors has served for a critical reading of the institutional practice and its modus operandi upon the individuals and their subjection modes.

Keywords: Governmentality; Biopolitics; Institutional analysis and Public policy of social assistance.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPS	Centro De Atenção Psicossocial
CRAS	Centro De Referência De Assistência Social
CREAS	Centro De Referência Especializado Em Assistência Social
CFP	Conselho Federal De Psicologia
ECA	Estatuto Da Criança E Adolescente
ENEM	Exame Nacional Do Ensino Médio
GEPEC	Grupo De Estudos E Pesquisas Sobre Exclusão, Cidadania E Direitos Humanos
LA	Liberdade Assistida
LOAS	Lei Orgânica De Assistência Social
PAEFI	Serviço De Proteção E Atendimento Especializado À Famílias E Indivíduos
PAIF	Serviço De Atendimento E Proteção Integral À Família
PIA	Plano Individual De Atendimento
PNAS	Política Nacional De Assistência Social
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PSC	Prestação De Serviço À Comunidade
PSF	Programa De Saúde Da Família
SEMAS	Secretaria Municipal De Assistência Social
SGD	Sistema De Garantia De Direitos Humanos
SINASE	Sistema Nacional de Medida Socioeducativa
SUS	Sistema Único De Saúde
SUAS	Sistema Único De Assistência Social
UERJ	Universidade Estadual Do Rio De Janeiro

SUMÁRIO

CATÍTULO 1: POLÍTICAS DA ASSISTÊNCIA COMO DISPOSITIVO DE CONTROLE ESTATAL 12

1.1 Políticas públicas socioassistenciais como estratégia de governança 17

1.2 Bem vindo ao protocolo 21

1.3 Revivendo o eterno malandro 29

CAPÍTULO 2: É INÚTIL ESPERAR.....38

2.1 O método anarquista e a escrita indisciplinada.....40

CAPÍTULO 3: SOBRE A GENEALOGIA DOS PODERES EM UMA SOCIEDADE QUE CLAMA POR “CUIDADOS” 59

3.1 A proteção especial, disciplinamento dos corpos e governamento das condutas 71

3.2 Negligência: aparato policialesco da criminalização da pobreza 87

3.3 Desprendendo-se da responsabilidade fiscal.....101

3.4 Disciplina, adolescente transgressor e risco social 104

CONFIGURAÇÕES POLÍTICAS EM TEMPO DE ELEIÇÃO NA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....120

REFERÊNCIAS.....127

CATÍTULO 1

POLÍTICAS DA ASSISTÊNCIA COMO DISPOSITIVO DE CONTROLE ESTATAL

> Pode-se interpretar o advento do Estado social como a introdução de um terceiro entre os poetas da moralização do povo e os partidos de lutas de classes. Uns e outros instalam-se em posições simétricas: mansidão das pessoas de bem em relação aos miseráveis de um lado; de outro lado, luta dos explorados contra os exploradores. Posições simétricas porque não há nada de comum a um e a outro, nada de negociável entre um e outro. (CASTEL, 1998, p. 345)

Castel (1998) e Foucault (2004) narram o nascimento do Estado Social, aquele que surge no início do séc. XIX e que traz em suas estratégias de governança a preocupação com o "cuidado" da população. O crescimento industrial e consequente crescimento demográfico modificou a configuração das cidades europeias e cabe agora ao Estado pensar em como remodelar as novas demandas do social, a saber, de uma população que surge através da luta de classes entre o proletariado e a burguesia. Dentre estas demandas há uma preocupação que segundo Castel (1998), está no cerne do desenvolvimento das políticas assistenciais, o surgimento dos supranumários, parcela da população composta por necessitados, indigentes, inaptos, carentes e indesejáveis que não possuíam nenhum lugar determinado na estrutura social no que diz respeito a um sistema de distribuição de posições determinadas. O Estado, vai a partir deste ponto, construir uma série de mecanismos de controle sobre a vida da população que vai tentar resolver estes problemas modernos ora tentando fortalecer a ordem social ora tentando lidar com a sua turbulência externa, suas tensões e limites.

É nesta fronteira do social onde surgem estes sujeitos que precisam ser assistidos pelo Estado. Foucault (2004) transcreve que com o surgimento das nações Estado não existe mais uma preocupação com a manutenção do poder soberano através de práticas como o suplício. A era moderna inaugura uma nova modalidade de governar, pautada em uma regulamentação de regimes de verdade, onde uma série de saberes e práticas surgem para efetivar o assujeitamento da população a partir de técnicas sutis de docilização da vida e suas particularidades (corpos, gestos, modos de vida...) que proclamam o prolongamento da existência da espécie humana. Para o autor, a medicina e a estatística se tornam saberes

imprescindíveis para a concretização da biopolítica. Esta nova razão do Estado, onde a verdade se torna instrumento político, se dá através do estado de polícia, estado este que é fundamentalmente administrativo e tem finalidades específicas: é preciso governar de forma eficaz e útil para poupar gastos desnecessários. Isto significa inferir que o Estado não vai adotar qualquer medida administrativa, mas somente aquelas que lhes trouxerem resultados e que acima de tudo, seja útil. O Estado escolhe seu alvo, como modelá-lo segundo suas exigências, e qual efeito se quer produzir com suas estratégias.

Juntamente com a decadência dos impérios e o surgimento de uma Europa unificada que é contemporânea a este novo modo de governar, a economia política emerge como instrumento de operacionalização de governo e neste sentido o social, este setor nebuloso, torna-se objeto de inúmeras intervenções. Donzelot (1980) em sua obra intitulada A polícia das famílias descreve o nascimento do social. Social na perspectiva do autor não pode ser confundido com uma instituição jurídica (apesar de possuir desdobramentos desta função), nem tampouco corresponde ao setor administrativo. Social é uma instância que emerge no séc. XVIII-XIX, que possui em seus contornos tensões entre o público e o privado, entre a justiça e outros saberes (como a Medicina), entre a moral dos costumes e a ordem patriarcal. Entretanto, ele analisa o social através do prisma da família, objeto de intervenção também do Estado, que tem sua estrutura reformulada e tensionada através de entrecruzamento destes dispositivos.

O Brasil, assim como grande parte dos países considerados emergentes, assistiu nas últimas décadas uma forte adesão do Estado em relação ao controle social através da instalação de diversas políticas públicas. No entanto, mesmo antes da Constituição de 1988 é possível observar a “preocupação” com a parcela da população que não se enquadrava na produção econômica. Nos anos seguintes a constituição de 1988, novas normativas e leis surgem como o objetivo de substituir paulatinamente a antiga caridade que era realizada pelas Igrejas em estratégia do Estado e política de governo, como a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) em 1993 e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005. É através destas prerrogativas jurídicas que surgem os equipamentos como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e CREAS, que são implantados de acordo com a demanda de cada região.

Fazer a análise sócio histórica da formação do atual setor social dispõe, portanto, de uma grande força, que possibilita romper com a perspectiva naturalizadora da formação desse setor. No que concebe a distribuição dos dispositivos biopolíticos, dos quais os equipamentos da assistência social estão inclusos, a biopolítica fomenta uma ampliação de uma potência de poder que nega a multiplicidade do mundo, fabricando indivíduos[1] serializados, úteis e capazes de produzir mais e melhor (FOUCAULT, 2008; GUATTARI, ROLNIK, 1996). É, portanto, através da biopolítica, que o Estado passa a investir sobre a espécie humana, através da linguagem, dos afetos, desejos e sexualidade. A emergência da população[2] e a destruição dos modos de sociabilidade são dois aspectos que correspondem a nova maquinaria, ou seja, são processos fundamentais da biopolítica. Foucault (2008) já mencionava este aspecto ao se referir a escassez alimentar na Europa: "A escassez alimentar é o tipo de acontecimento que todo governante (...) quer evitar. (...) pois pode provocar revolta na população". (FOUCAULT, 2008, p.41). Ocorre que, a revolta sempre é perigosa, eis que pode despertar no povo resistência ao poder coercitivo. É a partir dessa lógica que as políticas públicas de assistencialismo se tornam uma ferramenta de governo para amortecer as revoltas populares.

Dessa forma, pensar sobre o crescimento das políticas públicas de assistência social, de sua abrangência, do quantitativo de seus equipamentos, e, sobretudo, de sua potência enquanto biopolítica, é fundamental para compreender seu alcance e controle em relação a população. Tendo em vista que tais políticas visam atender às expectativas do mercado neoliberal e com a necessidade de inserção cada vez maior das pessoas atendidas pelos diversos serviços destas políticas, é visível um exercício de práticas de urgências, formando um espaço de esvaziamento político, a saber, práticas que visam a resolutividade imediata das situações, sem dar conta das dimensões sócio-político-históricas, que tanto

[1] Existe um cuidado nesta pesquisa em não utilizar noções como indivíduo e sujeito, pois a preocupação da análise proposta é com as pessoas e suas relações com o social, porém a palavra indivíduo é mantida neste trecho somente em respeito a própria nomenclatura utilizada por Guattari & Rolnik (1996).

[2] População vai se tornar a preocupação das tecnologias de governo na Era Moderna para dar conta ao alto contingente de indivíduos, porém cabe demarcar que o povo (que não está submetido a lógica de controle, disciplina e segurança) significa o conjunto de pessoas que podem resistir às práticas de governo pautadas no biopoder, portanto, o povo não deixa de existir, mas a população se torna alvo dos fenômenos de regularidade e dos objetivos últimos do governo: "melhorar as condições da população, aumentar suas riquezas, sua duração de vida, sua saúde..." (FOUCAULT, 2007).

preconizam as portarias e normativas que norteiam o trabalho na política da assistência social.

Nesse contexto, a proposta da análise institucional desenvolvida por Rene Lourau (1975), em oposição a uma visão positivista que entende o pesquisador em seu papel neutro na pesquisa, serve como ferramenta para colocar em análise o(s) lugar(es) que naturaliza(m) as práticas de saber-poder, as quais a Psicologia legitima em seu ofício. A análise de implicação elucida no campo de análise "sentimentos, percepções, ações, acontecimentos até então considerados estranhos..." (COIMBRA, 2007, p.27).

Portanto, neste trabalho pretende-se repensar os discursos hegemônicos no âmbito das políticas emergenciais do capitalismo – ligadas a assistência social nos últimos 30 anos de governo democrático - afinal são essas práticas que, ao serem deslocadas de um compromisso efetivo com o atendimento as pessoas, produzem, ao invés da promoção dos direitos humanos, um exercício de vigilância do ordenamento legal através de uma série de saberes-práticas pautadas no controle estatístico das populações e prevenção de riscos socais. Dessa forma, será possível problematizar as práticas desenvolvidas no contemporâneo, que em nome da promoção de direitos humanos, dentro de um sistema de políticas públicas da assistência social, legitimam, através do ofício da Psicologia, práticas de saber/poder que efetivam o papel do Estado como controlador dos corpos e da população, portanto, no papel do exercício de uma biopolítica.

A análise dessa problemática será realizada pela Análise Institucional francesa como uma possibilidade, entre outras, de romper com uma noção de método pautado na visão do positivismo científico (FEYREBEND, 1977; LOURAU, 1993; BAREMBLITT, 2002), contendo recortes extraídos de diários de campo. Tais recortes possibilitaram repensar as possíveis acomodações, imobilidades, inquietudes, resistências que ocorriam no contato com as pessoas atendidas no CREAS.

Guattari, Rolnik (1996) no texto Subjetividade e História trazem a contextualização histórica de como as máquinas de produção de subjetividade, no séc. XIX e XX passam a fazer parte do sistema capitalista, ao ponto de estarem imersas em todas as atividades humanas, articulando-se com o tecido urbano e exercendo sobre os corpos dos indivíduos processos de individualização. Portanto, as tecnologias de segurança estão para o que os autores chamam de produção

capitalística, a saber**,** um processo de fabricação de indivíduos de uma população para fins de produção de subjetividades maquínicas.

É importante destacar que os questionamentos levantados nesta pesquisa não se limitam ao espaço onde a função de psicólogo/técnico (CREAS) é exercida, porém foi este papel que possibilitou o acesso ao funcionamento da política de assistência social, e que, portanto, permitiu observar no espaço instituído (Rene Lourau, 1993) "não somente uma produção de subjetividade individuada – mas uma produção de subjetividade social" (GUATTARI & ROLNIK, 1996, p. 16). Nesse sentido, as obras de Michel Foucault e Lourau surgem como importante arcabouço teórico para problematizar estas questões que tangem o dia-a-dia da instituição. Noções como governamentalidade, biopolítica e implicação desenvolvidas em importantes obras destes autores, têm servido para uma leitura crítica da prática institucional e seus modos de operacionalização sobre as pessoas e seus modos de sujeição.

1.1 – POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIOASSISTENCIAIS COMO ESTRATÉGIA DE GOVERNANÇA

> [...] a ideia de que um lugar de poder instituído, como o aparelho de Estado, funciona segundo certas lógicas, e que "ocupá-lo" é, na maior parte das vezes, servi-lo na condição de operador de seus dispositivos e, nesta condição, o operador não muda a máquina, ele a faz funcionar. Experimentando a impossibilidade de transformar o funcionamento das máquinas estatais capitalísticas, mantém-se a crença na possibilidade de reformas através de intervenções nas formulações e implementações de políticas públicas vinculadas ao Estado. Estas "Ilusões Re" encontram-se hoje presentes em muitas áreas de intervenção: no campo da educação, saúde, justiça, etc. (COIMBRA; MENDONÇA FILHO; MONTEIRO, 2006)

.

Traçar um panorama histórico da genealogia das políticas assistencialistas no Brasil traz como desafio percorrer por acervos históricos e especialmente a análise enquanto ferramenta de operacionalização de política pública de Estado, da Constituição Federal de 1988. Como uma das premissas deste estudo é se distanciar dos discursos hegemônicos que são reproduzidos ao longo da história, a saber, a história dos "grandes homens" (reis, senhores, proprietários, dentre outros) - que tem como objetivo elencar uma série cronológica dos grandes feitos que

“marcaram” alguns momentos da história brasileira, a retomada dos dados históricos consiste somente como ponto de partida para compreensão do processo de implementação da governamentalidade enquanto estratégia do ordenamento legal no território brasileiro e as problematizações deste processo no que diz respeito às políticas públicas de assistência e seu funcionamento no contemporâneo.

O distanciamento que se pretende fazer da história como ciência (daquela que é reproduzida nos livros de história) diz respeito as grandes lacunas que a disciplina deixou ao narrar os fatos históricos a partir de uma perspectiva centralista do homem, respaldada em uma visão positivista que marcou este saber no decorrer de suas discussões sobre quais seriam seus objetos de estudo. Não se pretende, entretanto, negar a importância desses marcos históricos, mas salientar a importância de uma quebra nas narrativas, da elucidação de outros pontos de vista da historiografia, como sinalizado por Barros (2006):

> Quando se diz que “a História é o estudo do homem no tempo”, rompe-se com a ideia de que a História deve examinar apenas e necessariamente o Passado. O que ela estuda na verdade são as ações e transformações humanas (ou permanências) que se desenvolvem ou se estabelecem em um determinado período de tempo, mais longo ou mais curto. Tem-se aqui o estudo de certos processos que se referem à vida humana numa diacronia– isto é, no decurso de uma passagem pelo tempo – ou que se relacionam de outras maneiras, mas sempre muito intensamente, com uma ideia de ‘temporalidade’ que se torna central neste tipo de estudo (BARROS, 2006).

Portanto, a retomada histórica sobre a implementação das políticas assistencialistas não diz respeito a análise cronológica de alguns acontecimentos, mas as transformações que estes acontecimentos geraram e continuam gerando nas práticas assistencialistas. Dar-se-á, então, a análise não somente através da temporalidade, como também do espaço (seja ele histórico, geográfico ou político) como lugar privilegiado das transformações das vidas humanas.

No Brasil, o nascimento do assistencialismo enquanto prática está relacionado a ações de cunho religioso, político e filantrópico. Em meados do final do século XVIII e início do século XIX, quando o feudalismo começa a declinar como principal sistema de produção e a produção industrial gera um crescente processo de urbanização no país, começaram a surgir regiões com elevado índice populacional. Nesta época a igreja católica ainda detinha parte da riqueza do país e as propriedades ou estavam vinculadas a igreja ou pertenciam a grandes latifundiários. O percentual de pessoas desprovidas de acesso a bens aumentava, e começavam a

preocupar a burguesia. Era preciso dar alguma espécie de ajuda para remediar as mazelas sociais. Esta ajuda que na época do feudalismo era exclusividade da igreja, passa a se tornar aos poucos uma prática exercida pelo Estado (IAMAMOTO, 1983).

A partir de 1930, na era Vargas, o assistencialismo começa a se fortalecer como uma prática do Estado. Em 1936, inaugura-se o primeiro curso de Serviço Social no Estado de São Paulo, sendo este o pioneiro na instrução da profissão no Brasil. Entretanto, as práticas dessa nova disciplina eram realizadas por “mulheres da sociedade” e ainda tinham um cunho de caridade herdado pela igreja católica. Esta parece ser uma entre diversas sobreposições que ocorreram na história das políticas públicas socioassistenciais no Brasil. Em decorrência deste fato que se faz necessário ter cautela ao demonstrar o processo de instauração das políticas assistencialistas, para não incorrer no entendimento de que um certo modelo de assistência (caridade cristã) deixa de existir completamente e dar lugar a instrumentalização de uma profissão que vai assumir este papel de forma integral. Obviamente, não foi desta forma que ocorreu. Conforme o processo de industrialização foi sendo implementado no país, que teve seu ápice nas décadas de 1950 a 1960, tem-se uma crescente migração urbana o que irá exigir do Estado cada vez mais uma preocupação com as condições sociais, embora o principal objetivo dos governos da época fossem impulsionar a aceleração econômica.

Nos anos obscuros da ditadura militar (1964-1985), onde a liberdade de expressão e a luta por direitos sociais foram barrados pela truculenta ação policialesca e de confisco, houve tímidas medidas de governo em termos de política assistencialista. Tais medidas se resumiam em tentar amortecer o regime de opressão que as camadas populares sentiam na pele. Foi somente após a queda do governo ditatorial que surgiram diversos movimentos populares, a exemplo da reforma sanitária, que lutavam por mais direitos especialmente no campo da saúde, visto que durante muito tempo somente o contribuinte (empregados de carteira assinada) poderia ter acesso aos serviços de saúde. A realidade social era a exclusão da maior parte dos cidadãos desse direito.

Estes movimentos que surgiram como força reativa ao regime militar ocorreram simultaneamente ao processo de redemocratização do país, atingindo seu êxito no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988 e posteriormente no surgimento do Sistema Único de Saúde (SUS). Importante demarcar que os

movimentos sociais que ocorreram na ditadura militar constituíram importante focos de resistência ao totalitarismo de Estado:

> Os movimentos sociais deste período não são espontâneos, mas fazem parte de toda uma estratégia coletiva de resistência. É a luta por liberdades democráticas, pela conquista de espaços, de canais de abertura a expressões e valores diferentes dos impostos pelos porta-vozes do capitalismo internacional via ditadura militar. Embora marcados pela lógica da representação partidária, inauguram um outro modo de pensar e fazer política. Ao enfatizar o cotidiano, o pequeno, o invisível, o capilar, a política vai se expressando positivamente nesta dimensão microfísica que antes era desconsiderada pelos movimentos de resistência. No entanto, no processo é a dimensão macro, com seus lugares de poder estabelecidos pela lógica da representação partidária que vai sendo privilegiada: o da conquista de um lugar de poder que se acreditava estar localizado no Estado. (MONTEIRO & COIMBRA & MENDONÇA FILHO, 2006)

São marcos históricos como estes que mostram como o Estado foi paulatinamente desenvolvendo estratégias de controle e segurança e se fortalecendo como provedor da vida dos cidadãos, como mostra a definição clássica de Saúde Pública por Winslow (1920):

> A arte e a ciência de prevenir a doença, de prolongar a vida, promover a saúde e eficiência física e mental mediante o esforço organizado da comunidade. Abrangendo o saneamento do meio, o controle de infecções, a educação dos indivíduos nos princípios de higiene pessoal, a organização de serviços médicos e de enfermagem para o diagnóstico precoce e pronto tratamento das doenças e o desenvolvimento de uma estrutura social que assegure a cada indivíduo na sociedade em padrão de vida adequado à manutenção da saúde.

A Constituição Federal de 1988 será, então, a alicerce para a criação de diversas políticas públicas de Estado, pois em seu texto tem-se fincado as garantias e direitos fundamentais dos quais todo cidadão brasileiro deveria ter acesso. A artigo 194 irá estabelecer a seguridade social, sendo esta composta por três pilares: Previdência social, Assistência Social e Saúde Pública. Foucault (2010) já narrava o surgimento do biopoder como instrumento de estatização do biológico e que vai encontrar seu *modus operandi* nas estratégias de governamento das singularidades. Sendo assim, os governos que se seguem irão intensificar a garantia da sobrevivência da espécie através da higienização da vida e regulamento moral dos comportamentos. Esse biopoder, segundo Foucault (2004) é transversal a todos os saberes, instituições e grupos políticos. As políticas de assistência irão se constituir como mais um dispositivo de efetivação da biopolítica e o poder público não medirá esforços para que os objetivos da racionalização política sejam garantidos.

Por isso que as similaridades entre os dois grandes modelos de políticas públicas (SUS e SUAS) não são mera coincidência. Ambos são dispositivos que operam em serviço da lógica do ordenamento legal "sobre a própria sociedade em sua trama e em sua espessura". (FOUCAULT, 2008, p.199). De um lado, a preocupação com as epidemias, a reprodução e a intensificação do modelo higienista (que será reproduzido também em diversas ações socioassistenciais como o tratamento com moradores de rua) e no âmbito do SUAS, o controle de riscos sociais, com a noção de vulnerabilidade social, que trabalha sobre a distribuição dos corpos de acordo com sua periculosidade, sendo está sempre vinculada à pobreza.

1.2 – BEM VINDO AO PROTOCOLO

No posto de profissional da Assistência Social em exercício, fui exposto, diariamente ao duelo entre o sujeito pesquisador e o sujeito operador de políticas públicas. Essa dicotomia mobilizou inquietações que em diversos momentos possibilitaram uma reflexão crítica perante meu papel como técnico. Ora a inquietação me levava a paralização (e incialmente o surgimento do sentimento de culpa), ora à mobilização. Estar em um serviço imerso em um campo político pode parecer paradoxalmente desconfortável como impulsionador. Não se trata de assumir uma postura neutra, de somente abdicar da concepção estadista para a qual o exercício tecnicista direciona, mas de focar a atenção nos movimentos, desejos e singularidades que estavam me atravessando cotidianamente.

Embora o embate pesquisador-técnico ocorra em decorrência de uma experiência no campo institucional, é através desta que tive contato com realidades sociais distintas àquelas as quais meus olhos estavam habituados a ver. Foi preciso um movimento duplo: o processo de adaptação institucional (com toda a parafernália pronta para deglutição) e a experiência de transitar entre a conformação e o estranhamento de práticas sociais e/ou institucionais que me eram postas. No momento da adaptação, em que o técnico[3] foi apresentado aos equipamentos

[3] Utilização da terceira pessoa do singular é utilizada durante o trabalho para demarcar o distanciamento entre o técnico e o pesquisador.

necessários para efetivação do desempenho institucional, não houve estranhamento. Enquanto o técnico se familiarizava com os prontuários, relatórios e fichas de acolhimento, crescia uma sensação de operacionalização e otimização de conhecimento acumulado no histórico acadêmico, mesmo com todo viés crítico que vinha desenvolvendo através de diversas leituras. Foi então, na medida em que os acompanhamentos psicossociais, visitas domiciliares e reuniões de estudo de caso ocorriam que me deparei com a sensação de estar além do institucional. Esse movimento implicou algumas desnaturalizações. A primeira delas refere-se a combater uma postura radical à qual fui inclinado inicialmente, a respeito das relações de poder, a partir de um viés negativista, uma espécie de revolta contra a máquina estatal, assumindo na figura de pesquisador uma investidura radical.

Observar o campo institucional bem como os atores sociais e suas implicações, com uma visão particular fomentada por ferramentas da análise institucional, permitiu-me olhar para as pessoas e suas realidades sociais sem pensar a priori em algum modelo a ser atingido. Foi preciso, entretanto, deslocar-me temporariamente, atenuar os sentidos e permitir que as informações me entretivessem, pois o riso transformou-se em ferramenta de estranhamento, e o que antes me causava sentimento de culpa, naqueles momentos breves me fazia sentir, de alguma forma, como se estivesse me movimentando.

Apesar dos pequenos passos dados no sentido de refletir criticamente o fazer tecnicista, não havia condições de abandonar a luta por direitos humanos, a qual minha função exigia. Foi preciso, então, de certa dose de equilíbrio, este necessário para a compreensão de que estar imerso no campo institucional envolveria sempre duelos, e que antes de abrir mão do papel técnico, exigiu-me atentar para os fenômenos que ocorriam e dessa forma, buscar compreendê-los. Vivia, exercia e lutava por representações e direitos humanos na perspectiva do Estado democrático, seria incongruente, dessa forma, isentar-me totalmente de um mundo que se (re)produzia ao meu redor. Mas nos momentos de risos, rompantes, por vezes breves, mas suficientemente sensitivos para uma experiência que atentava para a observação do arcabouço de relações sociais que emergiam no fazer técnico, permitiu a potencialização de uma atitude de compromisso com os agenciamentos afetivos transeuntes do campo institucional.

XXXXX

Acredito que existe um sentimento comum entre os profissionais de Psicologia ao saírem da graduação e se deparar com o mercado de trabalho e suas variadas ofertas: a sensação de impotência. Isso acontece em decorrência de diversos fatores, alguns relativos à própria formação acadêmica, outros relativos às particularidades de adentrar em um território estranho. Sendo assim, narrar a chegada do técnico operador de políticas públicas ao serviço de proteção especial da assistência exige uma retomada de como ocorreu o processo de efetivação deste papel institucional.

Antes mesmo do técnico ser chamado para assumir o cargo, este buscou ler as cartilhas e principalmente estar atento ao papel do psicólogo no CREAS, pois acreditava que o embasamento teórico daria guarnição para uma maior contribuição como profissional na instituição. Uma das primeiras impressões que o técnico teve ao se deparar com a extensa demanda foi a sensação que todas aquelas orientações presentes no manual de Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – onde é possível encontrar um resumo do funcionamento do equipamento de forma mais global, com breves apresentações da função que todo técnico deve ter como norteador de seu fazer profissional - não respondia a questão: “onde está a Psicologia? ”. Esta questão naquele momento era crucial, afinal o técnico tinha “sede” em aplicar os conhecimentos que acreditava ter acumulado durante a vida acadêmica – uma boa dose de inocência. Sendo o manual citado como parâmetro de operacionalização tecnicista, logo na introdução o leitor já é avisado que se trata de um documento que tem como premissa trazer informações sobre a implementação dos serviços da proteção especial no âmbito regional no que diz respeito às políticas de assistência, portanto, não se detém ao “papel do psicólogo”, mas ao fazer técnico e às questões relacionadas à gestão do trabalho e a instalação dos serviços.

Compreender a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e suas articulações com as demais legislações foi outro ponto de partida para o técnico desempenhar a função a qual lhe foi solicitada. A PNAS sistematiza algumas diretrizes já formuladas na Constituição Federal de 1988 que trouxeram mudanças

para a compreensão da Assistência Social, uma vez que esta passa a constituir parte integrante da Seguridade Social. Cabe ao Estado prover o Bem-Estar Social para a população. A saúde e a previdência social compõem os demais itens da Seguridade Social, mas a Assistência Social caracteriza-se por ser uma política que deve ser ofertada para a população mais carente (relativo a um recorte de renda) independente de contribuição. Entre os eixos principais da PNAS estão: concepção de territorialidade, financiamento, controle social, monitoramento, avaliação e recursos humanos (BRASIL, 2004).

Com a consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2005, houve a priorização da família como foco de atenção e o território como base para organização de serviços da proteção básica (CRAS) e proteção especial (CREAS). Estes equipamentos são os principais responsáveis pela cobertura territorial através do fornecimento de atividades e serviços, especialmente para a população mais carente. Outros equipamentos também fazem parte da Proteção Especial, a exemplo da casa-lar e casa de passagem, porém os CRAS e CREAS são referências da política da assistência social sendo os únicos equipamentos que possuem pelo menos uma unidade em cada município do território brasileiro. A concepção de vínculo familiar e comunitário são conceitos centrais na política da assistência, onde os técnicos, coordenação, oficineiros, monitores e demais profissionais atuam na perspectiva de prevenção de violação de direitos e fortalecimento de vínculos (no caso dos CRAS) e reestruturação familiar e proteção dos direitos humanos (CREAS). Nas instituições referidas existem dois principais serviços que são base para o acompanhamento individual/familiar, respectivamente o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Família e Indivíduos (PAEFI).

No caso do CREAS, além do PAEFI, são ofertados obrigatoriamente os seguintes serviços: Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e sua Família e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. Estes são os serviços que fazem parte da Proteção Social Especial de média complexidade que são voltados para públicos considerados mais vulneráveis, mas o CREAS enquanto equipamento

da assistência e de proteção especial atende e acompanha qualquer pessoa que passe por situação de violação de direitos (BRASIL, 2011).

Sendo assim, estas leis e cartilhas, que são os principais documentos auxiliadores da política de proteção especial diz em outras palavras para o psicólogo: “Antes de você realizar o papel do psicólogo, tens que ser técnico da assistência[4]”. Embora para um profissional iniciante possa parecer uma informação decepcionante, o objetivo do caderno é preparar o técnico da assistência para o território de operacionalização de políticas públicas. Ao definir as competências e especificações do CREAS como política vinculada ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), as orientações limitam-se a uma repetição exaustiva das normativas, assim, o técnico se deparou diante de uma instrumentalização de um fazer que lida com a vida das pessoas, mas que *estava* para além delas, e que estes cadernos não contemplavam este aspecto. Esta contradição entre o que deve ser preenchido em termos protocolares no exercício tecnicista e o contato com realidades sociais complexas que escapam de uma padronização sistemática marca as reflexões que em determinado momento possibilitarão a problematização do fazer tecnicista.

Outro movimento importante de ser demarcado ocorreu logo após o início da atuação no CREAS. Nos primeiros meses, como o técnico não estava habituado ao modo de funcionamento do equipamento e como tinha que dar continuidade aos projetos que já estavam em andamento, a forma mais rápida de situar-se no campo institucional foi a leitura dos fichários. Os casos de abuso sexual foram dados inicialmente como prioridade no serviço, portanto o técnico teve que se debruçar na leitura dos relatórios psicossociais realizados pelo profissional de Psicologia que ocupou o cargo anteriormente, assim como os relatos resumidos dos demais profissionais que tiveram contato com os casos em questão. Neste momento, a quantidade de informações detalhadas sobre os casos era tamanha que o técnico se viu parcialmente “perdido”, pois ao mesmo tempo em que precisava dar conta dos atendimentos tinha que dar devolutivas à Justiça que cobrava incansavelmente os relatórios.

O arquivo institucional continha informações sobre a trajetória de vida dos usuários, assim como fichas de atendimento sintetizadas, inquéritos policiais, no

[4]Apesar do papel do psicólogo estar em diversos momentos vinculado àquele desempenhado pelo técnico operador de políticas pública, não se pode cair em uma generalização, pois o fazer *psi* possibilita ousadamente microrresistências da vida cotidiana. (CRUZ & RODRIGUES & GUARESCHI, 2013)

caso de medida socioeducativa de liberdade assistida[5] e acompanhamento familiar. Dessa forma, era possível ter contato com toda a produção documental desde o primeiro contato que o usuário ou algum parente tivesse sido atendido ou realizado algum acompanhamento por quaisquer órgãos da assistência social. Estas informações eram restritas aos profissionais de formação em nível superior e da coordenação, excluindo, por exemplo, os monitores (agentes que trabalhavam diretamente com os usuários). Estes pequenos diários (dos quais o técnico teve que reproduzir o modelo) registravam uma compilação do que ocorria durante a passagem dos usuários pelo serviço, contendo desde os Projetos Individuais de Atendimento (PIA), estratégias de elaboração da superação das violações de direito até informações pessoais como histórico de abuso de álcool e outras drogas e situações de saúde e habitacionais.

Sendo assim, o fazer técnico, da forma como é compreendido na política pública da assistência mostra em sua gênese as variações de um exercício que tenta a todo momento preencher as lacunas do social, mas que não leva em consideração o processo de transformação contínuo da própria política pública. O técnico foi coagido a direcionar sua atuação de uma maneira pragmática, dando pouco espaço para linhas de fuga. Doravante, as próprias normativas e orientações tentam construir um especialista que acredite que está de fato lutando pela efetivação dos direitos humanos, ao trazer conceitos que considera fundamentais na prática do dia-a-dia da instituição, tais como os mencionados neste trecho:

> A oferta de trabalho social nos CREAS pressupõe a utilização de diversas metodologias e técnicas necessárias para operacionalizar o acompanhamento especializado. Requer, ainda, a construção de vínculos de referência e confiança do usuário com a unidade e profissionais da equipe, além de postura acolhedora destes, pautada na ética e no respeito à autonomia e à dignidade dos sujeitos. Nesse contexto, a escuta qualificada em relação às situações e sofrimentos vivenciados pelos usuários tornam-se fundamentais para o alcance de bons resultados e a viabilização de acesso a direitos. (MDS, 2011, p.28)

Conforme descrito anteriormente, esta foi a realidade posta para o técnico ao chegar na instituição. Era preciso efetivar e potencializar as “intersecções de rede”, a “escuta qualificada”, o “fortalecimento de vínculos”, dentre outros conceitos. Tais noções que pareciam no primeiro momento dotadas de potência de transformação,

[5] Apesar da Política de Proteção Especial de Média Complexidade prever o acompanhamento dos casos de adolescentes autores de ato infracional que são judicializados para cumprimento em liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade, a grande maioria dos usuários do CREAS do município eram relativos ao cumprimento de LA, enquanto os que eram destinados a cumprir PSC eram vinculados a secretaria de obras do município.

tratavam-se antes, de estratégias protocolares para obtenção de resultados, especialmente para dar visibilidade à instituição (com viés político partidário principalmente). Estes questionamentos ocorreram conforme o técnico foi explorando seu fazer profissional. Entretanto, mesmo com estes questionamentos, destaca-se a importância de compreender ao quê a política pública estava se referindo quando, por exemplo, dizia que era preciso levar em consideração as particularidades locais e a história das comunidades que eram abrangidas pelo serviço.

Não se tratava de abandonar os conceitos-chave tão fomentados nas diversas cartilhas, mas pensar a serviço de quê (ou de quem?) essas estratégias operacionais estavam orientadas. As diversas interlocuções entre a Psicologia e as políticas socioassistenciais foram surgindo conforme o técnico enfrentava as demandas da instituição se colocando ora como reprodutor do aparato legal, ora como estrangeiro (e aqui neste momento de dissolução das camadas protocolares emergia a função pesquisador). Desde o momento da assinatura do contrato, quando o secretário de administração verbalizou: “Trabalhe para o povo desta cidade”, ficou claro que o que precisavam era mais do que um profissional *psi*.

Apesar da inserção do profissional de Psicologia como integrante da equipe básica dos CRAS e CREAS ser recente em termos de políticas públicas, a discussão sobre a interface da Psicologia e Assistência Social já vinha sendo discutida por alguns autores (VASCONCELOS, 2004; BENEVIDES, 2005). Diversas conferências no âmbito das políticas de assistência fomentaram a urgência de um saber específico como potencializador da efetivação dos direitos socioassistenciais, porém o papel do psicólogo ainda é comumente vinculado a uma visão totalizante e hierárquica de produção de saberes. Se por um lado existe uma crítica feroz por parte considerável dos psicólogos em relação à medicalização da vida, há também uma forte reprodução de uma visão psicologizante das condutas, que dita sobre os corpos modos operacionais dicotômicos, autorizando e legitimando pessoas a se enquadrarem em categorias (aptidão, correção dos comportamentos e moralização das condutas).

Na efetivação dos serviços mencionados, o técnico foi orientado por documentos e cartilhas que deveriam ser seguidos com rigor, pois a prerrogativa é que somente através do conhecimento das diretrizes operacionais os direitos e proteções para com a família serão efetivados. Assim, a cada visita domiciliar,

atendimento, é preciso registrar o maior número possível de informações acerca da família. A quantidade de integrantes, o número de cômodos, o material predominante nas paredes externas, o destino do lixo, a condição de saúde dos integrantes, dentre outros itens. O monitoramento destas informações deve ser feito de forma sistemática de maneira que seja atualizado cada item caso alguma informação seja mudada.

O rigor protocolar exigido do técnico foi tamanho que caso dados fossem perdidos ou não registrados era motivo suficiente para intensas reuniões com a coordenação. Aí surge outro grande dilema da política da assistência, que é compreender que muitas situações escapam de uma sistematização e que muitas vezes a própria rigorosidade do sistema dificulta a tão ansiada resolutividade. Diante deste campo minado, o técnico viu-se carregado de tecnicismo e despido de possibilidades de problematizações-outras (esse estranhamento não ocorreu de forma imediata). Embora os próprios documentos enfatizem que o trabalho do técnico de assistência não se resume aos processos protocolares dos quais é submetido, na prática o que se presencia é um esvaziamento reflexivo das próprias condutas diante de situações de vida plurais e complexas. Este distanciamento reflexivo é marcado por uma diagnosticação da vida através da racionalidade política implicada na constituição da assistência social como política pública.

Estes aspectos foram marcantes nos meses seguintes de trabalho. Em diversos momentos houve embates com a coordenação na tentativa de “mostrar serviço”, de tentar aplicar as recomendações protocolares que eram exigidas, pois o técnico não conseguia desvincular-se do funcionalismo resolutivo. Essa determinação enquanto profissional inicialmente foi motivadora para o técnico, fazendo com que este estivesse sempre disposto a “correr atrás” do que considerava “defasagens do serviço”. Cheio de ideias, pretendia transformar seu ofício em uma prática diferenciada, mas sempre pautado pela técnica. Na contramão dessa energia, o ambiente de trabalho demonstrava um desgaste nas relações interpessoais, o que levava os demais profissionais do serviço considerarem “afobação” por parte do técnico. “Ele está chegando agora, daqui a pouco vai conhecer a realidade”. Frases como esta eram disparadas por integrantes da equipe técnica. Entretanto, o técnico sentia-se inabalável e nada parecia poder barrar seu desejo de se tornar um excelente expert.

Como a inserção do técnico operador de políticas públicas obedeceu a tais regras institucionais, o estranhamento em relação à discrepância entre o que era imposto pelas diretrizes e as situações que chegavam ao serviço foi um dos aspectos primordiais causador de mobilizações. E no decorrer dos quase dois anos de exercício tecnicista diversos conceitos foram se desmontando com o tempo.

1.3 – REVIVENDO O ETERNO MALANDRO

No começo de 2014, ao iniciar o primeiro semestre letivo do Mestrado no programa de Psicologia Social, não tinha dimensão do processo de transformação que ocorreria nos meses seguintes. Cheguei tentando tatear um universo completamente diferente da minha experiência da vida universitária. Digo isso em referência à diversidade que os encontros, debates e aulas me proporcionaram no decorrer da pesquisa, mas principalmente, e fundamentalmente, em decorrência da liberdade de pensar, ou melhor, de se produzir novos pensamentos e com isso poder olhar o que está a minha volta de outras formas, diferentes daquelas usuais e caricatas que até então havia percebido.

Descartes (2001) em sua tentativa de colocar tudo à prova em busca de caminho racional para os fenômenos do mundo já sinalizava que era preciso ser tudo claro e distinto. Eis que este será também o movimento realizado pelas ciências humanas desde o séc. XIX em relação à série de investimentos que tem recebido da filosofia positivista, a exemplo da influência de Auguste Comte (1842) e John Stuart Mil (1843). Explosão de novos saberes, dotados de estratégias e técnicas que buscam aproximar a história dos homens em uma espécie de conhecimento cada vez mais calculado e pragmático. Neste sentido, o choque ocasionado pelas leituras do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Exclusão, Cidadania e Direitos Humanos (GEPEC) representou, além de um estranhamento, uma ruptura com o conhecimento acumulado na formação acadêmica, que, por sua vez, estava impregnado de um utilitarismo essencialista.

Durante muito tempo fui disciplinado a crer e utilizar como ferramenta operacional concepções como indivíduo e sociedade a partir de uma perspectiva onde ambos são compreendidos como categorias irredutíveis. No que diz respeito a

noção de indivíduo reproduzida por grande parte das correntes psicológicas, estava sempre vinculada a uma interioridade substancializada do Eu. Em contrapartida, tinha-se a noção de sociedade como algo externo ao indivíduo, sempre relacionada a uma supraestrutura – o plano macro por excelência – também muito difundida no saber *psi*.

No GEPEC, entretanto, após o arrastão epistemológico, algumas perspectivas foram abandonadas e outras entraram em cena, o que me propiciou um disfuncionamento[6] necessário para romper com toda uma guarnição teórica tida como hegemônica, detentora da Verdade. Eram os primeiros passos para uma caminhada com desdobramentos acadêmicos que permitiu analisar os "jogos de verdade no contemporâneo" (FOUCAULT, 1999). Esse momento inicial me remetia aos movimentos típicos de um jogo de xadrez, especialmente o momento em que a peça do rei é colocada em posição de ameaça, onde não há possibilidade de fuga ou defesa, o popular xeque-mate, expressão que vem do árabe *Al-shah mat* que significa "o rei está morto". No jogo de xadrez toda uma articulação estratégica é definida em prol de uma única finalidade: vencer o rei. Nesse sentido, as leituras proporcionadas pelo grupo de estudo, apesar de não estimular caminhos a serem seguidos à priori, me colocavam em diversas situações de inquietação, como se o *game over* estivesse pronto para ser acionado a qualquer momento. Essas experiências de confronto, posições de combate, foram fundamentais na construção das articulações teórico-metodológicas no desenrolar deste estudo.

Foi através desses momentos de encontros e desencontros que surgiu essa pequena história que irei narrar. É uma história de fato, carregada de significações e memória[7]. Não se trata, portanto, de uma narrativa heroica, daquelas vistas em

---

[6] Disfuncionamento aqui está relacionado a noção de descontinuidade postulada por Michel Foucault. Segundo o autor a história se apega à ideia de continuidade, subsidiada por uma crença em uma origem essencial e que direciona o caminho da humanidade. Denunciava, também, a velha tradição de pensamento ligada a noção de progresso, exaltada tanto pelos discursos filosófico e científico quanto pelo discurso capitalista. (FOUCAULT, 1971).

[7] Em 1970, os textos Foucaultianos potencializam uma história que, além de crítica se faz capaz de intervir no presente. Foucault diagnostica, então, a presença do supra histórico em alguns dos usos a própria história como disciplina: uso monumental (grandes feitos), antiquário (aceitação da continuidade e contradição) e crítico (julgamento do passado em nome do presente). Esses exercícios implicam em fazer da história um uso que liberte para sempre de um modelo metafísico e antropológico da memória, ou seja, trata-se de fazer da história de uma contra memória (HÜNING,S. M.; GUARESCHI, N. M, 2005, p.110). Nesse sentido, o termo memória se refere a uma descontinuidade, não representando por exemplo, o conceito de memória utilizado pela

estórias de personagens de quadrinhos e sim de uma história de um sujeito comum diante de adversidades do início de uma experiência profissional em confronto com realidades até então inéditas.

Para deixar a narrativa um pouco mais clara, terei que percorrer acontecimentos pessoais passados, pois não existiriam as recordações suscitadas no decorrer desta trajetória se não tocasse nos mais íntimos desejos, medos e frustações que me motivam como pesquisador a trazer à luz aquilo que não se podia observar mediante métodos clássicos positivistas, ou melhor, aquilo que estaria "oculto" diante de uma padronização uniformizante de "estratégias de governança" (LOURAU, 1993; FOUCAULT, 2008). O que pretendo a seguir, portanto, é elucidar através de uma narrativa, uma série de fatos que servirão em um momento posterior como instrumento de análise da governamentalidade e seus efeitos no campo das políticas socioassistenciais.

Confesso que tenho poucas memórias de minha infância e talvez seja por isso que as que possuo têm um valor afetivo demasiado, em comparação a colegas que possuem aquilo que chamo divertidamente de "memória de dinossauro". E não há o que se envergonhar nisso, como já me culpei em alguns momentos. Hoje com um olhar mais crítico para com a Psicologia, posso afirmar que estou em processo de desintoxicação, literalmente, jogando no câmbio automático boa parte do conhecimento acumulado no curso de Psicologia. Entretanto, o conhecimento de Psicologia infantil e de Neurociência tem servido de forma explicativa ou de consolação para minha curta memória infantil. De Piaget à Freud, parte considerável dos teóricos da psicologia do desenvolvimento enfatizam que o processo de memorização acontece de forma mais duradoura quanto há uma experiência afetiva envolvida. Dessa forma, experiências que até então pareciam banais retornaram à memória, o que me faz crer que posso encará-las como aquilo que Freud chamava de lembranças encobridoras[8].

---

psicopatologia, nem diz respeito, também, a uma interiorização dos processos históricos vivenciados ao longo da vida.

[8] Freud (2006) no Vol. 3 de sua obra completa rompe com a lógica tradicional de pensar o tempo como algo sequencial ao formular a noção de lembranças encobridoras. São recordações mnêmicas que retornam à consciência de forma súbita, geralmente ligadas a eventos da primeira e segunda infância. Para Freud, existe uma marcação de temporalidade que funciona diferentemente da lógica cronológica, pois pertente a instância do aparelho psíquico.

Quando tinha por volta de sete anos de idade, recordo-me de situações de extrema pobreza que via alguns conhecidos passarem, especialmente alguns moradores de uma pequena cidade no interior da Bahia, chamada Sítio do Conde. Foi para lá que fiz minha primeira viagem ainda recém-nascido e foi por lá também que passei boa parte de minha infância, pois sempre nos períodos de férias escolares estava brincando com as crianças da cidade, perambulando pelos becos lamacentos e subindo em árvores testando minha elasticidade e capacidade de resistência óssea. Em meio a tantas brincadeiras, não tinha noção das dificuldades passadas pelos meus colegas de picúla[9] e sete pedras, mesmo sabendo, por exemplo, que existia uma distância entre nossas condições habitacionais.

Realmente não me importava, pois não fazia diferença. Tudo que queria era apenas ser criança e posso dizer que fui uma criança bem feliz e danada. Hoje penso que talvez se não existisse esse espaço de liberdade em minha infância, se tivesse seguido os passos de alguns conhecidos de minha idade, enfurnados em suas casas jogando vídeo game 24 horas, talvez teria tomado uma boa dose de ritalina ou tivesse levado algumas palmadas a mais por não me comportar na escola.

As recordações que tenho desta época tornaram-se extremamente vivas. Percorrendo de casa em casa, atrás de alguém para brincar, vivia como um verdadeiro “Malandro”. Sempre gostei da palavra malandro. Não lembro de ter uma visão pejorativa do personagem malandro. Isso talvez ocorra porque sempre ouvi pessoas utilizando a palavra de forma despretensiosa, leve. Pesquisando sobre a definição em dicionários, é recorrente a referência à malandragem como ato sempre ligado a passar a perna em alguém e ser desonesto, sinônimo de vagabundagem nos termos atuais como nos é apresentado pela mídia e senso comum (AURÉLIO, 2006). Refiro-me, também, a malandragem como uma espécie de molejo, gingado, próprio daqueles que sabem driblar as situações mais inusitadas da vida, ou a esperteza de uma criança que aprende como conseguir seu doce preferido mesmo em horário inoportuno. Ouso-me a dizer que os sofistas seriam bons malandros, afinal não se tratavam de

> [...] mestres sem escrúpulos que vendiam suas habilidades retóricas a quem pagasse mais, mas, ao contrário, acreditam não haver nenhuma outra

[9] Nome regional dado a brincadeira “pega-pega”.

> instância além da opinião a que se pudesse recorrer a fim de produzir um consenso em relação às questões políticas. (MARCONDES, 2007, p.43)

Remexendo o baú da memória, o personagem do malandro me recorda um dos meus romances favoritos, Capitães da Areia, de Jorge Amado (2001). Embora minha convivência com os nativos daquela pequena cidade fosse marcada pelas brincadeiras e travessuras de um garoto interiorano, não era difícil ver a esperteza de Pedro Bala, a astúcia de João Grande ou a benevolência de Sem-Pernas. Na obra de Jorge Amado, os garotos eram tidos como os moleques mais ousados da capital baiana, por sua reputação em delinquência, mas não havia nada que se comparasse às experiências de liberdade. A sabedoria cotidiana era tamanha que não importava quão difícil fosse a situação, o improviso e criatividade sempre eram bem-vindos.

A arte da malandragem, arte de driblar a vida, portanto, sempre esteve presente em minha infância, especialmente com aqueles garotos queimados de sol tão sábios quanto um bom sofista que utiliza sua retórica para persuadir sua plateia. Eu só não esperava que todas essas recordações 20 anos depois me ajudariam a desenvolver um estudo no campo da Assistência Social. E como imaginaria? Era metade da década de 90 e apenas uma criança. Via a fome, a pobreza, a miséria nos olhos, corpos e lares dos pescadores que percorriam cerca de 26 km diários para buscar o sustento de suas famílias, mas também era possível enxergar um maior exercício de liberdade naqueles mesmos sujeitos baianos “arretados”. Entre dificuldade e farras e muita cachaça eles iam tocando a vida. As músicas embalavam suas idas ao mar. Cantigas sempre estavam presentes, sinalizando a relação que eles construíam em seu cotidiano.

Perco as contas de quantas vezes repeti cantigas em brincadeiras de roda. Para aqueles sujeitos que viviam uma tamanha desigualdade social, muitas vezes pedindo trocados dos turistas para irem ao circo que acabava de chegar na cidade, as canções populares embalavam suas aventuras da vida. Bom mesmo era ouvir as estórias dos palhaços, ver as rumbeiras dançando e todo aquele espetáculo depois de um dia cansativo ajudando os pais. Às vezes, conseguíamos entrar escondido sem pagar, pelas brechas da lona na lateral do circo. E também havia aqueles dias de azar, em que éramos puxados aos gritos: “rebanho de moleques”, dizia um dos integrantes do circo que nos flagrava tentando pular as cercas.

Travessuras à parte, olhando pelo retrovisor da vida aprendi que não há nada de belo no sofrimento e na desigualdade. Eis que tenho que concordar com Rubem Alves quando afirma que “o sofrimento embrutece a alma. ”. É com este olhar que hoje percebo que apesar do endurecimento (há quem diga também, amadurecimento) que os anos seguintes me proporcionaram, das renúncias que precisei acatar em nome de um mundo de responsabilidades à minha espera, foi através da experiência proporcionada por este estudo que acreditei habitar em mim, em algum lugar, aquele velho malandro.

Retornei diversas vezes à pequena cidade do Sítio do Conde, hoje não mais tão pequena. É notório que as condições socioeconômicas daquelas famílias dos colegas de esconde-esconde melhoram substancialmente, através de programas sociais desenvolvidos nas últimas décadas, mas a pergunta que faço é: a que custo? Talvez o efeito desta instalação das políticas públicas – que ocorre de forma vertical e autoritária - estaria na lenta extinção de alguns modos de vida através do assujeitamento da população. A pescaria agora parece estar submetida a uma série de protocolos ambientais e não se vê como antes as canções típicas da região, mas sim uma reprodução de músicas consumidas pelos turistas. Estes são alguns dos aspectos que me chamam atenção toda vez que visita à cidade Mais do que um saudosismo, estes retornos me ajudaram a pensar sobre as novas configurações de relações que emergiam.

Entretanto, não penso que o exercício dessa violência estatal (CLASTRES, 2004) se justifique através de um discurso historicista que se ouve gerações e gerações proclamando: “minha infância foi a verdadeira infância”. Não se trata de afirmar que minhas recordações afetivas, simplesmente pelo fato de ter sido uma experiência vivida enquanto criança, seja de alguma forma “superior” a qualquer outro tipo de vivência, até mesmo das crianças da mesma cidade. O que está em jogo nesta narrativa é o processo de dominação desenvolvido pelas tecnologias do Estado nas últimas décadas que intensificam a prática etnocida como efeito de uma gestão da vida, da espécie humana em prol de “mais direitos”, “mais igualdade”, “mais justiça social” (FOUCAULT, 2016). Para deixar mais claro: não é que o ordenamento legal não já exercia seu efeito dominador, afinal, o Estado ocidental é etnocída em sua própria natureza (CLASTRES, 2004) e seus efeitos já existiam mesmo na época da minha infância, mas é que esta prática foi se tornando mais intensa com a instauração das políticas públicas e que este fenômeno de extinção

cultural aconteceu mais tardiamente em comunidades como a cidade praiana a qual minhas recordações afetivas elucidaram no transcorrer do desenvolvimento deste trabalho.

Este fato está diretamente ligado a intensificação da produção capitalística nos países como China, Brasil e Uruguai, onde ainda existem corpos possíveis de serem captados pelo modo de produção capitalístico. Quando penso em termos coletivos, acredito que os interiores referidos aqui nesta narrativa, onde existem modos de sociabilidades que resistem ao modelo capitalista, são espaços que se tornaram alvo das políticas públicas. Precisam ser “conquistados” com o discurso de que o “cuidado”, a preocupação com as questões de saúde, habitação necessitam atingir essa população. No entanto, não é problematizado que tipo de vida essas pessoas desejam para si. Será que essa noção de longevidade de vida também é um desejo desses morados? Penso que não é uma afirmativa que se pode generalizar. Conversando com alguns moradores antigos dos vilarejos é comum ouvir que suas maiores preocupações estão relacionadas à manutenção do seu “jeito de viver”. “O que quero mesmo é viver aqui e morrer tranquilo. Quando me levam para cidade sempre adoeço. ”, dizia um senhor.

Recordo-me também que muitos dos meus colegas não frequentavam a escola, principalmente por que muitos não viam na escola uma perspectiva de futuro, então, abandonavam o colégio cedo para ajudar a “colocar comida na mesa”. O que me chama atenção é que o espaço de diversão - aqui no sentido de um exercício maior da liberdade - nessa comunidade praiana era recheado de elementos culturais. Penso, então, o quanto de violência foi preciso ser investido em termos culturais em nome de uma proclamação de justiça distributiva de rendas, a exemplo, do programa bolsa família.

Trago aqui a contribuição de Danelon (2015) que me ajuda a pensar experiências de infância como possibilidade de resistência ao poder coercitivo:

> Cada nascimento é uma novidade que se instaura entre nós, adultos. A cada nascimento, perguntamo-nos: o que é isso que veio ao mundo? Trata-se de um ainda não-ser, um ente ainda sem ser: daí a sua novidade. A cada infante o mundo se renova numa nova possibilidade de organização. O que o infante fará do mundo? Como receberá os valores, as ideologias, os padrões de normalidade já instituídos? E o que ela fará com isso?

> A cada infância o mundo assume infinitas novas possibilidades de ser mundo. Esse é o perigo que toda infância carrega para o nosso mundo centrado. Enquanto alteridade, a infância é a cristalização do não-ser: não é igual a nós: não lhe pertence a fala organizada, o pensamento original/racional e o agir prudente e responsável. Cada infância que se inicia com o nascimento é um estranho que habita no mundo. A infância é o outro, o diferente, o estrangeiro ao mundo. Enquanto alteridade, a infância é o desconhecido. Dela nada sabemos sobre o que será, no que pensará, no que acreditará ou como agirá.
>
> A infância, enquanto alteridade e novidade, possui um absoluto poder desestabilizador. Por ser um estranho e trazer em seu ser a possibilidade de renovação do mundo, a infância é a própria desestruturação do mundo adulto e organizado. Por não sabermos o que é e nem sabermos o que será, a infância pode ser tudo aquilo que menos queremos que seja, descontruindo, assim, nossa geometria social. Por isso, cada nascimento é um problema. E um problema de grande monta com o qual os adultos devem lidar (p.217).

Penso que esta narrativa além de me colocar em contato direto com a desigualdade social (mas não com o olhar moralizante sobre a pobreza) fez de minhas experiências de infância o que Foucault (1994, p 237) nomeia de “práticas de liberdade”. Com um mundo exposto à exploração, com as infinitesimais possibilidades de relações com o Outro (ambiente, sujeito, história...), vivia como toda criança mais próxima do devir. Voltar no tempo pode ser um risco de “romantizar” estas relações a partir de uma visão de, agora, um adulto. Porém, práticas de liberdade não são exclusivas da infância, muito embora, as crianças possam experiência-las com maior frequência e intensidade já que o “campo de batalha” e “guerra” ainda está processo de formação, sendo assim, “podem ser qualificadas como livres aquelas formas de relação entre sujeitos que, negativamente, não estão bloqueadas e, positivamente, aquelas em que se dispõe de um campo aberto de possibilidades...” (FOUCAULT, 1994, p 237). É o que o autor irá nomear de liberdade política, sempre como uma possibilidade seja de ser capturado por um exercício de poder que conduz condutas, seja a possibilidade de deslocar-se, no limite, escapando da dominação.

Cabe salientar que não pretendo neste trabalho, portanto, estabelecer juízos de valor em relação aos programas sociais atuais. Não se trata de afirmar se as políticas públicas socioassistenciais são genuinamente boas ou ruins, até porque essa busca por uma explicação pautada em uma essência binária das estratégias de governança não faz nenhum sentido quando falamos em construção do Estado Social (CASTEL, 1998). Trata-se, antes, de analisar o processo histórico que deflagrou em modos de operacionalizar o social que utiliza a maquinaria estatal

como ferramenta para providências das quais outras forças estão envolvidas, como a economia e a política.

Diante de tamanha complexidade, as problematizações que este estudo busca mostrar, referem-se às alternâncias que ocorrem entre o instituído e o instituinte (LOURAU, 1993), através de uma análise das estratégias de governamentalidade e biopolítica no desenvolvimento das políticas públicas de assistência social. Esse jogo de forças ocorre no próprio processo de institucionalização, onde as implicações atravessam o cotidiano da instituição e, a depender de como esse entrelaçamento de forças dialogue no "campo", irá estar sempre entre uma tendência a cristalização de lado e no outro pólo, seguindo um movimento de resistência.

Como não cresci na região, ouço apenas os relatos dos antigos moradores de como as políticas têm mudado a realidade das comunidades. Em sua grande maioria os relatos são positivos, enfatizando que as políticas públicas desenvolvidas pelo governo de Lula e Dilma ajudaram muitos a saírem da pobreza. É nesse sentido que é possível visualizar diversos enunciados expressados em uma mesma pessoa: o usuário das políticas assistenciais traz em seu discurso elogios aos programas da assistência social, mas em outro momento é o primeiro a esbravejar por que precisa assinar uma série de papelada para continuar sendo o que sempre foi a vida inteira, um "homem da roça".

Portanto, essa pequena história de recordações afetivas vem como subsídio para a construção dos questionamentos que atravessam os acontecimentos deste estudo, pois, assim como os moradores da cidade praiana da Bahia onde cresci assistiram nas últimas décadas à efetivação das políticas públicas de assistência social, essa realidade também ocorreu no município onde ocupei o cargo de psicólogo-técnico do CREAS.

CAPÍTULO 2

É INÚTIL ESPERAR

> Que há (de alguém) confessar que valha ou que sirva? O que nos sucedeu, ou sucedeu a toda a gente ou só a nós; num caso não é novidade, e no outro não é de compreender. Se escrevo o que sinto é porque assim diminuo a febre de sentir. O que confesso não tem importância, pois nada tem importância. Faço paisagens com o que sinto. Faço férias das sensações. Compreendo bem as bordadoras por mágoa e as que fazem meia porque há vida. Minha tia velha fazia paciências durante o infinito do serão. Estas confissões de sentir são paciências minhas. Não as interpreto, como quem usasse cartas para saber o destino. Não as ausculto, porque nas paciências as cartas não têm propriamente valia. Desenrolo-me como uma meada multicolor, ou faço comigo figuras de cordel, como as que se tecem nas mãos espetadas e se passam de umas crianças para as outras. Cuido só de que o polegar não falhe o laço que lhe compete. Depois viro a mão e a imagem fica diferente. E recomeço. (PESSOA, 2006, p.15)

Para mim tem sido difícil nesta reta final do mestrado descrever o que esta pesquisa tem sido e para que ela tem "servido". Talvez essas respostas não apareçam tão cedo e talvez sejam justamente essas não-respostas que estejam de alguma forma me mobilizando a escrever, pensar, refletir e questionar sobre todas as questões (teóricas/práticas e da vida) que me atravessam esse momento. Talvez, também, seja o momento que me sinta mais aliviado para falar sobre o processo de "produção" da escrita, visto que foi durante muito tempo mais doloroso do que tem sido. E muitas vezes me pergunto: o que foi que mudou para que esse peso saísse de minhas costas?

Bem, esta pergunta acredito que consiga responder. Primeiro, um dos movimentos que me barraram no desenrolar desses anos foi me prender à apropriação teórica. Entendo que naquele momento não tinha como ser diferente, pois não tive contato mais denso com as leituras e autores que hoje estou flertando. Com certeza isso se deve à pressão que a ciência acadêmica impõe sobre nós alunos de Mestrado e por mais que ouvisse em diversas orientações que não precisava me preocupar com a teoria, algo me dizia que precisava estar devidamente "apropriado", afinal, as discussões no grupo de estudo também eram teóricas e tinha uma carga de disciplina que por mais que o mesmo grupo tentasse negar, acabava reforçando. Existia a necessidade de cumprir o protocolo institucional.

Aqui cabe descrever um momento em que me senti ameaçado. A ameaça sempre representou sensações desagradáveis para mim, principalmente porque eu vivi isso intensamente na época escolar. Não tinha essa "consciência" na época, mas eu consigo lembrar fielmente da pressão sobre as avaliações, do olhar dos professores, dos colegas, da coordenação, da competição entre estes agentes, da frequência, do "valor" que tinha uma nota, da pressão da família, etc. Nas aulas de artes, história e educação física, as que mais me identificava, existia algum espaço para criação. Uma recordação me marcou bastante, foi quando uma professora da quarta série pediu para desenhar o que mais gostava, e meu desenho foi de um castelo e quando fui explicar por que escolhi aquele castelo o motivo era claro, era assim que eu via e sentia o ambiente escolar. Um espaço que adestra, disciplina e coloniza as possibilidades e potencialidades criativas.

Esse modelo de enclausuramento se transmuta no ensino superior em menor grau. A disciplina da forma como ela é administrada na academia sempre me incomodou e isso ocorreu também em alguns momentos do Mestrado. Penso que a frequência seja importante, mas que não deveria ser imposta. No segundo semestre do curso quando terminei as disciplinas obrigatórias acabei escolhendo duas disciplinas optativas que no final me decepcionaram, mas que tiveram sua validade, já que até aquilo que não fazia sentido me ajudou a construir alguns alicerces fundamentais para a pesquisa. Foi neste momento que percebi que precisava desencanar. Percebi, aos poucos, que muitas inquietações surgiam fora do campo acadêmico (ou até no espaço acadêmico – universidade – mas não preso a lógica academicista). Saí um dia do GEPEC e assisti a um concerto de violino em outro departamento, conheci pessoas novas, novas histórias, novos acontecimentos iam surgindo ao mesmo tempo em que ia discutindo outras questões que não tinham ligação direta com esta pesquisa. Que inusitado pensar como estes momentos foram extremamente singulares e potencializadores.

Um livro em especial me ajudou a refletir com todos esses pontos fixos dos quais precisava me livrar: O Livro do Desassossego de Fernando Pessoa. Esta é uma das obras do poeta que mais se aproxima do gênero romance e talvez seja por isso que é minha predileta. Uma narrativa de quebra da sequência lógica da cronologia temporal, com diversos fragmentos dos quais extrai uma lição importante: É inútil esperar. Inútil esperar pelas avaliações, pela "apropriação" teórica, por reconhecimentos, por resultados, por aspirações maiores, por tantas e tantas

idealizações. Foi um momento que me fez repensar tudo que estava escrevendo, tudo que tentava problematizar e que me ajudou a pensar sobre as questões relativas ao método.

Estar no campo da não-ameaça ajudou a fluir o que poderia escorrer nestas linhas... Deixei de me perguntar: Quantas laudas precisam para uma dissertação? Será que a banca irá gostar do que estou escrevendo? E tantas outras cobranças que mais me bloqueavam que motivavam. Talvez eu leia este trabalho daqui a algum certo tempo e ache defasada e até mesmo ruim, mas esta preocupação já não me incomoda como antes. Penso que o importante é saber que neste momento ela faz sentido.

Enquanto a ciência busca por tantas verdades, uma "mentira" talvez seja muito bem-vinda. E assim, tenho a convicção neste momento que a pesquisa não termina aqui. Talvez ela esteja em estágios embrionários ainda. Agora nestes últimos suspiros de resposta acadêmica chegou a invadir uma sensação: "Poxa, eu não sabia de nada, agora entendo o que estou escrevendo". Espero que essa sensação se repita inúmeras vezes daqui para frente, pois não me limito à "produção do conhecimento". Erros e acertos são questões de perspectivas (históricas, sociais, políticas, etc) e o reconhecimento de que enquanto pesquisadores estamos suscetíveis a todo tempo a esse movimento acredito que seja fundamental para que o que importe seja a produção de sentido.

....

2.1 – O MÉTODO ANARQUISTA E A ESCRITA INDISCIPLINADA

> O problema de saber se cabe ao pensamento humano uma verdade objetiva não é o problema da teoria, e sim um problema prático. É na praxis que o homem tem que demonstrar a verdade, isto é, a realidade, e a força, o caráter terreno de seu pensamento. O debate sobre a realidade ou não-realidade de um pensamento isolado da prática - é uma questão puramente *escolástica*. (MARX, 1947).

Por muito tempo fui confrontado em relação à proposta deste trabalho, especialmente no que diz respeito às possíveis respostas que poderia oferecer para a "sociedade" em relação aos temas transversais as problematizações do fazer

pesquisador. A primeira inclinação era sempre responder que esta pesquisa não tinha por finalidade produzir soluções para as políticas públicas da assistência, mas problematizar as questões que iam surgindo, tendo em vista as múltiplas possibilidades de interpretações acerca das relações de forças que operam no campo institucional e fora deste. Porém, tais devolutivas nunca pareciam satisfatórias para aqueles que indagavam “como uma pesquisa não produz efeitos práticos na realidade? É produção sem sentido... Tem que pensar como pode contribuir efetivamente para a mudança da sociedade”. Este embate em diversos momentos produziu frustações, revoltas e inquietações. A mudança de perspectiva sobre quais as verdadeiras implicações que motivaram os desdobramentos no tempo-espaço da produção da escrita marcou um deslocamento fundamental na compreensão da dicotomia teoria/prática, pois

> [...] o essencial que é: a escrita e a ação são uma só e mesma coisa. Não existe um discurso verdadeiro de um lado, neutro e pálido, e, do outro, uma coragem em busca de causas a defender. Como em Spinoza: uma só substância, isto é, uma só força. Foucault não é filósofo e militante, erudito e resistente. Ele é historiador porque militante, e resistente porque erudito. Para nossos morosos tempos, que organizam a grande divisão entre os doutos isolados na espiral de suas especialidades, tornados inaudíveis pela força do rigor e da probidade, e os agentes sociais portadores de discursos ocos e vazios pela força de querer ser ouvidos, é importante lembrar que o saber histórico, com suas exigências próprias, e o engajamento político, com seus riscos, puderam um dia enriquecer, alimentar-se mutuamente. (GROS, 2004, p. 12)

A academia tem nos ensinado a duras penas que lógica producionista é um imperativo. A área de ciências humanas, onde durante muito tempo acreditou-se que a resolutividade e pragmatismo estariam minimamente afastados dos modelos de produção, vem se tornando mais um efeito de uma forma de produção em série que coloca os saberes num espectro que deve responder às demandas do capital. Quantidade de artigos produzidos em revistas renomadas são parâmetros de “qualidade de produção” e deflagram uma corrida sem precedentes que rivaliza a já fragilizada relação entre docentes e aprofunda ainda mais o abismo destes em relação aos alunos, que são também incitados a corresponderem aos apelos da indústria academicista. Evocações diversas que variam desde uma crítica à “pesquisa sem resultados visíveis”, passando pelo discurso de adaptação à tendência internacional até o enunciado da necessidade de contribuir para a transformação social brasileira (bastante defendido pelos pesquisadores das políticas públicas). Seja qual for a tomada de referência, todas respondem ao anseio

de um modelo de produção acadêmico que não tolera o repouso e a serenidade – por vezes fundamental no processo de construção e desdobramento de um problema de pesquisa – e não cansam de reafirmar tentativas de padronização.

É inusitado pensar, entretanto, que embora essa corrida acadêmica tenha ganhado sérios reforços e investimentos nas últimas décadas na tentativa de se aproximar dos países "desenvolvidos", somos um dos países que possuem uma das maiores defasagens em termos de qualidade das produções científicas em termos proporcionais. Esta disparidade surge como reflexo, dentre outras questões, da não compreensão e adaptação do nosso modelo educacional em processo de defasagem. Não precisamos ir muito longe para compreender que armar um discente de teoria não garante qualidade de pesquisa, muito menos um treinamento incisivo que incentive a produção nos moldes científicos modernos irá de igual forma garantir as tão almejadas pesquisas salvacionistas. Os grandes cientistas modernos, a exemplo dos ponta-cabeças da *Apple* criam seus filhos com maior contato possível com as diversas possibilidades de interação com a natureza, seja ela concebida como essência natural do planeta, seja fruto do processo de transformação da atividade humana[10]. Esses descobridores aclamados pelo capitalismo abandonam o imperativo da produção moderna e permitem que suas crias explorem o mundo e suas infinitas possibilidades e assim faz-se o cientista, seja aquele que construirá seu carrinho de madeira à própria mão, seja aquele que irá desenvolver pequenos robôs. A criatividade como ferramenta de invenção dos modos de produção.

A escrita do método, portanto, pautou-se no distanciamento da lógica da produção acadêmica, buscando não dar respostas a priori, nem *feedbacks* institucionais, mas deixando a pesquisa exercer em si por si mesma. Foi enquanto pesquisador em defesa de um pluralismo metodológico (pesquisa aqui compreendida como um fazer em eterno processo de transformação) que não busquei ferramentas metodológicas específicas e procedimentos normativos que orientassem o direcionamento das discussões sobre o método, pois trata-se antes de buscar desatar as amarras institucionais do racionalismo. Assim argumenta Feyerabend (1977): "A ciência é um empreendimento essencialmente anárquico: o

[10] O entendimento defendido por Marx (1947) em *Teses sobre Feuerbach* é que os homens são produto das circunstâncias diversas em que estão inseridos e o processo de transformação ocorre na medida em que tais circunstâncias são modificadas pelo processo educativo. "A coincidência da modificação das circunstâncias e da atividade humana só pode ser apreendida e racionalmente compreendida como prática transformadora. " (Marx, 1947, p. 17)

anarquismo teorético é mais humanitário e mais suscetível de estimular o progresso do que suas alternativas representadas por ordem e lei" (p. 9).

A visão anarquista de Feyerabend (1977) oferece um tratamento com as questões relacionadas ao método que corrobora para o distanciamento dos modelos de produção vigentes na academia, pois "tudo vale" e sendo assim, analisar noções como "campo", intervenção, teoria, prática se transmutam em uma inequívoca necessidade de tolerar a multiplicidade de processos de pensamento que operam no desenvolvimento de determinada temática. Por exemplo, ao fazer a análise de alguns recortes de diário de campo e discutir as narrativas com os teóricos escolhidos (seja por identificação, seja para manter uma certa coerência de visão de mundo), não pretendo em nenhum momento refutar outras possibilidades de análises que estão sendo realizadas por outros pesquisadores sobre o mesmo tema ou abordagens transversais. Isso ocorre, justamente por acreditar que o processo exploratório se faz para além da escrita e da teoria, ela se faz essencialmente no dia-a-dia das pessoas, através das histórias de vida que atravessam a ficção e seus efeitos "práticos" não devem ser confundidos com efeitos que visem uma resolutividade. Por isso, é importante compreender que a escolha de uma teoria cai no campo dos julgamentos subjetivos:

> Acho necessário dizer, no entanto, que, embora os julgamentos e desejos individuais sejam subjetivos num certo sentido e não possam ser determinados por argumentos logicamente convincentes, isto não significa que eles sejam imunes a argumentos racionais. É possível criticar as preferências dos indivíduos, por exemplo, mostrando-se que elas são seriamente inconsistentes ou demonstrando que têm consequências que o próprio indivíduo possuidor dos mesmos não acharia boas. (CHALMERS, 1993, p. 180).

Para Feyerabend (1977), o anarquismo epistemológico deve levar em consideração que apesar de toda descrição de fatos depender de alguma teoria, falhas são possíveis e que nem sempre adotamos teorias que estão relacionadas à verdadeira lógica dos fatos. Por isso que o autor traz para o campo argumentativo a maneira como teorias antigas e supostamente paradoxais, como o caso da concepção aristotélica retomada por Galileu, não devem ser recusadas como objetos de análise. Portanto, poder-se-ia pensar que se nenhuma teoria é consistente com os fatos, não há métodos válidos. Essa afirmação não se sustenta por completo porque o autor irá propor, em contraposição aos modelos teóricos tidos como irrefutáveis, o exercício de um método *sem regras* e que valorize hipóteses

sem fundamentos. Mas como efetivar um método livre tendo em vista que sempre estamos contaminados por crenças, ideologias, preferências e tendências históricas?

Penso que a revolução epistemológica passa essencialmente por um distanciamento de um modelo de fazer ciência pautado no entendimento de que existem teorias dominantes e que estas devem ser “respeitadas” como se não fosse possível refutá-las a qualquer instante. Outro aspecto importante de evidenciar é que “o meio social penetra a priori no autor da obra histórica, enquadrando-o”, sendo assim, “a sociedade é para o homem uma necessidade e uma realidade orgânica” (FEBVRE, 1989, p. 147). Doravante, os historiadores têm nos mostrado que a ciência cumulativa não responde às questões que a ciência moderna põe em discussão. Kuhn (2007) aponta que a ruptura com os modelos hegemônicos de pensamento tem produzido fortes efeitos na historiografia, a saber, o desenvolvimento de novas espécies de questões que estão sendo postas em análise a partir de novas linhas traçadas, sendo estas frequentemente não-cumulativas. Ao invés de buscar a eterna confirmação de uma teoria específica, o cientista deve construir seus postulados sempre como uma possibilidade-outra que responde a certas demandas sociais e políticas do momento histórico em que está pensando seu fazer.

> A história da ciência está cheia de teorias que foram declaradas mortas depois ressuscitaram, a seguir novamente declaradas mortas, para mais uma vez comemorarem um triunfal regresso. É lógico conservar pontos de vista errados para possível utilização futura. A história das ideias, métodos e preconceitos constitui uma parte importante da atual prática da ciência e esta prática pode mudar de rumo de maneiras surpreendentes. (FEYERABEND, 1991, p.45)

Ao trazer as noções de paradigma, ciência normal e revolução das estruturas, Khun (2007) faz uma análise das produções científicas que irão respeitar um determinado ciclo de produções. Os paradigmas são “as realizações científicas universalmente reconhecidas para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (KHUN, 2007, p. 13). Com sua vasta experiência como físico teórico, o autor ilustra o nascimento de novos paradigmas através de exemplo como a astronomia Corpeniana e a dinâmica Newtoniana, formulações científicas que foram aceitas durantes séculos e que entraram em crise. Para Kuhn (2007), uma ciência só pode se autodenominar moderna quando segue mecanismos e leis que tendem a se

estabilizar numa determinada comunidade científica, porém novos paradigmas vão surgindo através de revoluções científicas que rompem com o conjunto de métodos e perspectivas de compreensão dos fenômenos em análise pelos cientistas.

Segundo Kuhn (2007), essa produção cíclica de paradigma, ciência normal e revolução científica se tornou o mecanismo natural pelo qual a ciência irá ora se firmar como válida, ora ser confrontada por novos paradigmas que emergem de tempos em tempos. O trabalho de todo cientista não diz respeito a uma manutenção de uma coerência com os fundamentos e tecnologias em vigor – embora o autor ache essa característica uma fase importante da ciência normal – mas pensar como a ciência se exerce em seu tempo (o do cientista) e quais demandas respondem. Penso que este exercício se aproxima da discussão problematizada por Foucault (2007) sobre as modalidades discursivas.

Neste sentido, Foucault (2007) irá mostrar em Arqueologia do Saber como os historiadores começam a formular a ideia de série para sair da noção de categoria. Série é um conceito que tem a ver com a reforma da noção de documento como o detentor da História dos homens. Sobre a construção da História como disciplina dos grandes homens, das grandes narrativas, Febvre (1989), historiador moderno fundador da “Escola dos Annales”, sinaliza:

> Mas o que é uma grande obra histórica? Um conjunto de fatos recolhidos, agrupados, organizados pelos historiadores, de tal forma que constituem um anel de uma dessas grandes cadeias de fatos homogêneos e distintos cuja rede, mais ou menos apertada, lançamos sobre o passado histórico da humanidade. Somos nós que, sem cessar, forjamos e voltamos a forjar estas cadeias, na nossa necessidade de organizar o passado, de conferir clareza e regularidade ao conjunto perpetuamente móvel, ao encadeamento e brilho dos fatos que, sem lei aparente, se entrechocam, se misturam e se dominam reciprocamente à volta de cada homem, em cada momento de sua vida – e, consequentemente, da vida das sociedades que faz parte. (FEBVRE, 1989, p.114)

Foucault (2007) enfatiza que os historiadores, ao criticar essa visão substancialista do modo de fazer história ampliam a noção de documento e começam a trazer para o campo do ofício do historiador elementos materiais que antes não tinham o menor reconhecimento de valor de verdade. E para não reproduzir a mesma operação que já se tinha feito com os documentos, começam a colocar na relação entre os materiais o que seria objeto de estudo do historiador. Ao invés de partir de uma categoria universal e posteriormente recolher através da experiência os elementos e os colocar nas caixas de “categorias”, a perspectiva das

séries baseia-se em partir dos eventos e pensar que séries são possíveis construir desses eventos. A crítica de Foucault (2007) seria que os historiadores não levaram ao limite aquilo que se estabelece também como descontinuidade: as narrativas que compõe a história. A séries das séries rompe com a perspectiva de totalização, permitindo ver o funcionamento, os modos de articulação e as não-identidades.

Foi assim que, na trajetória desta pesquisa, tantas implicações foram surgindo e possibilitando discussões de diferentes modalidades discursivas. Talvez esteja aí a dificuldade em conciliar as exigências acadêmicas (prazos, normas de escrita, etc.) com o fluxo de pensamento que me invade constantemente. Diversos encontros com as pessoas que participaram desse processo foram necessários para desmontar as armaduras institucionais e políticas das quais estava impregnado ao chegar no mestrado. Cada pessoa poderia estar relacionada a determinadas funções (orientador, professor, aluno, militante, familiares, usuários, amigos...), mas a insurreição ideológica só foi possível através de um distanciamento destas funções (FEYERABEND; 1991, KUHN, 2007, FOUCAULT, 2007).

Um exercício árduo que exigiu um (des)treinamento de um modo de pensar sobre a vida que poderia ser expresso através da pesquisa, mas que estava muito além dela. Um dos momentos marcantes foi uma das orientações em que ouvi repetidas vezes que não era preciso me preocupar em primeira instância com a teoria. O incômodo em ouvir tais orientações era tamanho que não conseguia conceber a possibilidade de pensar uma pesquisa sem estar carregado de conceitos, fundamentos e argumentos poderosos para discutir com colegas de profissão e da academia. É esse tipo de conhecimento cumulativo que os historiadores vêm criticando, por não dar conta da diversidade do pensamento, dos intervalos discursivos que as funções mencionadas anteriormente podem suscitar (FOUCAULT, 2007; KHUN, 2007).

Poderia dizer então, depois desses levantamentos, que estaria me livrando do método? De modo algum. Trata-se, em contrapartida, de tratar a questão do método de maneira distinta daquela usualmente retratada nos manuais científicos e adotar um método pluralista que não tem por finalidade levar a uma teorização ideal, a objetivos prontos, mas possibilitar a pluralidade de ideias, que podem até ser incomensuráveis (FEYRABEND, 1991). A tomada de referência, então, será a análise institucional francesa, pensando sempre como uma possibilidade de

entendimento que não se esgota em sua forma de problematizar as temáticas que pretende discutir.

Mas posso dizer que estou me livrando em certa medida do modelo hegemônico de fazer pesquisa na academia? É o que penso ser o exercício de uma escrita indisciplinada, que se aproxime da revolução epistemológica proposta por Feyerabend (1991), onde a normatização tão penetrada nos diversos saberes chegou a um nível de controle sobre a conduta dos homens e de suas "ferramentas" (escrita, arte, pensamento) que impossibilita a exibição dos limites, sendo este um dos alcances da análise institucional. A disciplina me serve como proposta de análise, jamais como modelo de operacionalização. Penso que a máxima: a vida não cabe no lattes ganha potência de discurso. Quantidade de laudas, de referenciais teóricos e outras exigências da academia passam a ser efeitos e não parâmetros necessários, como costuma-se ouvir nos corredores por discentes desesperados para atingir tantas metas que não preenchem as lacunas da "produção de conhecimento".

XXXXX

Ao adotar os conceitos da análise institucional francesa como possibilidade de análise do instituinte nas políticas socioassistenciais faz-se necessário primeiramente desmontar o universo construtivista histórico do institucionalismo. O sufixo *ismo* denota as constituições subjetivas fragmentárias que fazem parte do movimento instituinte, a exemplo dos dois principais movimentos da análise institucional francesa, a socioanálise e a esquizoanálise. Estes teóricos marcaram a constituição de um novo paradigma dos intelectuais franceses. A revolução estrutural (KHUN, 2007) foi possível no decorrer da década de 60 que culminou no movimento de março de 64, sendo este movimento objeto de variadas intervenções, impulsionando reformulações conceituais fundamentais para repensar o espaço geográfico e temporal em emergência. As fontes de significações tomadas por Veyne (2001), demarca o território minado percorrido pelos autores desta revolução. "Tais autores necessitam ser apreendidos na qualidade de elementos-e-atores de

um presente, identificando a regimes de verdade, poder e subjetivação (VEYNE, 2001).

Quantas “ficções” são necessárias para fazer emergir conjuntos de práticas e discursos, permitindo conhecer o não visível, analisar o aparentemente banal, os enfrentamentos, as intensidades, forças e invenções que invadem o espaço das produções intoleráveis encontradas na academia, clínicas, escolas, políticas públicas de modo geral e em última instância na vida do conjunto de corpos geridos pelo Estado? A análise institucional tem sido uma ferramenta importante nesta ruptura epistemológica. A vida no espaço jurídico e político, os corpos a serviço do Estado mínimo, os saberes corporificados de poder, etc, tantos etc... são exemplos da potência deste dispositivo, em meio a outros, na tentativa de navegar pela multiplicidade das implicações geradas no contato no dia-a-dia, com as pessoas de espaços-outros. Não há por que negar a ficção, na medida em que ela possui utilidade analítica, conforme considerações de Foucault (1980)

> Parece-me plausível fazer um trabalho de ficção dentro da verdade, introduzir de verdade dentro de um discurso ficcional e, de algum modo, fazer com que o discurso permita surgir, fabrique, algo que ainda não existe, portanto ficcione algo. Ficciona-se a história partindo de uma realidade política que a torna verdadeira; ficciona-se uma política que ainda não existe partindo de uma verdade histórica. (p. 75)

Como mostra Baremblitt (2002), o movimento instituinte ou institucional dizia respeito às diversas escolas que tinham como ponto intersecutório os processos de autogestão e auto-análise. Para o autor, as coletividades, representadas de um lado pelos dóceis corpos profissionalizados (*expertises*) e de outro pela sociedade civil organizada, exibiam a distância entre aqueles que detinham um determinado conhecimento técnico – que deve perder seu status hierárquico, mas também não pode ser negado por completo – e o coletivo social que estava aquém dessa produção “sofisticada” de saber. Esta análise arquitetural entre dominantes/dominados necessita ser violada, pois as relações de poder num campo institucional apenas exibem uma hierarquia como sintoma ou efeito das singularidades. (DELEUZE, 2013). A auto-análise referenciada por Baremblitt (2002) consiste:

> (...) em que as comunidades mesmas, como protagonistas de seus problemas, necessidades, interesses, desejos e demandas, possam enunciar, compreender, adquirir ou readquirir um pensamento e um vocabulário próprio que lhes permita saber acerca de sua vida, ou seja, não

> se trata de que alguém venha de fora ou de cima para dizer-lhes quem são, o que podem, o que devem pedir e o que podem ou não conseguir. Este processo de auto-análise das comunidades é simultâneo ao processo de auto-organização... (BAREMBLITT, 2002)

A produção de um saber por parte das comunidades permite que estas se "emancipem" do saber dominante dos experts na medida em que possibilita a autogestão de acordo com as condições de vida que por sua vez referem-se às demandas e necessidades da comunidade. Seria o que Geertz (2014) denomina de saber local, vinculado a sistemas de produção como o senso comum, as artes e imaginação moral. No campo institucional este jogo de forças é altamente visível. Os técnicos da assistência são "endeusados" pelos usuários, sendo comum, por exemplo, o profissional psi ser chamado de doutor. Esta referência ocorre devido a vinculação imediata da Psicologia como um saber ligado à Medicina. Não é incomum usuários chegarem aos serviços de assistência verbalizando: "Doutor, só o senhor pode salvar minha vida". Salvação e cura ainda são discursos extremamente difundidos pelos usuários das políticas públicas de assistência no que concerne a função do psicólogo. Nesse sentido, a proposta da autogestão é claramente uma tentativa de equilibrar essa relação de poder engendrada no processo de institucionalização.

Cabe ressaltar a contribuição de Geertz (2014) sobre a discussão dos "compartimentos organizados culturalmente" que geralmente são objetos do antropólogo, tais como religião, direito, arte e a ciência. Sua crítica gira em torna da forte corrente de antropólogos que relutam em construírem posições teóricas que transitam entre as sociedades tradicionais e sociedades modernas. Para o autor, partir para campo de pesquisa com noções universalizantes (estas que estão impregnadas em diversas áreas de saber, como Democracia, Cristianismo e Jurisprudência) impede que se possa colocar em análise o emaranhado de "posições herdadas, crenças aceitas, juízos habituais e emoções inatas..." (GEERTZ, 2014, p. 78). Trata-se, então, de saber até que ponto os aspectos culturais foram sistematizados. O senso comum, constructo ignorado por grande parte dos teóricos é esmiuçado a partir de uma série de exemplos de culturas onde a sua construção não parece tão naturalizada. A importância do senso comum como um sistema cultural se dá, então, porque se trata também de um exercício de sabedoria coloquial. É justamente a proposta da autogestão que a análise institucional tenta resgatar em termos representativos nas coletividades,

recuperação e potencializar um saber desenvolvido nas relações cotidianas das comunidades que são constantemente rechaçadas pelos saberes hegemônicos dos agentes das políticas públicas.

Em relação ao senso comum, especificamente, Geertz (2014) diz que consiste em um fenômeno constantemente presumido, mas que é um sistema cultural que desde a antiga filosofia tem sido descrito por filósofos e não deixou de ser instrumento proclamado pela filosofia contemporânea. De Platão a Merleau-Ponty, a experiência do cotidiano, pé-no-chão, parece estar no entrecruzamento das discussões calorosas sobre a tendência de se pensar sobre a experiência imediata com o mundo. Aqui não importa a qual tipo de sociedade o sujeito pertence, o cotidiano existe nas ruas movimentadas e asfaltadas de um grande centro urbano como em montanhas e jardins do sujeito nômade. O senso comum consiste nesta sabedoria que varia de lugar para lugar, de época para época, onde as pessoas buscam de alguma forma relativizar sua própria experiência com o mundo, estabelecendo um entendimento particular com o universo ao seu redor.

> Se o bom-senso é uma interpretação da realidade imediata, uma espécie de polimento desta realidade, como o mito, a pintura, a epistemologia, ou outras coisas semelhantes, então, como essas outras áreas, será também construído historicamente, e, portanto, sujeito a padrões de juízos historicamente definidos. Pode ser questionado, discutido, afirmado, desenvolvido, formalizado, observado, até ensinado, e pode também variar dramaticamente de uma pessoa para a outra. Em suma, é um sistema cultural, embora sempre muito integrado, que se baseia nos mesmos argumentos em que se baseiam outros sistemas culturais semelhantes: aqueles que os possuem tem total convicção de seu valor e de sua validade. (GEERTZ, 2014, p.80)

Um questionamento surge neste momento: como seria possível no espectro de um modelo de políticas públicas, onde as relações de poder estão também a serviço do aparelho estatal de regulação das microcondutas, efetivar uma possível horizontalização de saber? Estas investidas ocorrem em sua grande maioria, através do diálogo entre os que produzem sua relação com cotidiano e aqueles que lutam por mais especialismos como tentativa de dominar no campo do conhecimento técnico as formas de manejar os corpos das pessoas. Parece inoportuno afirmar que no plano ideológico este processo emancipatório se concretize. A ficção permite somente uma aproximação do modo de vida do usuário, o que corrobora para o entendimento de que tais respostas institucionais ocorrem somente para dar

feedbacks às políticas públicas. O próprio Baremblitt (2002) prova que a análise institucional, no sentido adotado até o momento, já mostra sua autolimitação:

> Por isso que a autogestão não é uma tarefa fácil: a prova está em que as iniciativas auto-analíticas e autogestivas não as caracterizam por seu sucesso. Elas têm aparecido muitas vezes na história e muitas vezes têm sido destruídas e sufocadas. E as que hoje insistem em existir lutam duramente contra um conjunto de imensas forças históricas que tentam destruí-las. E quando não conseguem eliminá-las, tentam recuperá-las, incorporá-las. **Isso faz com que os objetivos últimos do Institucionalismo – a auto-análise e autogestão – não sejam atingidos nunca de forma definitiva. Eles são atingidos sempre na base da tentativa, do ensaio, da procura.** (p. 54, grifo meu)

Para Lourau (1993), vivemos num processo de heterogestão, onde estamos submetidos a gestão de "outrem". Para o autor isso acontece tanto a nível macro, nas próprias instituições modernas, como nos processos mais singulares da vida cotidiana. A potência da análise institucional consiste em construir possíveis focos de resistência (FOUCAULT, 2007) no sentido de produzir autogestão. A desnaturalização dos fenômenos sociais instituídos necessita de uma análise do processo de implicação em que todo e qualquer sujeito está inserido enquanto pensante de uma pesquisa. Dessa forma, a multireferencialidade teórica que perpassa a construção da análise institucional é entendida por Lourau como uma das diversas contradições de um saber que está sempre em conflito com o que problematiza em termos ideológicos e com os conceitos (que não podem ser tomados como objetivações) defendidos como ferramentas para tais problematizações. A negação da neutralidade científica defendida pelo positivismo reafirma um novo paradigma que se pretende "mais científico"[11], que defende uma lógica dialética no lugar de uma lógica identitária.

O que seria então a proposta da análise institucional? A análise institucional nasce através da crítica à psicossociologia (psicologia dos pequenos grupos). A introdução da instituição – elemento comumente excluído das discussões de grupo – passa a ser objeto de postulados e intervenções, com ênfase na forma e na dialética. Na psicologia, a clínica continua sendo a área de maior destaque na formação acadêmica. A maioria dos cursos possui estágio em clínica e o aluno precisa em tempo hábil escolher dentre as correntes psicológicas disponíveis para

[11] "A análise institucional tenta, timidamente, ser um pouco mais científica. Quer dizer, tenta não fazer um isolamento entre o ato de pesquisar e o momento em que a pesquisa acontece na construção do conhecimento". (LOURAU, 1993)

atuação qual a que se identifica em maior grau. As ofertas variam de acordo com a grade curricular de cada universidade, mas se pode afirmar que se distribuem em três grandes abordagens: psicanálise, fenomenologia-existencial e análise do comportamento. A análise institucional constitui mais uma possibilidade e que vai incorporar em certa medida elementos da psicanálise, sociologia, política, dentre outros saberes. Lapassade (1981) fornece um contundente resumo do nascimento da análise institucional:

> Cheguei à análise institucional (...) refletindo simultaneamente sobre a forma-seminário (o que é o instituído da formação) e sobre a instituição (no sentido ativo do termo) da relação de formação (enquanto separa os formadores, postos em situação de "adultos" e dos "formandos", assimilados a "crianças" que "devem formar-se"...). A análise institucional nascerá destas perguntas formuladas a propósito dos grupos T: a) que ocorre com "forma" (o instituído) da formação? b) que significa o fato de instituir a formação? Logo: que é a instituição (instituinte/instituído) da formação? (p. 165)

Dito isto, é válido demarcar alguns dos conceitos primordiais do movimento institucionalista. René Lourau (1993) define o conceito de implicação no campo da análise institucional como sendo "a necessidade de se analisar os vínculos afetivo-libidinais, políticos, profissionais e institucionais de qualquer pesquisador" (LOURAU, 1993, p.14). Com o entendimento da necessidade de uma análise que atinja a multiplicidade dos agentes e as condições com as quais o pesquisador se depara diante dos discursos/práticas que estão imersos no campo de pesquisa, é possível refletir sobre a importância do conceito de análise de implicação para a pesquisa. Este conceito está relacionado a outro conceito básico, que é a demanda. Segundo o sociólogo, a tendência dos grupos ao não analisarem criticamente suas necessidades básicas é de estarem submetidos à alienação[12] institucional. É o que ocorre quando há uma cristalização da demanda, que barra o processo de identificação com as necessidades e consequentemente impossibilita que as coletividades exercitem seu saber de forma a organizar-se politicamente em prol de soluções para seus problemas.

Passamos então a um caso específico presenciado pelo técnico de assistência social. Este caso ocorreu no momento em que houve uma conferência territorial da

[12] Para LOURAU (1993) o conceito de alienação adotado pela Análise Institucional tem inspiração Marxista, a saber, o processo de exteriorização da atividade humana que foi analisado por Marx através do trabalhador alienado que não reconhece o processo do qual é integrante fundamental.

criança e adolescente. Obviamente, não se tratava naquele ambiente de uma socioanálise, mas a forma como os acontecimentos ocorreram na conferência, possibilitou trazer para o campo de análise alguns conceitos propostos pela análise institucional. Este encontro ocorreu após a conferência municipal da criança e do adolescente onde os técnicos da assistência e da educação buscaram pensar as necessidades urgentes para a efetivação das políticas da criança e do adolescente. Diversos temas foram abordados, desde a implantação de novas tecnologias para aprimoramento das condições físicas e estruturais dos colégios do município, até o debate sobre políticas de combate ao trabalho infantil, exploração sexual, dentre outros. O que me[13] chamou atenção foi o modo de funcionamento do evento.

Na mesa de debate estavam presentes os diversos representantes dos municípios do sertão sergipano, que foram escolhidos devido ao trabalho desenvolvido diretamente com crianças e adolescentes. Dessa forma, a mesa era composta por uma pluralidade de agentes de políticas públicas, tais como conselheiros tutelares, diretores de escolas urbanas e rurais, presidentes de conselhos municipais da criança e do adolescente e demais agentes de políticas públicas da saúde, agricultura, educação e assistência social. Do lado dos “ouvintes” estavam os delegados, escolhidos também por trabalharem com o público em questão. A conferência foi acontecendo na medida em que discutiam item por item dos tópicos apresentados pelas conferências municipais. Como havia muitas propostas a serem debatidas, a mesa tinha como objetivo enxugar tais propostas, tendo como parâmetro encontrar aquelas que se apresentaram como maior frequência nos diversos municípios e formar um documento que pudesse unir as propostas consideradas mais importantes. Eram subdividas em eixos, como foco em questões relacionadas as estruturas, prevenção e promoção dos direitos humanos e acesso a lazer e cultura.

Os itens eram debatidos brevemente pelos componentes da mesa e depois postos para votação para o público (delegados). Um dos principais questionamentos levantados por uma integrante da mesa, a representante estadual do conselho da criança e adolescente chamou atenção ao verbalizar: “Tem uma coisa que está me incomodando neste evento, a ausência de crianças e adolescentes. Por que não foram chamados para participarem? ”. A resposta foi imediata. Não era viável a

[13] Utilização da primeira pessoa do singular para referir novamente a função pesquisador.

presença das crianças e adolescentes porque ali estavam seus os representantes legais em suas diversas funções e que as questões que estavam sendo debatidas já tinham passado pelo crivo da população de cada município nas conferências municipais. Sendo assim, os itens foram votados e não houve espaço para uma discussão mais aprofundada das verdadeiras demandas das crianças e adolescentes.

A exposição do evento acima ajuda a pensar os conceitos de demanda, intervenção e implicação, postulados pela análise institucional principalmente porque o formato da conferência como espaço de discussão se assemelha em algum sentido com as Assembleias que Lourau (1993) traz como exemplo ilustrativo na sua explanação sobre os conceitos da análise institucional em suas aulas na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) que posteriormente foram transcritas e traduzidas. Sendo assim, o autor afirma que a análise institucional funciona através da análise das relações entre as contradições. Demarca, então, que existem contradições no novo campo de coerência (relativas a multireferencialidade); na relação do instituído/instituinte; no processo de institucionalização e autodissolução[14]; entre a autogestão e heterogestão e por último a contradição dialética entre a implicação e a neutralidade científica. Doravante, a crítica a Psicologia focada na análise dos pequenos grupos parte da perspectiva de que a análise institucional irá trabalhar não somente com os pequenos grupos, mas com toda e qualquer coletividade. A socioanálise como dispositivo seria o agenciamento da encomenda dirigida pela equipe-cliente para a equipe-interventora.

Na conferência referida, o espaço deveria ser de um debate que possibilitasse o máximo de interação possível entre os membros (delegados e mesa) e que estivessem presentes naquele espaço o público-alvo em questão. Embora exista uma questão de representatividade em relação às crianças e adolescentes (pois estes são considerados em termos legais como grupos “sem vozes”, necessitando de tutela), a proposta da conferência deveria ser de se aproximar das reais demandas das crianças e adolescentes, mas são diversos os empecilhos para a efetivação de uma representatividade que se aproxime do acolhimento das

[14] A autodissolução é apresentada por Lourau (1993) através do exemplo da análise do Partido Comunista Bolchevista e da extinção da União Soviética. O sociólogo defende que o processo de autodissolução está presente em todo processo de institucionalização.

necessidades desse grupo, tais como, o excesso de burocratização, de moralismo por parte dos agentes das políticas públicas e distância do universo da criança. Uma análise institucional que se mostre comprometida com mudanças da realidade que problematiza, deve estar atenta para a micropolítica, para o movimento desejante que pulsa nestas “pequenas vozes”, permitindo o aparecimento do instituinte.

Para além do exposto, é possível, também, visualizar uma discrepância entre as necessidades do público-alvo e tomada de decisões daqueles que se auto intitulam defensores e representantes das crianças e adolescentes. Uma relação hierárquica de saberes engendra a construção das políticas voltada para atender as próprias demandas que deveriam ser os verdadeiros objetos de análise dos componentes da mesa. Eis uma das formas bem conhecidas de resistência a socioanálise. Lourau (1993), entretanto, demarca a diferenciação entre demanda e encomenda ao afirmar que “Há demandas que preexistem ao trabalho socioanalítico. No entanto, ao pensar em encomenda de intervenção, consideramos as demandas como “modificadas”, pois são influenciadas por essa nova situação” (LOURAU, 1993, p.34).

O novo campo de coerência, então, deve ser composto por um movimento necessário na análise institucional de colocar em xeque o lugar dos especialistas, tanto fomentado pela ciência positivista. Dessa forma, a ampliação do conceito de transferência e contratransferência da psicanálise, torna-se uma ferramenta indispensável para o delineamento do conceito de implicação. Além desta ampliação dos conceitos psicanalíticos, Lourau (1993) chama atenção para a necessidade de uma reconstrução de como é visto e utilizado por boa parte dos profissionais “psi”, o termo Instituição. Para o autor, instituição não se refere ao local onde um especialista trabalha, portanto, não se trata de “organizações jurídicas” por exemplo; nem de qualquer espaço entre quatro paredes que tantos profissionais se orgulham em chamar de instituição, mas sim “uma dinâmica contraditória construindo-se na (e em) história, ou tempo. (...) instituição como dinamismo, movimento, jamais como imobilidade” (LOURAU, 1993, p.11).

Através desta concepção proposta pela Análise Institucional é possível pensar no campo de pesquisa como algo que está sempre em produção, articulado com o(s) lugar(es) do pesquisador e dessa forma é possível colocar em análise os afetos, ideias que estão imersos no jogo político do objeto a ser pesquisado. Se para a psicanálise, numa relação terapêutica existe esse conjunto de elementos que são

transferidos na relação paciente-terapeuta, na Análise Institucional a partir da perspectiva de Lourau, este mesmo movimento acontece entre o pesquisador e campo de pesquisa/objeto de pesquisa, só que aqui em uma esfera macro, abrangendo fundamentalmente aspectos sócios históricos.

Se todos esses elementos (campo de pesquisa, objeto de pesquisa e pesquisador) estão atravessados nas práticas institucionais, não existe possibilidade da posição neutra, afinal, somos e estamos sendo produzidos a todo tempo pelos acontecimentos que ocorrem na própria prática de pesquisa e até fora desta. Coimbra (2007) salienta que estar implicado não é questão de vontade, pois a implicação está no mundo, em tudo e com tudo com que nos relacionamos, estabelecendo diferentes relações com as instituições e com aquilo que já está instituído (lê-se, também, naturalizado). A autora reforça que é por isso que no campo da Análise Institucional não se trata somente de implicação, mas de análise de implicações.

A análise de implicações possibilita o pesquisador pensar sobre o processo de naturalização que ocorre nas instituições. Através de uma análise do sistema de lugares, o assinalamento do lugar que ocupa, que busca ocupar e do que lhe é designado ocupar com os riscos que isto implica" (BARROS, 1994, p. 308). Trata-se, portanto, de problematizar as contradições que emergem no campo de pesquisa, entre o instituído e o instituinte. Entretanto, o autor compreende que a distinção de instituído e instituinte é apenas conceitual, mas que na prática ambos coabitam em todo processo de institucionalização, portanto, não temos de um lado um poder instituinte e, de outro um poder instituído, mas ambos atuam nas relações interpessoais, profissionais, dos usuários, dos cidadãos e especialmente, das pessoas.

Sendo assim, para que a análise de implicações seja possível, é importante que o pesquisador esteja atento sobre outro conceito análogo à implicação: a sobreimplicação. Consiste em um movimento existente entre o pesquisador e o campo de pesquisa que impossibilita que a pluralidade de elementos que compõe o campo institucional sejam postos em análise.

> Segundo Merleau-Ponty, o sociólogo chega ao conhecimento não só pela observação de um objeto exterior, mas canalizando também sua própria implicação no momento da observação (...) Merleau-Ponty vai mais longe do que aqueles que se detêm na compreensão das instituições por meio de

> uma análise do vivido. Para ele, estudar o social é saber (...) como pode ser em si e para nós (Lourau, 1975.p.38)

Pode-se inferir, portanto, que a análise institucional está sempre vinculada a uma espécie de movimento entre uma totalidade (instituído) e uma multiplicidade (instituinte) da qual as ciências humanas vêm duelando na modernidade, com o crescimento do ramo de *expertises* que buscam estabelecer quais suas competências para lidar com as problemáticas do cotidiano institucional. Dessa forma, a prática interdisciplinar, tão defendida no desenvolvimento das políticas públicas, seria então uma tentativa contemporânea de lidar com as diferenças, com o imensurável? Ou ela estaria camuflando em nome de um suposto exercício dialético de saberes uma tendência a reproduzir o modelo cartesiano?

O duelo de saberes de um lado, a tentativa de uma intersecção (também de um diálogo) entre estes saberes, de outro. Estas parecem ser uma das principais conotações do dualismo contemporâneo que transita no processo de institucionalização. A inserção da Psicologia no campo das políticas públicas sendo esta um novo tipo de saber, interdisciplinar, que adquire características próximas da lógica unitária. Dessa forma, enquanto as práticas institucionais seguirem a tradição do *know how*, a tendência é de fixar os limites, circunscrever os detalhes de suas estratégias e se distanciar de um compromisso com emersão dos regimes de verdade (FOUCAULT, 2007).

Na experiência profissional do técnico da assistência foram diversos os momentos em que a ideia de equipe não tinha o significado que as políticas públicas defendem em seus manuais. Assistentes sociais, monitores, coordenação e funções-outras viviam sob um desgaste de cobranças que os colocavam como verdadeiros rivais. Em determinada intervenção, onde o psicólogo propôs que no caso em questão (um usuário que estava perambulando na rua e que estava negando qualquer tipo de abordagem) seria interessante uma abordagem que não fosse baseada em preenchimento de protocolos, como era o costume das assistentes sociais, fazendo com que o usuário se tornar cada vez menos receptivo, transformou-se em um “desmerecimento” do serviço social enquanto profissão. Este exemplo mostra que a interdisciplinaridade, além de não ser efetivada, tendia a uma padronização que não levava em consideração as diferenças em termos de tecnicismo, afinal, todos são técnicos da assistência. A contradição deste discurso é que embora todos estejam lutando para dizer que são mais capacitados em

determinado tipo de desempenho, pois são especialistas, expõe a um só tempo a guerra entre os especialistas e fortalece o que Barremblit (2002) já havia dito sobre a autogestão tão almejada pela análise institucional: trata-se apenas de uma tentativa de emancipação que em vias concretas não é possível de efetivar.

CAPÍTULO 3

SOBRE A GENEALOGIA DOS PODERES EM UMA SOCIEDADE QUE CLAMA POR “CUIDADOS”

O desenvolvimento do conceito de biopolítica elaborado por Foucault iniciou-se no último capítulo da História da Sexualidade I, A vontade de saber, em 1976, onde o autor fez uma discussão sobre como os dispositivos disciplinares e de gerência da vida constituíam uma rede de tecnologias de poder-saber, sendo o sexo e a sexualidade um dos elementos mais importantes para a compreensão destes mecanismos. Essa discussão já foi suficientemente impactante, pois trazia para o campo de análise o caráter positivo em que uma “prescrição” da sexualidade (antes que uma repressão) estaria em vigor na Era Moderna: um dispositivo de controle, entrelaçado em uma rede de poderes que buscava normatizar, docilizar os corpos, colocá-los expostos ao esquadrinhamento e, sobretudo, a serviço da potência de poder para gerir a vida de uma população.

Em decorrência de sua morte prematura, em 1984, Foucault não desenvolveu o conceito de biopolítica nos próximos volumes da História da Sexualidade, pois focou-se na compreensão da história genealógica do mundo greco-romano. Foi somente após a sua morte que seus cursos ministrados no *College de France* foram transcritos e assim foi possível ter acesso ao desenvolvimento mais extensivo do conceito de biopolítica e governamentalidade.

Revel (2005) fundamenta que o conceito de biopolítica depende de uma retomada da análise da microfísica foucaultiana do poder. O poder não é compreendido como uma entidade única, vertical, concentrado na figura do Estado ou do Soberano, impondo por meio de repressão da lei o que é permitido ou ilícito. As relações de poder configuram-se em todas as instâncias da vida, e, portanto, é plural e relacional. “As relações de poder não se constituem na base das relações legais, no nível do direito e dos contratos, mas sim nos planos das disciplinas e de seus efeitos de normalização e moralização” (REVEL, 2005, p. 46). Dessa forma, pode-se compreender a micropolítica do poder como mecanismo sempre heterogêneo e construído historicamente. No mundo do possível, o poder penetra através de seus dispositivos nos mais diversos níveis da vida cotidiana, está por

toda parte e a biopolítica constitui a instância mais íntima em que o poder pode penetrar, a vida, especialmente no conjunto de práticas exercidas pelos cidadãos.

É no início de sua análise da genealogia do poder, em Vigiar e Punir, que Foucault (2009) conduz a explanação extensiva sobre a anátomo política do poder, a saber, o corpo mergulhado no político, onde as relações de poder são investidas sobre ele em todo seu alcance. O corpo pode - e deve - ser constrangido, adestrado, mutilado, repartido e educado. A normatização do corpo é realizada por diversas tecnologias de poder-saber e são espalhadas pelo corpo social em uma linha contínua. O corpo revela-se como instrumento de produção e o que a Era Moderna irá implementar cada vez mais são mecanismos que fortalecem essas tecnologias, tornando-as potentes em ação e reflexão sobre a vida.

Ao fazer uma leitura sobre a obra foucaultiana, Deleuze (2013) afirma que o filósofo sugere abandonar um certo número de postulados que marcaram a posição tradicional da “esquerda” (movimento esquerdista europeu que ainda mantinha uma concepção de poder nos moldes Marxistas). Dentre estes postulados sobre o poder encontram-se: localização, subordinação, essência/atributo, modalidade e legalidade. Assim, o autor discorre acerca de uma série de desconstruções sobre estes.

O postulado da localização sugere que o poder seria lido como o poder do Estado localizado ele próprio no aparelho do Estado. Porém, as relações do poder estão dispersas por todo corpo social e o aparelho de Estado é uma das formas de manifestação do poder, é antes um efeito da microfísica do poder. O entendimento sobre o funcionamento dos dispositivos disciplinares ajuda na compreensão de que o poder é dotado de uma tecnologia que atravessa todas as espécies de aparelhos e instituições.

> Mesmo as peças ou engrenagens particulares como a polícia e a prisão: ‘Se a polícia como instituição foi realmente organizada sob a forma de um aparelho de Estado, e se foi mesmo diretamente ligada ao centro da soberania política, o tipo de poder que exerce, os mecanismos aos quais ela os aplica são específicos, encarregando-se de fazer penetrar a disciplina no detalhe efêmero de um campo social, demonstrando assim independência em relação ao aparelho judiciário e mesmo político. Com mais razão ainda, a prisão não tem suas origens nas “estruturas jurídico-políticas de uma sociedade”: é um erro fazê-la depender de uma evolução do Direito, mesmo do Direito Penal. Administrando a punição, a prisão dispõe também ela de uma autonomia que lhe é necessária, e apresenta, por sua vez, um “suplemento disciplinar” que ultrapassa o aparelho de Estado, mesmo servindo-o. (Deleuze, 2013, p. 36)

O postulado da subordinação se refere à subordinação do poder encarnado no aparelho de Estado a um modo de produção, tal como a uma infra-estrutura. Para Deleuze, a obra de Foucault sinaliza que o poder está relacionado a diversos modos de produção. O autor aponta, por exemplo, como as sociedades disciplinares estão relacionadas ao nascimento da biopolítica trazendo como exemplo a própria expansão demográfica e o nascimento dos saberes modernos, porém, sinaliza que não se resume a uma "economia em última instância" (p.36), afinal o poder age de forma relacional, de forma interna nas instituições, mas está para além delas, no campo econômico de forças produtivas.

> O que ainda há de piramidal na imagem marxista é substituído na microanálise funcional por uma estreita imanência na qual os focos de poder e as técnicas disciplinares formam um número equivalente de segmentos que se articulam uns sobre os outros e através dos quais os indivíduos de uma massa passam ou permanecem, corpos e almas (família, escola, quartel, fábrica e, se necessário, prisão. (DELEUZE, 2013, p. 37)

O postulado da essência ou do atributo propunha que o poder teria uma essência e seria um atributo, que qualificaria os que o possuem (dominantes) distinguindo-os daqueles sobre os quais se exerce (dominados). Mas o poder não tem essência, ele é operatório, portanto não é um atributo que algo (alguém) possui, mas uma relação, podendo ser exercido tanto pelos dominantes como pelos dominados.

Já o postulado da modalidade preconiza que o poder agiria por violência ou por ideologia, ora reprimindo; ora enganando ou iludindo; ora como polícia; ora como propaganda. O autor enfatiza que o poder produz realidade/verdade antes de reprimir. O poder não opera necessariamente através da violência, mas as relações de poder podem em determinadas configurações produzir violência. O postulado da legalidade coloca que o poder de Estado exprimir-se-ia na lei, sendo esta concebida ora como um estado de paz imposto às forças brutas, ora como o resultado de uma guerra ou de uma luta ganha pelos mais fortes (mas nos dois casos a lei é definida pela cessação forçada ou voluntária de uma guerra e se opõe à ilegalidade, que ela define por exclusão; e aos revolucionários só resta alegar outra legalidade, que passa pela conquista do poder e pela instauração de outro aparelho de Estado. O autor afirma então que Foucault irá realizar uma substituição da oposição lei-ilegalidade por ilegalismos-lei. "O ilegalismo não é um acidente, uma imperfeição

mais ou menos evitável... No limite, eu diria que a lei não é feita para impedir esse ou aquele tipo de comportamento, mas para diferenciar as maneiras de se interpretar a própria lei" (FOUCAULT, 2010). Dessa forma, a lei não se opõe à ilegalidade, pois ela é "uma gestão de ilegalismos, permitindo uns, tornando-os possíveis, inventando-os como privilégio da classe dominante, tolerando outros como compensação às classes dominadas ou, mesmo, fazendo-os servir à classe dominante, finalmente, proibindo, isolando e tomando outros como objeto, mas também como meio de dominação" (DELEUZE, 2013, p.39).

Dessa forma, cabe salientar que a relação entre soberanos e súditos exigia uma obediência inflexível, exercida pela figura do soberano e que afetava a liberdade em termos explícitos dos subordinados e é sobre esse tipo de relação que Clastres (2004) traz sua contribuição, pois

> Numa sociedade dividida segundo o eixo vertical do poder entre dominantes e dominados, as relações que unem os homens não podem se desenvolver abertamente, na liberdade. Príncipe, déspota ou tirano, aquele que exerce o poder deseja apenas a obediência unânime de seus súditos. Estes respondem à sua expectativa, realizam seu desejo de poder, não por causa do terror que ele lhes inspira, mas porque, obedecendo, realizam seu próprio desejo de submissão. A desnaturação exclui a lembrança da liberdade e, com isso, o desejo de reconquistá-la. Toda sociedade dividida está, portanto, destinada a durar. A desnaturação se exprime ao mesmo tempo no desprezo que quem manda sente necessariamente pelos que obedecem e no amor dos súditos pelo príncipe, no culto que o povo presta à pessoa do tirano. Ora, esse fluxo de amor que não cessa de vir de baixo para se lançar sempre mais alto, esse amor dos súditos pelo senhor, desnatura igualmente as relações entre os sujeitos. Excluindo toda liberdade, estas ditam a nova lei que rege a sociedade: é preciso amar o tirano. Cada um zela pelo respeito à lei, cada um só estima seu próximo por sua fidelidade à lei. O amor à lei — o medo da liberdade — faz de cada súdito um cúmplice do Príncipe: a obediência ao tirano exclui a amizade entre sujeitos. (p. 119)

Sendo assim, uma análise sobre a implicação da biopolítica transpassa pelas novas configurações dos mecanismos de poder que surgem a partir do século XVII, na Era Clássica através do deslocamento do direito sobre a vida e a morte que era aplicado pelo soberano quando sua pessoa ou reino era ameaçado, para um poder que terá como função gerir a vida. Foucault (2011) sinaliza que o confisco (dos bens, dos corpos e da própria vida) deixa de ser a principal função, como era na sociedade do poder soberano, e adquire a característica complementar de controlar, vigiar e ordenar as forças que operam sobre a vida. Se no caso do poder soberano, este tinha o direito de dispor a vida do seu súdito, seja diretamente, através do gládio, ou indiretamente, quando os súditos dispunham suas vidas em guerras pela defesa do

reino, com o deslocamento da função privativa do soberano para o poder exercido pelo Estado, populações inteiras foram extintas em nome da produção da vida, da espécie biológica, da raça.

Para o autor, a positividade do poder sobre a vida pode ser compreendida através da análise das grandes matanças que ocorreram a partir do século XIX, a exemplo dos holocaustos que dizimaram populações. “Foi como gestores da vida e da sobrevivência dos corpos e da raça que tantos regimes puderam travar inúmeras guerras, causando a morte de tantos homens” (FOUCAULT, 2011, p. 149). Multiplicam-se as disciplinas sobre os corpos, com suas técnicas de adestramento peculiares, ao mesmo tempo em que a biopolítica opera sua regulação sobre a população tendo como suporte os processos biológicos: controle do nascimento e mortalidade, das epidemias e duração da vida. Esses são os dois polos que para Foucault irão construir a nova teoria do poder que foi operacionalizada a partir da Era Clássica.

Dessa forma, como as relações de poder-saber adquiriram a potencialidade de gerir a vida, a morte passa a ser o limite, a contradição. Por isso, Foucault (2011) analisa a extinção da pena capital e o surgimento de um direito de morte quando era possível identificar o criminoso e sua periculosidade. “São mortos legitimamente aqueles que constituem uma espécie de perigo biológico para os outros” (FOUCAULT, 2011, p. 150). Outro fenômeno destacado pelo autor é o suicídio. Esta prática tornou-se comum após a decadência dos impérios e traz consigo a contradição sobre direito sobre a vida e a morte. Não mais a obediência irrestrita aos seres superiores – soberano ou divindade – mas uma obediência de assujeitamento da vida. Surge aí um dos grandes dilemas da efetivação da biopolítica: a questão dos direitos individuais e coletivos, que será melhor explanada nas conferências ministradas pelo filósofo. A prerrogativa das relações de poder passou, então, a ser a de fazer viver mais e melhor, isto é, estimular a condições de vida da população. O poder de “fazer” viver e “deixar” morrer (FOUCAULT, 2011, p. 287).

O investimento sobre o corpo através do biopoder irá se tornar um elemento constituinte para o desenvolvimento do capitalismo. Com o crescimento das nações Estado e suas forças de produção dá-se o assujeitamento da população aos processos econômicos. Diversas instituições irão efetivar os dois polos das técnicas de poder. De um lado, as disciplinas são aplicadas sobre os corpos (nas escolas, família, exército, prisões, dentre outros) e de outro lado tem-se a sujeição do homem

ao capital, através dos próprios processos de regulações implementados pela biopolítica. Garantir a segurança da população e poupar o Estado para aceleração do acúmulo de riqueza é mais uma garantia da afirmação de um sistema hierarquizado e dominante que se infiltra na população sem que esta sinta efetivamente o processamento que está se enraizando, pois se tem a recompensa do "cuidado", o sentimento de ser protegido pelo Estado.

> Sabemos quantas vezes se colocou a questão do papel que uma moral ascética teria tido em toda a primeira formação do capitalismo; mas, o que se passou no século XVIII em certos países ocidentais e esteve ligado ao desenvolvimento do capitalismo, foi um outro fenômeno, talvez de maior amplitude do que essa nova moral que parecia desqualificar o corpo: foi nada menos do que a entrada da vida na história – isto é, a entrada dos fenômenos próprios à vida da espécie humana na ordem do saber e poder – no campo das técnicas políticas. (FOUCAULT, 2011, p. 154).

Entretanto, Foucault (2011) enfatiza que embora no mundo ocidental a biopolítica tenha desenvolvido uma série de técnicas que permitiu a melhoria das condições biológicas de uma população, fora do mundo ocidental a fome ainda representava uma grande ameaça à espécie humana. O que vai modificar a relação do homem com a vida será a passagem da vida como dispositivo político gerido pelo Estado, sendo a vida, portanto, posta em questão. Para o autor, isso trará diversas consequências, sendo a mais importante dentro de sua análise o efeito que a lei exercerá sobre o corpo. Embora a lei sempre represente o gládio, no caso de seu descumprimento na Era Moderna, esta passará a ter uma função normalizadora. A lei como regulamentação da vida, onde o biopoder irá qualificar, medir, avaliar e operar distribuições. "Uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida" (FOUCAULT, 2011, p. 157).

No capitalismo clássico, nos moldes descritos por Weber (2003), o trabalho na "jaula de ferro" consiste no capitalismo figurado na sociedade industrial de produção, onde as características individuais são desqualificadas e o trabalhador produz em série para o crescimento econômico das grandes potências mundiais. São meros números no seguimento de protocolos instrumentais e de reprodução sistemática. Em contraponto ao capitalismo clássico, tem-se o capitalismo cognitivo, descrito por Lazzarato (2006) como aquele que exige um trabalhador interativo, comunicativo. Não consiste, entretanto, em dizer que o capitalismo clássico e suas engenharias de

disciplinamento dos corpos não operam na Era Moderna, mas que ocorre uma sobreposição entre o que se denomina capitalismo clássico e capitalismo cognitivo.

No capitalismo cognitivo (LAZZARATO, 2006), o saber ganha espaço no processo de produção, o trabalhador não é somente um técnico que faz operar a máquina. Todo um conjunto de ações e práticas que buscam valorizar a capacidade de interação, de participação, de intelecto, de adaptabilidade serão tomados como objetos de intervenção e forças serão investidas para que sua potencialidade seja extraída ao máximo. A importância dessa transformação do aproveitamento da força de trabalho é reflexo das relações de poder-saber na era pós-industrial. Não mais o homem como indivíduo, mas suas qualidades, seus dotes, inclusive seu lugar na linha de produção, serão analisados na relação empregador-trabalhador. Qual sociedade permitiria esse deslocamento se não uma sociedade que busca além de vigiar as condutas, inseri-las no conjunto de práticas voltadas para o coletivo?

É nesse interim que diversos saberes são potencializados através da biopolítica. É através de uma sociedade industrial e posteriormente do Capitalismo Mundial Integrado (GUATTARI & ROLNIK, 1996) que ocorre a normatização dos corpos e da vida que irá se efetivar como estratégias de governo. A extinção do Império acontece na medida em que esses dispositivos de controle se intensificam, multiplicam-se e tornam-se dotados de capacidade sobre a *biós*, tornando-a ao mesmo tempo objeto e efeito da produção de subjetividade capitalística.

No intuito de fazer uma breve retomada sobre a transição do Império para uma sociedade onde estabeleceu-se um modelo que se pretende democrático sob a égide do capitalismo, Negri (2005), em sua obra Multidão*,* narra a construção da democracia como alternativa viva construída dentro do Império. O autor destaca que na Era do Império as guerras impossibilitavam a multiplicidade das diferenças, pois nesse tipo de sociedade a guerra era o imperativo. É em decorrência primeiramente do aspecto econômico e da produção biopolítica que irá se desenvolver uma separação entre as realidades econômicas e os demais terrenos sociais e o gerenciamento da vida em todas as esferas do *status social,* assegurando a construção de uma suposta democracia global. Posteriormente, a efetivação desta democracia, que para Negri (2005) é uma realidade possível, depende de uma organização "política", que pode ser vista na genealogia das modernas resistências, revoltas e revoluções, que evidencia uma tendência para a organização cada vez mais democrática, das formas mais centralizadas de comando ou ditadura

revolucionária para organizações em rede que deslocam a autoridade para relações colaborativas. Porém a reivindicação da democracia global não assegura sua concretização.

O processo de transformação que ocorreu em grande parte da Europa e que se expandiu por todo Ocidente ocorreu pela intensificação das tecnologias de poder que por sua vez engendraram uma concepção de mundo ideal. O binômio humanismo/democracia[15] segue como um modelo de sociedade a ser implantado em todo continente (GOODY, 2008). Ainda segundo o autor, esta apropriação de valores que também pertenciam a outros modelos de sociedades aponta para uma generalização e globalização de conceitos-chaves tão difundidos no mundo contemporâneo partindo de um distanciamento proposital em relação ao mundo Oriental. Foucault (2008), apesar de não explorar essa discussão sofre a influência do Oriente nos modelos de constituição, mostra as contradições existentes no cerne da ideologia humanista, e consequentemente, sobre a democracia e a noção de liberdade, ao realizar sua análise genealógica das relações de poder. Trata-se, portanto, de problematizar a incorporação destes valores ocidentais e mostrar seus limites.

É importante frisar que biopolítica e governamentalidade na obra do filósofo francês são conceitos auto relacionáveis. A governamentalidade seria uma estratégia de governo que efetiva a biopolítica, por isso Foucault (2008) irá discorrer sobre a "nova razão do Estado", que seria a tarefa do Estado racional de operacionalizar estratégias de controle de cada um e de todos que compõe uma população. Dessa forma, é possível entender o conceito de governamentalidade na obra de Foucault a partir de três óticas. Primeiro, como um conjunto de táticas, cálculos, procedimentos que permitem o exercício de uma forma de poder específica e complexa. Segundo, tal poder tem como principal alvo a população e a economia política como forma de saber mais importante. E posteriormente o autor irá discorrer como o mercado tornou-se um lugar de veridição, assim como o sistema prisional, a sexualidade e a loucura. Espaços de verificabilidade/falseabilidade em função de uma genealogia de regimes veridicionais.

[15] Segundo Goody (2008) o termo humanismo apresentou-se com distintas conotações em diferentes épocas. Já esteve relacionado a "humanidade de Cristo", assim como teve relação com o trabalho dos eruditos renascentistas no sentido de "paganismo". Atualmente, o termo tende a se referir a "valores humanos", se aproximando do conceito de direitos humanos e, às vezes, a aproximações seculares em vez de religiosas. O mesmo ocorreu com o termo/conceito de democracia, que hoje tende a estar relacionado a democracia eleitoral.

Segundo Foucault (2008a), o mercado, e não a economia política, já era objeto de intervenções governamentais desde a Idade Média e será esse lugar que a economia política irá ocupar, estabelecendo uma governamentalidade pautada nos regimes de verdade. Por muito tempo, a prática do mercado foi um espaço de jurisdição, ou seja, existia uma prática, especialmente a de troca de mercadorias que estabelecia uma espécie de justiça distributiva. Era preciso proteger tanto o consumidor quando o comerciante. Ambos corriam o mesmo risco. É nesse sentido que surge a necessidade de ausência de fraude, onde a comercialização tinha por excelência que estabelecer o preço justo, ou o preço mais justo possível.

A "nova arte de governar" consiste em um deslocamento (para segundo plano) do poder do soberano, que antes tinha que exercer a violência para garantir o respeito e reconhecimento de seus súditos e para conquistar territórios, para uma nova modalidade de governar que tem por objetivo o controle da população. Passa-se a governar não mais os homens e seus territórios, mas as coisas: "O homem em suas relações, seus laços, seus emaranhamentos com essas coisas que são as riquezas, os recursos, as substâncias, o território..." (FOUCAULT, 2006, p. 290).

Em Segurança, Território e População, Foucault (2008b) traz para o campo de análise de que forma a governamentalidade surge como exercício de governança para cada indivíduo pertencente a uma população. Para isso irá transcrever sobre os dispositivos de segurança como instrumentos para a efetivação da racionalidade do Estado. Para o autor, tais dispositivos não surgem para atender às expectativas econômicas do mercado (são antes disso, efeitos destas) e adquirem características distintas dos dispositivos jurídico-legais (de punição) e dos disciplinares. Essa diferenciação é importante em sua obra por sinalizar que não há uma hierarquia em relação a estes dispositivos. Os dispositivos de segurança emergem em uma época onde o crescimento demográfico acontece de forma acelerada na Europa e os Estados começam a se preocupar com a questão do espaço urbano. É necessário ordenar o espaço urbano, controlar as epidemias, a circulação do ar, da água. É essa preocupação em relação à disposição de uma série de elementos que pertencem ao meio que irá caracterizar a emergência dos dispositivos de segurança.

No Séc. XVIII – XIX a cidade era caracterizada por um território bem demarcado (espaço mural e denso) e conforme houve a necessidade de repensar a questão administrativa-política das cidades (em decorrência do crescimento econômico e demográfico), a cidade passou paulatinamente por modificações que

tiveram como instrumentos de regulamentação técnicas de soberania, disciplinares e de segurança. Foucault (2008b) contextualiza historicamente a multiplicação dessa tática governamental através do exemplo de três epidemias que irão demarcar diferencialmente características jurídicas, disciplinares e de segurança. São respectivamente, a epidemia da lepra, da peste e da varíola. No caso da lepra, a preocupação dos governantes era a construção de regulamentos que tinham uma lógica excludente. Era preciso excluir da sociedade aqueles indivíduos que poderiam afetar a crescente produtividade na Europa. Já em relação a peste, ocorreu a criação de uma série de procedimentos que determinavam quando e onde os doentes poderiam circular, portanto, procedimentos de controle e disciplina. Por último, com o surgimento da epidemia da varíola, a preocupação com os métodos estatísticos torna-se ponto fundamental para o Estado. Era preciso saber quantas pessoas possuíam a doença, quais as áreas mais afetadas e como prevenir que novos casos não ocorressem.

Entretanto, ao descrever os três dispositivos e exemplificá-los, Foucault (2008b) aponta que as características de tais dispositivos sempre estiveram presentes em diversas práticas ao longo da história e que, portanto, não podem ser estratificadas. “Não existe uma era da segurança, era da disciplina, era do legal” (p.11). O que ocorre na história das tecnologias de poder com o surgimento das nações Estado é que em determinada época há uma prevalência de um dispositivo, nesse sentido, aponta para a emergência dos dispositivos de segurança, porém afirmando que tal dispositivo contém elementos dos demais.

> Mas há uma outra história, que seria a história das tecnologias, isto é, a história muito mais global, mas é claro, também muito mais vaga das correlações e dos sistemas de dominante que fazem com que, numa sociedade dada e para este ou aquele setor dado -, se instale uma tecnologia de segurança, por exemplo, que leva em conta e faz funcionar no interior de sua tática própria elementos jurídicos, elementos disciplinares, as vezes até mesmo multiplicando-os. (p. 12)

Não é difícil inferir, portanto, como no cotidiano, é possível visualizar uma série de práticas que exercem ao mesmo tempo características dos dispositivos legais, disciplinares e de segurança. No caso do assistencialismo toda a política é norteada em documentos que visam uma produção de controle estatístico e prevenção de riscos sociais, onde os indivíduos pertencentes do *corpus* social são inseridos nos programas socioassistenciais com discurso de melhoria da qualidade de vida e

inserção no mercado de trabalho, mas ao mesmo tempo se produz indivíduos capazes de se tornarem autogovernáveis, portanto, controlados e fabricados por uma lógica também excludente. É preciso ao mesmo tempo, garantir a segurança da população para que ela não passe pela experiência de extrema pobreza e prevenir os riscos socais, através de um jogo que diz pretender incluí-los no mercado, mas que tem por objetivo também produzir indivíduos que sejam responsáveis pela gestão de sua própria vida, como parte integrante de uma população.

Ao transcrever como a prática governamental modificou as relações da econômica e política na Europa que Foucault (2008a) irá demonstrar o que chama de "limites desejáveis" da governamentalidade, ou seja, mostrar o que seria contraditório o governo mexer e quais as razões para impor uma limitação no modo de governar. Estas limitações não se tratam de interferências externas à prática governamental, mas, fundamentalmente, está em sua gênese. É neste sentido que o filósofo explana que

> O limite de competência do governo será definido pelas fronteiras da utilidade de uma intervenção governamental. Colocar a um governo, a cada instante, a cada momento de sua ação, a propósito de cada uma das suas instituições, velhas ou recentes, a questão: é útil? é útil para quê? Dentro de que limite é útil? a partir de que se torna útil? a partir de que se torna nocivo? Essa questão não é a questão revolucionária: quais são os meus direitos originais e como posso fazê-los valer em face do soberano? Mas é a questão radical, é a questão do radicalismo inglês. O problema do radicalismo inglês é o problema da utilidade.
>
> O utilitarismo é uma tecnologia do governo, assim como o direito público era, na época da razão do Estado, a forma de reflexão ou, se quiserem, a tecnologia jurídica com a qual se procurava limitar a linha de tendência indefinida da razão de Estado. (p. 55)

Doravante, o liberalismo como tecnologia do governo inaugura um dos grandes dilemas da governamentalidade, pois coloca em questão o poder público e o utilitarismo, assim como o mercado e seu mecanismo espontâneo de expansão. "É um jogo complexo entre os interesses individuais e coletivos, a utilidade social e o benefício econômico (...) jogo complexo entre direitos fundamentais e independência dos governados" (FOUCAULT, 2008a, p. 61). Prática que tem como finalidade otimizar o poder, torná-lo instrumento de instauração de saberes e reger estratégias governamentais baseadas em interesses. Estes são os princípios fundamentais da autolimitação da razão governamental.

Dessa forma, ao problematizar o processo de transformação que ocorreu na Era Moderna e suas engenharias de produção capitalística é possível ao menos questionar que conceitos tidos como universais tais como os citados anteriormente não se sustentam enquanto ideologia. Se o humanismo e democracia com todas as suas variações no decorrer da história trazem consigo, respectivamente, a ideia de "direitos humanos" e "representatividade", como seria possível se efetivar em uma sociedade que funciona na base de um complexo jogo de interesses entre Estado e indivíduos? Esta contribuição analítica Foucaultiana possibilita uma ruptura ideológica profunda a qual permite pensar as práticas a partir do que elas implicam no social, a saber, uma potência que não para de cessar, de ir e vir, não se esgota e não se fecha em qualquer modelo estruturado.

Ainda no que diz respeito ao liberalismo, essa nova tecnologia de governo só poderá ter efetivação caso exista um certo número de liberdades – econômica, do comprador, do vendedor, do exercício do direito de propriedade - que por sua vez irá limitar a liberdade dos indivíduos. Sendo assim, para que o mercado funcione de acordo com sua espontaneidade natural será preciso privar em alguma medida a liberdade individual. A prática governamental, dessa forma, se constitui como consumidora de liberdade "... não no sentido de 'seja livre', mas 'vou produzir o necessário para tornar você livre" (FOUCAULT, 2008a, p. 86).

Para falar sobre o surgimento das políticas públicas de Estado no contemporâneo, faz-se necessário evocar todas estas problematizações que emergiram no Ocidente, que serão a cada passo da história, intensificadas, reformuladas e potencializadas, dadas as devidas particularidades de cada região. A compreensão das estratégias de governamentalidade e da biopolítica possibilita, portanto, pensar em políticas públicas não somente através da tradução de seus manuais e acervos documentais, mas principalmente através da engenharia que permitiu a instalação das modernas tecnologias de poder-saber. São estas ferramentas que irão produzir os efeitos sobre a população e que será tomada como ferramenta de análise de suas atuais conjunturas. Embora a discussão em torno do que o ordenamento legal pode/deve oferecer ao cidadão seja pautada no modelo democrático representativo, o que se assiste é uma sociedade que clama por "cuidados", que pede cada vez mais que o Estado se fortaleça. Mostrar as contradições desse discurso é uma tarefa árdua, que exige um exercício de reflexão tamanho que em um piscar de olhos já não seja possível resistir. Mas essa gangorra

faz parte do mundo real. Nem sempre é possível enxergar tudo, mas sempre é possível resistir.

3.1 – A PROTEÇÃO ESPECIAL, DISCIPLINAMENTO DOS CORPOS E GOVERNAMENTO DAS CONDUTAS

As políticas de proteção especial têm sido um dispositivo importante na efetivação de um exercício de governo que se entrelaça com outros dispositivos mais gerais e potentes, a saber, os dispositivos disciplinares e de segurança. É notório no ambiente de trabalho que tudo que escapa à gestão institucional gere incomodo entre seus operadores, sendo assim, uma grande quantidade de energia é disposta para regular todos os corpos e condutas de forma a calcular e administrar geometricamente (no espaço e no tempo) os comportamentos que estão além da linha limítrofe do que é permitido dentro da instituição, que por sua vez reproduz modelos dicotômicos das circunstâncias sociais (normal/patológico, correto/errado, etc...).

Um exemplo dessa realidade: quando um usuário não se adequa aos protocolos institucionais a reação imediata é a tentativa de culpá-lo por não aderir à política. Não obstante, as assistentes sociais e psicólogos estão na linha de frente neste processo de disciplinarização, são “os especialistas” não somente por possuírem um diploma e assim serem reconhecidos como tal, mas por que não há nenhum operador da proteção especial, no âmbito da política pública da assistência, que reforce tanto e potencialize tais práticas. Tem-se aí um especialismo duplo e correlato sem o qual a política perde sua potência nas duas vias em que se afirma: como política de proteção e como regulamentadora das condutas (aspectos indissociáveis).

> A norma estabelece um critério de divisão dos indivíduos: o normal e patológico. Algo só é normal em relação a uma norma externa. A lei faz a separação entre o permitido e proibido, busca a condenação, aparta o bem e o mal, pune. Porém, nela não há exterior, as condutas são aceitáveis ou condenáveis, mas sempre dentro da lei, que estabelece regras, julgamento, reparação, pena. A lei diz o que pode e o que não pode, já que a norma diz o que deve. A lei está escrita, instituída, se impõe por meio do poder punitivo. A norma agencia a produção de condutas esperadas e remete a

> situações pelas quais uma tecnologia positiva de poder é possível. (COIMBRA; NASCIMENTO, 2016)

Como exposto na citação acima, a lei e a norma capacitam a legitimação, respectivamente, dos dispositivos disciplinares e de segurança. Isso porque o biopoder irá se utilizar da norma para produzir seus efeitos sobre a vida das pessoas. Isso não significa que a lei deixe de ter aplicabilidade e efeitos, mas que estes dispositivos estão interligados e integrados em diversos aparelhos, cujas funções são, essencialmente, reguladoras. Quando Foucault (2007) fala do deslocamento do exercício de poder disciplinar para a emergência da *bios* no campo político como objeto de intervenção governamental está se referindo a uma ampliação e diferenciação do exercício de poder e não a uma sobreposição.

Sob a égide da lei, os comportamentos inadequados são postos constantemente em posições de adestramento e controle pelos técnicos e operadores da política socioassistencial. A reprodução destas práticas está naturalizada de tal forma que qualquer tentativa de fazer alguma análise crítica do exercício profissional muitas vezes acaba soando como “passar a mão na cabeça do usuário”, pois “ele precisa se comprometer com o serviço”. E toda essa discussão sobre o que deve e pode ser feita com o usuário é feito por uma visão hierarquizada apoiada nos saberes dos especialistas. Mesmo com o contato direto e corriqueiro com o público-alvo dos equipamentos, a distância entre os usuários e os técnicos ainda demonstra que a instrumentalização do saber está a serviço dos processos disciplinares e regulatórios.

Tendo apresentado estas questões iniciais, propõe-se discutir algumas situações que permitem problematizar a governamentalidade no âmbito da proteção especial. A análise do senso suas é uma delas. Isto porque todo material utilizado no CREAS para elaboração de estratégias de combate à violação de direitos é recolhido anualmente para o preenchimento deste documento eletrônico, servindo de instrumento para o Governo Federal obter dados estatísticos sobre as comunidades atendidas pelo serviço. Quantos sujeitos tiveram as situações de direitos violadas superadas? Qual o perfil socioeconômico destas famílias? Quantas crianças e adolescentes encontrados em situação de rua? Quantos idosos foram identificados em situação de negligência e maus-tratos? Estas são algumas das inúmeras perguntas contidas no senso que tem por objetivo não somente a vigilância e controle, assim como o efeito (relativo à produção) positivo da efetivação

do biopoder. Lê-se positivo aqui, no sentido de evitar que essas situações de violação de direito ocorram novamente, não para proteger os sujeitos que tiveram seus direitos violados, mas para assegurar que aqueles que cometeram a violação não se tornem potencial risco para a restante da população. Em outras palavras, evitar que novos indigentes, “vagabundos” e ladrões surjam.

As políticas compensatórias se tornaram o alicerce das estratégias de governamentalidade, tendo sua maior referência o Programa Bolsa Família. Não obstante, é o programa “base” atual dos últimos governos. São raros os casos de acompanhamento individual ou familiar da proteção especial em que algum integrante da família não seja beneficiado pelo programa. Os dados que são recolhidos pelo *senso suas* periodicamente já estão de alguma forma compilados nos fichários, prontuários e relatórios e, portanto, fomentam mais instrumentalização para construção de formas de intervenção institucional que legitimam os efeitos da governamentalidade e biopolítica.

Dessa forma, basta analisar como o programa Bolsa Família funciona para que tais prerrogativas sejam reafirmadas, afinal, quando os usuários da assistência são inseridos no programa, passam a ser fiscalizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) e da Educação de forma a conter dados sobre frequência e aproveitamento escolar. As famílias ficam responsáveis por garantir a permanência das crianças na escola e aqui cabe salientar que não importa o tipo de ensino que seja ofertado. É preciso, fundamentalmente, produzir crianças alfabetizadas para que os índices educacionais e sociais do país se elevem e façam com que os governantes se orgulhem de além de terem tirado milhões da pobreza, crianças estejam tendo acesso e frequentando as salas de aula em todo país. No ano em que se comemora mais de uma década da inauguração do programa é visível que os esforços de controle, vigilância e segurança estão se efetivando como nunca.

> Nos 12 anos do programa, ressaltou a ministra, 36 milhões de brasileiros saíram da extrema pobreza. O Bolsa Família também é responsável por manter 97% dos 17 milhões de crianças e adolescentes na escola. Além disso, 9 milhões de famílias são acompanhadas nas unidades de saúde. (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2015)

É sobre a família, então, que toda uma série de investimento será desenvolvido pelas políticas de proteção como forma de moralizar o contingente de pessoas que

caso não estejam sendo “protegidas” e tendo suas “garantias sociais” efetivadas, poderão, a qualquer momento se rebelar contra o governo causando prejuízos maiores. Uma tentativa de “amortecer” a população para evitar a revolta, tendo como discurso a esperança da diminuição da desigualdade social. Outro efeito duplo e correlato: assegurar o mínimo para a sobrevivência e conter os corpos. São utilizados os dispositivos disciplinares e práticas de subjetivação[16] tendo como suporte os processos administrativos e econômicos do neoliberalismo (FOUCAULT, 2008a).

Castel (2011) e Donzelot (1977) serão bons expoentes para explanar a imbricação do social e da família como instrumento de potencialização destas práticas de subjetivação:

> Entretanto a sociedade salarial não se reduz a um nexo de posições assalariadas. Entregue somente à lógica da concorrência e da distinção, correria o risco de ser levada por um movimento centrífugo. Ela é também um modo de gestão política que associou a sociedade privada e da propriedade social, o do desenvolvimento econômico e a conquista dos direitos sociais, o mercado e o Estado. Chamo aqui Estado de crescimento a articulação dos dois parâmetros fundamentais que acompanham a sociedade salarial em sua trajetória e teceram com ela vínculos essenciais: o crescimento econômico e o crescimento do Estado Social. De modo que a interrupção brusca que recaiu sobre essa promoção poderá ser entendida, sem dúvida, como um efeito da crise econômica e das regulações sociais que deu à condição salarial moderna sua frágil consistência.
>
> Semelhante projeção das aspirações sobre o horizonte do futuro acalma o jogo hoje e dá crédito, para amanhã, ao ideal social-democrata de uma supressão progressiva das desigualdades. Essa aposta quanto ao futuro não é apenas um ato de fé nas virtudes do progresso em geral. Através de seus modos de consumo, seu investimento em bens duráveis, seu uso do crédito, o assalariado antecipa a cada dia a perenidade do crescimento e vincula concretamente seu destino a um progresso indefinido. Na sociedade salarial, a antecipação de um futuro melhor está inserida na estrutura do presente. Isso é ainda mais verdadeiro à medida que, por meio de uma projeção sobre as gerações seguintes, o assalariado pode esperar realizar mais tarde suas aspirações: o que ainda não pude realizar, meus filhos conseguirão (CASTEL, 2011, p. 480).

Para efeitos apenas de discussão sobre as práticas governamentais problematizadas neste capitulo, utilizamos a análise realizada pelo autor sobre a sociedade salarial[17], a qual é pertinente na compreensão das políticas de Estado,

---

[16] “Não é o poder (e poderíamos acrescentar o saber), mas o sujeito o que constitui tema geral de minhas investigações. (FOUCAULT, 1994)

[17] Castel (2011) faz uma análise extensiva sobre o surgimento da sociedade salarial moderna. Para isso ele narra o longo percurso histórico de conquistas sociais, discutindo o funcionamento e efeitos do liberalismo e capitalismo. Estes desdobramentos históricos serão explanados pelo autor através

desde que sejam consideradas as devidas particularidades do processo sócio histórico das diferentes regiões (Europa e Brasil). No caso das políticas socioassistenciais brasileiras, a expansão do proletariado, e em menor grau, da classe média, produziu a inserção dessas "camadas sociais" no mercado de trabalho. É neste sentido, que a diminuição da desigualdade social está fincada nesta lógica dos governos salvacionistas que na história do Brasil tanto proclamaram através de propagandas eleitorais um "Brasil melhor, Brasil de todos". Para Rizzini (2011) a infância será o maior símbolo de investimento deste discurso, através do aparato médico-jurídico-assistencialista, visto que a criança representa o "futuro do país". Donzelot (1977) também traz sua contribuição ao analisar a passagem do Antigo Regime para o emergente liberalismo europeu onde a economia política baseada no pauperismo irá assegurar processos de normatização e moralização de seus integrantes, em todo o campo social.

> ... a questão não consiste tanto em saber para que serve a família numa economia liberal ancorada na propriedade privada, mas sim, em compreender por que ela funciona, de que maneira pôde constituir um modo eficaz de afastar os perigos que planavam sobre uma definição liberal do Estado, por um lado, devido à revolta dos pobres — exigindo torná-la o princípio reorganizador da sociedade — e, por outro lado, devido à insurreição dos indivíduos contra o arbítrio do poder familiar — ameaçando corroer essa frágil e decisiva muralha contra uma gestão estatal e coletiva dos cidadãos. O problema está, portanto, antes de mais nada, em sua transformação e não em sua conservação. (p, 49)

As políticas de assistência, por sua vez, irão reproduzir um modelo de gestão governamental que visa garantir a subsistência da população ao mesmo tempo em que amplia técnicas administrativas, econômicas e sociais de controle através do desenvolvimento de toda uma série de saberes. A educação consiste em um destes saberes, que está vinculada às políticas de assistência, especialmente para os pobres que são obrigados a frequentarem a escola pública – a escola privada apesar de sofrer efeitos de normalização e padronização funciona sobre outro regime, a saber, o da propriedade privada – tendo suas vidas geridas nos níveis mais íntimos possíveis.

Faz-se necessário, neste momento, tecer uma breve apresentação do conceito de educação no que tange a questão da governamentalidade. A educação pode ser compreendida através da inspiração das análises foucaultianas sobre as relações de

---

de um levantamento das legislações e das grandes revoluções do proletariado que foram fundamentais para o nascimento de Estado Social.

poder/saber e biopolítica como um processo que envolve a organização de ações que conduzem os sujeitos (CASTRO, 2016). Esse entendimento ajuda a se distanciar do modelo de educação hegemônico, este bastante disseminado nos discursos pedagógicos. Um distanciamento necessário caso pretendamos fazer uma análise das práticas educacionais contemporâneas. A educação necessita dar conta das particularidades culturais e dos processos históricos, para assim estar de acordo com práticas que tenham compromisso com a vida das pessoas. O modelo de educação formal fomentado pelas políticas assistenciais não consegue atender tais demandas, porque está pautado sobre a normalização e moralização das condutas.

Quando se fala em defasagem do modelo educacional, estamos nos referindo a este modelo de educação que dita, adestra, segrega e hierarquiza tanto os alunos como os professores e a família. Sobre este mesmo modelo se sustentam discursos que mais excluem do que dialogam com as possibilidades que podem estar em jogo nas diversas instituições, mesmo com todos os avanços nas discussões educacionais de inclusão (e por isso mesmo seu fracasso parcial na execução) e em outras áreas da educação formal. São articulações que estão desenhadas em um mosaico complexo que se ancoram nas estratégias de governamento contemporâneas, pois trata-se de uma estratégia de moldar as crianças através de uma anotomopolítica dos corpos infantis (FOUCAULT, 2007).

É visível na prática socioassistencial, uma grande parcela de “usuários” que não se enquadram na atual oferta educacional formal, que pretende, por exemplo, gerar indivíduos capazes de atingir pontuações elevadas em avaliações educacionais – Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) – e posteriormente serem inseridos no mercado de trabalho por adquirirem diplomas e certificados que dizem o quão serão capacitados para assumirem cargos empregatícios. É constante o número de crianças que são levadas ao CREAS pois os pais não sabem lidar com o fato de elas não gostarem de frequentar a escola. De um lado, o discurso das crianças e/ou adolescentes: “Eu prefiro criar meus pintinhos e quero ser igual a meu pai, criador de animais”. “Não gosto de estudar, a escola é chata demais e os professores não tem paciência com ninguém”. Já os responsáveis chegam desesperados: “Somente o senhor pode ajudar a trabalhar a cabeça desse menino, ele está muito agitado. ” “Ele não tem cabeça para estudo”, “O professor disse que meu filho tem problemas de aprendizagem”. “Não posso perder o benefício, se ele não frequentar não tenho como sustentar a casa”. Dessa forma, as características

dos três dispositivos abordados por Foucault (2007) são efetivadas (lei, disciplina e segurança). Se a criança não frequentar a escola, provavelmente sofrerá uma sanção (a própria obrigação de ir ao psicólogo é uma delas); ela precisa também ser disciplinada e docilizada, afinal o benefício é cortado caso a frequência escolar seja inferior a setenta por cento (70%) e consequentemente as estatísticas educacionais serão prejudicadas.

Nas falas exibidas é possível notar como as práticas de sujeição são reforçadas e reproduzidas. Na experiência do técnico ficou visível que isso ocorria porque a Psicologia está extremamente relacionada a uma função terapêutica, função esta reforçada pelos usuários que acreditam que psicólogos são "médicos dos nervos", como uma espécie de extensão do saber médico. Embora o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e os manuais de orientações técnicas tenham reforçado que o exercício do psicólogo operador das políticas públicas da assistência não pode ser psicoterapêutico, este deslocamento é apenas parcial e os psicólogos operadores de políticas públicas socioassistenciais apenas não reproduzem o modelo clínico, mas muitas vezes não se distanciam de uma visão psicologizante das condutas, visão esta que ainda é comum na prática psicoterapêutica. Aqui cabe a afirmação de um filósofo que já nos alertava: "toda psicologia, até o momento, tem estado presa a preconceitos e temores morais: não ousou descer às profundezas" (NIETZSCHE, 1992, p.27).

Não há dúvidas de que a Psicologia enquanto ciência sempre esteve inextricavelmente ligada a um tipo de conhecimento sobre o Homem respaldado em processos disciplinares que revelam a topografia da natureza técnica da verdade psicológica, como afirma Rose (2011):

> A "disciplinarização" da Psicologia esteve intrinsecamente amarrada à "psicologização" de uma variedade de lugares e práticas, nas quais a Psicologia passou a inspirar e até mesmo a dominar outras maneiras de formar, organizar, disseminar e implementar verdades sobre as pessoas. As exigências reguladoras e administrativas de um círculo real ou potência de profissionais e autoridades sociais desempenharam um papel-chave no estabelecimento dos tipos de problemas que as verdades psicológicas alegam solucionar, e dos tipos de possibilidades que as verdades psicológicas alegam abrir. Não se trata aqui de um processo único: para escrever a genealogia da Psicologia contemporânea, precisaríamos examinar em detalhe os diversos lugares que foram psicologizados – fábricas, tribunais, prisões, salas de aula, quartos, a administração colonial, espaços urbanos – e as diferentes imagens e tecnologias de sujeitos humanos que foram estabelecidas e desenvolvidas neles. (...) Essas variabilidades nas formas psicológicas de se "criar" pessoas é uma chave

> para um poder de largo alcance da Psicologia, pois ela habilita a disciplina a amarrar diversos lugares, problemas e preocupações. (p. 90)

Vários são os porquês desta pratica de disciplinarização se tornar tão potente na proteção especial, alguns já levantados anteriormente, porém, talvez, uma das questões que mais suscitam debate é o lugar que a escola vem ocupando no processo de educação destas crianças. Como a frequência se tornou o principal instrumento de controle, o estado de polícia que na Era Morderna estava centralizado na instituição família se expande para o ambiente escolar. Foucault (2007) descreveu detalhadamente como a polícia se tornou um dos meios para fortalecer o Estado e esse investimento político não deixou de se potencializar.

As novas configurações de famílias, onde a família tradicional deixou de ser o modelo principal no Brasil, também provam que as transformações na instituição familiar trouxeram diversas consequências. Pais e mães solteiros, crianças criadas por avós, tios e até por parentes de "consideração" refletem a quebra da rigidez moral religiosa assim como a "necessidade" de uma atuação maior das escolas já que em parte considerável destas famílias a questão econômica irá fazer que muitos se ausentem do acompanhamento do desenvolvimento infantil (o que não é uma regra, mas que pode ser observado em diversos relatos dos usuários que passaram pelo serviço). Por isso que a família, apesar de ainda ser efeito dos dispositivos disciplinares, perde seu status para o processo de escolarização. Os educadores costumam dizer que quem educa primeiro é a família e que a escola tem papel secundário (ou deveria ter), entretanto, como seria possível a escola se tornar secundária no processo educativo sendo que as crianças pobres continuam sendo submetidas a frequências, avaliações e limitação do processo criativo? Como seria possível caminhar para uma Pátria Educadora[18]?

> É surpreendente como Freud, que descobriu o período de latência (esse período de depressão, de esvaziamento do sentido do mundo, que segue ao complexo de Édipo e ao complexo de castração) não tenha se dado conta de que esse período coincide com a idade de escolarização, a entrada da criança nos equipamentos produtivos modelizantes, a entrada nas línguas dominantes. E a criança, que tem uma capacidade extraordinária de dança, de canto, de desenho, etc., perde em poucos meses toda essa riqueza. Sua criatividade cai numa espécie de grau zero:

[18] Referente ao slogan da última campanha eleitoral do governo de Dilma Roussef em 2013 onde nos debates políticos o aspecto mais abordado era o foco na educação. Os principais objetivos do Governo Federal no campo da educação foram: organização da cooperação federativa; reorientação curricular e da maneira de ensinar e de aprender; qualificação de diretores e de professores; aproveitamento de novas tecnologias.

> ela começa a fazer desenhos estereotipados, ela se modeliza segundo as atitudes dos dominantes. (GUATTARI & ROLNIK, 1996, p.99)

Para Guattari & Rolnik (1996), o sistema mundial integrado necessita de condições de investimento em produção de subjetividades para garantir a ordem do capitalismo. Esse sistema combina diversos espaços como cultura, religião, sistemas políticos em função de integrar um mercado subjetivo mundial. Sob o efeito dessa produção, sujeitos são inseridos em instituições (escola, família, igreja, políticas públicas) e ganham uma série de identidades que os impossibilitam de subverter a própria posição em que foi colocado. Nesse sentido, ao retomar os discursos das crianças que não se encaixam no perfil das passíveis a serem educadas pelo sistema educacional vigente se trata, primordialmente, de resistência à produção de subjetividade capitalística.

> Uma prática política que persiga a subversão da subjetividade de modo a permitir um agenciamento de singularidades desejantes deve investir o próprio coração da subjetividade dominante, produzindo um jogo que a revela, ao invés de denunciá-la. Isso quer dizer que, ao invés de pretendermos a liberdade, temos que retomar o espaço da farsa, produzindo, inventando subjetividades delirantes que, num embate com a subjetividade capitalística, a façam desmoronar. (GUATTARI, ROLNIK, 1996, p.39)

Outra questão que também marcou a experiência técnica foi como a "sociedade" se vê distante do processo educacional, como se pouco pudesse ou devesse contribuir. O que se assiste é um jogo de culpabilização: família culpa escola e agentes escolares (especialmente professores) culpam o Estado e nesse processo se perde todo o potencial de discussão. No Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) está tipificado que é dever da família, sociedade e Estado cuidar do processo de desenvolvimento das crianças do país, porém este segundo agente aparece sempre figurado. É interessante observar que se por um lado a "consciência" de cidadão é reforçada pelas próprias políticas de educação por outro lado não é sequer relativizada como possibilidade de transformação. A pergunta que não emerge: Como cidadão, como poderia contribuir para o processo educativo? Obviamente, essas questões remetem a problematizações maiores, mas o que se pretende levantar aqui é uma análise daquilo que em determinado momento gerou inquietudes.

Durante as discussões sobre o liberalismo e os direitos privados e públicos, Castel (2011) já levantava questões referentes à beneficência do Estado. É no

discurso dos liberalistas que se fundamenta a necessidade de diminuir as obrigações do Estado visto que deve existir uma moral pública que implique em responsabilizar todos (especialmente as classes favorecidas) na proteção das classes operárias. O que seria esta responsabilização moral se não a "consciência de cidadão"?

> Pode ser da esfera de um tipo obrigações, igualmente estritas, mas de natureza diferente: as obrigações morais. A moral não se reduz ao privado. Há uma moral pública, isto é, das obrigações que regulamentam certas relações sociais sem sanção jurídica. A aposta do liberalismo vai ser a de tentar fazer com que uma política social completa se mantenha dentro do espaço que é ético, e não político. (...) A esfera dos deveres morais é extensa, abrange as relações privadas, certas relações entre iguais, as relações familiares... Mas também comporta um setor específico, as relações com os inferiores e, especialmente, com as "classes inferiores", isto é, o conjunto do que vai constituir o setor "social". Esse dever é um dever de proteção e exercido por meio desta virtude moral de utilidade pública: a beneficência. (CASTEL, 2011, p. 305)

Neste capítulo, entretanto, o autor chega à conclusão de que o Estado é instrumento fundamental na regulamentação, impedindo a guerra entre classes, indo de encontro com o "Estado de paz" que os liberalistas defendiam:

> Desde então, as construções de uma política sem Estado ameaçam levar a um impasse. De essência moral, seu sucesso se baseia, em última análise, na adesão do povo aos valores que lhe são propostos/impostos. Mas, à medida que se estrutura, o mundo operário elabora seus próprios modos de organização e seus próprios programas que não podem senão entrar em conflito com essas concepções baseadas na negação do outro. O discurso da paz social prepara, assim, as condições da luta de classes que quer esconjurar. Através de sua recusa em fazer do Estado um parceiro implicado no jogo social, deixa face a face, sem mediações, dominantes e dominados. Desde então, a relação de forças realmente poderia inverter-se, e aqueles que nada têm a perder poderiam decidir querer ganhar de tudo. Quem poderá impedi-los disso? O Estado, sem dúvida. Mas um Estado liberal está reduzido ao papel de policial que intervém de fora para reprimir as turbulências populares, sem poder agir sobre suas causas nem prevenir-las. Exatamente em nome da paz social, seria necessário que o Estado fosse dotado de novas funções para controlar esse antagonismo destruidor. (CASTEL, 2011, p. 344)

Neste ponto, a discussão feita por Clastres (2004) sobre um conceito de Hobbes (1974) da guerra de todos contra todos[19] torna-se interessante para discutir o papel do Estado como máquina antiguerreira. Para o autor a grande contribuição

[19] "Decerto Hobbes faz o Estado surgir da guerra de todos contra todos, de uma guerra de iguais ou quase-iguais, da não diferença, da indiferenciação natural. Como é esse Estado de guerra? Nele encontramos: 1) Representações calculadas: a) eu me represento a minha força, b) eu me represento que meu inimigo se representa minha força. 2) Manifestações enfáticas de vontade: é necessário manifestar que se quer a guerra, que não se renuncia à guerra. 3) Táticas de intimidação: mostra-se a força, mas não se chega à batalha". (CASTRO, 2016, p. 593)

de Hobbes foi compreender que as sociedades ditas primitivas são sociedade "contra o Estado na medida em que é sociedade-para-a-guerra" (p.253). A guerra permite a diferença, a multiplicidade, enquanto o Estado na sua potência de unificar e totalizar as relações irá impossibilitar a guerra de todos contra todos. Foucault (2014) também se utiliza deste conceito de Hobbes, embora sua crítica seja que a guerra não deve ser compreendida através de seu efeito, mas como dispositivo de análise das relações de poder. Ademais, ambos concordam que o Estado se funde na guerra, enquanto para Hobbes, na não guerra.

> Com uma lucidez desaparecida depois dele, o pensador inglês soube reconhecer o vínculo profundo, a relação de vizinhança próxima que mantêm entre si guerra e o Estado. Ele soube ver que a guerra e o Estado são termos contraditórios, que não podem existir juntos, um implica a negação do outro: a guerra impede o Estado, o Estado impede a guerra. (...) Incapaz de pensar o mundo primitivo como um mundo não natural, Hobbes foi, no entanto o primeiro a ver que não se pode pensar a guerra sem o Estado, que os dois devem ser pensados numa relação de exclusão. Para ele, o vínculo social institui-se entre os homens graças a esse "poder comum que mantém a todos em respeito": *o Estado é contra a guerra*. Que nos diz, em contraponto, a sociedade primitiva como espaço sociológico da guerra permanente? Ela repete, invertendo-o, o discurso de Hobbes, ela proclama que a máquina de dispersão funciona contra a máquina de unificação, ela nos diz que a *guerra é contra o Estado* (CLASTRES, 2004, p.253)

Se o Estado se utiliza das relações de poder para gerir, controlar e judicializar a vida da população é porque se projeta como o Uno, portanto, investe sobre a totalização onde os aparelhos estatais em suas diversas formas de atuação irão se capacitar, se potencializar na medida em que mais corpos são postos à docilização. No entendimento de Deleuze (1980), o Estado sempre existiu e assim pode-se dizer que, em contrapartida, a sociedade primitiva sempre existirá "como exterior imanente do ordenamento legal, força de antiprodução sempre a ameaçar as forças produtivas, multiplicidade não interiorizável pelas grandes máquinas mundiais" (CASTRO, 2014, p. 308).

Estas problematizações mostram que a política de proteção especial, no exercício de uma biopolítica, produz indivíduos serializados, típicos de produção de subjetividade maquínica, capitalística. Segundo Guattari & Rolnik (1998) a "subjetividade não é passível de totalização ou de centralização no indivíduo. Ela é essencialmente fabricada e modelada no registro do social" (p. 34). Produção incessante, que não é de posse de nenhum agente social e nem possui lugar. A

subjetividade é composta por múltiplos agentes e, assim, não pode ser fixa, mas sempre circular e múltipla. A produção de subjetividade acontece no registro do encontro como outro, consigo mesmo, com os acontecimentos.

Os autores fazem uma reflexão importante que remete à possibilidade de escapar da produção de subjetividade dominante

> Todos aqueles que ocupam uma posição de ensino nas ciências sociais e psicológicas – todos aqueles cuja profissão consiste em se interessar pelo discurso do outro -, se encontram numa encruzilhada política e micropolítica: ou vão fazer o jogo de reprodução de modelos que não nos permitem criar saídas para os processos de singularização, ou, vão estar trabalhando para o funcionamento desses processos na medida de suas possibilidades e dos agenciamentos que consigam pôr para funcionar. (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p.43)

Não somente a infância é alvo das tecnologias de docilização e normalização, pois o funcionalismo da proteção especial atinge todos os "perfis" de usuários, especialmente os que detém uma atenção especial do Estado, como idosos, deficientes, população de rua e mulheres. A reforma psiquiátrica trouxe diversos avanços em relação ao "cuidado" para com estas pessoas, movimento que teve como inspiração diversos atores sociais europeus, dentre eles Foucault (1977), com sua obra História da Loucura. Com um refinamento próprio de seu estilo, o filósofo faz a análise sócio histórica dos processos de exclusão de indigentes, tarados, imbecis, histéricas, criminosos e improdutivos de modo geral. Anos se passaram e diversos estudos apontam para os resquícios de uma era onde os tratamentos de choques matavam e tiravam a capacidade cognitiva dessas pessoas. Ao mesmo tempo em que estes "avanços" em termos de técnicas ocorreram, já que não se mata mais diretamente como antes, o autor mostra-se contemporâneo para pensar não somente o campo da institucionalização (agora territorialização) da loucura, mas que as práticas e discursos disciplinares, jurídicos, médicos, psicológicos e morais continuam presentes nas diversas políticas públicas e vêm se aprimorando e produzindo efeitos de verdade por onde se instalam.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O ETNOCÍDIO

Uma das hipóteses iniciais desta pesquisa seria que a efetivação da biopolítica estaria atrelada a uma transmutação e emergência da população assim como ao

desencadeamento de práticas do ordenamento legal que produzem a destruição de determinadas culturas. Esta hipótese será explorada brevemente de forma que não se torna uma discussão chave no estudo em questão devido principalmente, à dificuldade de conciliar o tempo de contato direto com as comunidades referenciadas pelo CREAS. Mesmo assim, considerando que foi uma das mobilizações que provocaram turbulência no desenvolvimento da pesquisa, ver-se necessário discutir alguns aspectos no que tange a relação entre violência estatal, produção cultural e biopolítica.

O que vem a ser cultura? Identidade? Produção? Compartilhamento de ritos? Diversas são as concepções sobre cultura nas ciências humanas, muitas delas contrastantes, o que faz com que cada pesquisador delimite o que nomeia de cultura ou quais referenciais está utilizando quando disserta sobre o tema. Adota-se nesta pesquisa alguns conceitos que se complementam, como os utilizados por Guattarri & Rolnik (1998) e Clastres (2011).

Guattari & Rolnik (1996, p.17-19) distinguem três concepções sobre cultura. Primeiramente os autores desenvolvem o conceito de cultura-valor, que funciona sobre a lógica dicotômica: ou se tem cultura ou não se tem cultura e assim criam-se referenciais que ditam os que possuem determinada cultura e os que não possuem. O segundo sentido da palavra cultura é o que os autores chamam de cultura-alma coletiva. Este conceito está relacionado a uma noção de cultura como sinônimo de civilização. Neste sentido, todos possuem cultura. “Essa é a cultura democrática: qualquer um pode reivindicar sua identidade cultural”. Assim, fala-se em cultura LGBT, cultura afro, cultura de rua, e outras identidades culturais. Por último, tem-se a cultura-mercadoria, este conceito está relacionado à noção de produção, pois já “não se trata de uma cultura a priori, mas de uma cultura que se produz, se reproduz, se modifica constantemente”.

Estas três concepções de cultura estão em jogo na produção de subjetividade capitalística. Historicamente a noção de “cultura” esteve atrelada à burguesia, reflexo da classe detentora dos meios de produção e posteriormente com o incremento das tecnologias de poder-saber, foi cada vez mais investido um exercício de territorialização. A explosão dos guetos culturais, que proclamam uma “autonomia” no sistema de democracia ainda representa a noção de cultura difundida pelos estudos antropológicos, assim, a cada alma coletiva (os povos, as etnias, os grupos sociais) será atribuída uma cultura. Sendo assim, é importante

levar em consideração que este processo é concomitante ao crescimento da demografia, estatística e os demais saberes modernos, ou seja, com à emergência dos dispositivos de segurança no processo de nascimento da biopolítica (FOUCAULT, 2004).

> Da mesma maneira que o burguês fidalgo de Molière descobre que ele "faz prosa", as sociedades primitivas descobrem que "fazem cultura"; elas são informadas, por exemplo, de que fazem música, dança, atividades de culto, de mitologia, etc. E descobrem isso sobretudo no momento em que pessoas vêm lhes tomar a produção para expô-la em museus ou vende-la no mercado de arte ou para inseri-la nas teorias antropológicas científicas em circulação. Mas elas não fazem nem cultura, nem dança, nem música. Todas essas dimensões são inteiramente articuladas umas às outras num processo de expressão, e também articuladas com sua maneira de produzir bens, com sua maneira de produzir relações sociais. Ou seja, elas não assumem, absolutamente, essas diferentes categorizações que são as da antropologia. A situação é idêntica no caso da produção de um indivíduo que perdeu suas coordenadas no sistema psiquiátrico, ou no das crianças antes de sua integração ao sistema de escolarização. Elas brincam, articulam relações sociais, sonham, produzem e, mais cedo ou mais tarde, vão ter que aprender a categorizar essas dimensões de semiotização no campo social normalizado. Agora é hora de brincar, agora é hora de produzir para a escola, agora é hora de sonhar, e assim por diante. (GUATTARI; ROLNIK. 1998)

Continuando sua exposição sobre diferentes conceitos de cultura os autores afirmam que o processo de industrialização do modo de produção cultural do qual se refere a cultura-alma e cultura-mercadoria (mencionadas na citação acima) não faz eliminar a circulação da cultura-valor. Um bom exemplo está nos Ministérios da Cultura que começam a se fortalecer no final da década de 90 no Brasil, em uma perspectiva modernista. Porém, a produção de cultura não se dá de forma linear. Música, livros, cinema, ou seja qual for a categorização moderna fincada nos modelos de produção capitalística, têm sua circulação e consumo realizados de diferentes maneiras já que existem diferentes formas de manipulação destes objetos.

A obra de Clastres (2004) continua sendo atual nessa discussão sobre produção cultural. Ao estudar a guerra nas tribos ameríndias o antropólogo narra outra espécie de batalha, essa no campo da vida, a saber, a guerra entre a multiplicidade e a unificação, ou entre os processos de singularização e a produção de subjetividade capitalística (GUATTARI & ROLNIK, 1998). Em Arqueologia da Violência*,* Clastres (2004) mostra o exercício da violência que o ordenamento legal exerce sobre as culturas através do próprio regime de produção industrial, pautado

na lógica econômica que não respeita as diferenças culturais, estabelecendo uma relação de dominação de determinadas culturas em detrimento de outras. Sobre esse aspecto o autor sinaliza que

> A sociedade industrial, a mais formidável máquina de produzir, é por isso mesmo a mais terrível máquina de destruir. Raças, sociedades, indivíduos; espaço, natureza, mares, florestas, subsolo: tudo é útil, tudo deve ser utilizado, tudo deve ser produtivo; de uma produtividade levada a seu regime máximo de intensidade. (p. 62)

Apesar de o autor trazer uma discussão sobre o etnocentrismo e sua relação de dominação com as culturas “primitivas”, o conceito de etnocídio abrange a violência exercida a qualquer cultura que sofre efeitos de dominação em decorrência de outra que supõe ser superior. Isso aconteceu com os índios da América no processo de colonização, mas também ainda se pode assistir ao etnocídio nas práticas contemporâneas que funcionam sob a égide do ordenamento legal, como aquelas exercidas pelas políticas públicas em todo o país.

Passemos para a realidade do munícipio em questão. Com a população de 35.726 e área territorial de 756,490 km² a cidade é considerada um polo comercial da região agreste do Estado. Iniciou-se como um povoado onde as pessoas viviam de agricultura e pecuária e esta característica ainda permanece em parcela da população. Muitos moradores da cidade possuem os chamados “terrenos”, na zona rural, onde criam animais e tentam manter, mesmo que seja minimamente, aspectos culturais da região.

Essa resistência por parte de certos moradores diz respeito ao impacto que as políticas públicas vêm exercendo sobre os sujeitos que tentam viver de acordo com suas raízes culturais. As terras que anteriormente eram comercializadas com o poder da palavra agora são circunscritas em contexto jurídico para demarcar os territórios, controlar o uso, domesticar os proprietários. Uma gama de saberes surge (juristas, assistentes sociais, psicólogos, oficiais de cartórios, dentre outros) para ditar sobre aquela cultura modos de operacionalizar a economia, as artes, a política e a própria vida dos sujeitos transformando-os em cidadãos. Aquelas crianças que não conseguem se adaptar a proposta educacional também sofrem uma violência institucional. O perigo de se admitir essa reflexão crítica no contexto do instituído (LOURAU, 1993) é que existe a possibilidade de sofrer as sanções policialescas. Em certo momento o psicólogo orienta alguns familiares sobre a possibilidade de investir

no talento do filho na criação de animais, mas logo após foi possível ouvir a correção: “Mas isso é trabalho infantil, está escrito no ECA”.

Nas atividades referentes ao combate ao trabalho infantil também foi possível observar no discurso dos moradores resistência a uma imposição jurídica. Ao passo que o CREAS enquanto instituição ligada ao Ministério Público sofria duras retaliações em relação à fiscalização e promoção de eventos para combate ao trabalho infantil, os técnicos lutavam para “convencer” a população que a prática era crime, sem levar em considerações a história de vida. Era preciso fundamentalmente recrutar as crianças e adolescentes que estavam praticando trabalho infantil e convencer os pais que não poderiam deixar que estas crianças permanecessem na rua, pois elas estavam distantes do controle dos pais e suscetíveis a exposições ambientais e psicológicas não permitidas legalmente para a idade.

Em contrapartida, a dificuldade do diálogo com os “feirantes” dizia respeito a retaliações como: “Eu passei minha vida inteira trabalhando e devo isso a meu esforço”; “Sempre trabalhei na roça e não tenho nenhum problema em deixar meu filho trabalhar, desde que ele estude”; “Isso que vocês estão fazendo é coisa errada, se não fosse a ajuda de meus fio não conseguia colocar comida na mesa”, dentre outros. Os técnicos já tinham a resposta ensaiada: “O Eca foi escrito há 25 anos, não tem o que se discutir, estamos aqui para aplicar a lei”; “O senhor tem algum problema de saúde? Carregar peso prejudica o desenvolvimento ósseo da criança e as consequências aparecem a longo prazo”. Difícil embate por uma efetivação de “direitos humanos”.

Aí estão exemplificados os instrumentos que legitimam o etnocídio: o ilegalismo e a repressão policial não problematizada[20] do controle das condutas (FOUCAULT, 1975). A função militante talvez seja a mais difícil de se distanciar para fazer esse tipo de análise, afinal é condição *sine qua non* do exercício do operador de políticas públicas e em decorrência desta condição que vez ou outra a sobreimplicação

[20] Em diversos encontros com os moradores da região foi possível visualizar em suas histórias de vida a importância e o peso que estas pessoas dão ao trabalho. Muitos enxergam o trabalho como possibilidade de crescimento e apesar de não menosprezarem a importância do estudo, acreditam em sua grande maioria que é possível conciliar trabalho-estudo mesmo na infância. Porém, para a efetivação das diretrizes do ECA não é possível relativizar tais questões. O discurso difundido é que é preciso maior investimento do Estado e Município para criar alternativas para estes jovens que se encontram em situação de trabalho infantil. Não se trata de defender a prática do trabalho infantil, mas de compreender que estas estratégias de controle são positivadas em um sistema de operacionalização da biopolítica que se sustentam e se fortalecem através de discursos que proclamam uma “infância ideal” para aqueles que são o “futuro da nação”.

(LOURAU, 1993) pode invadir as reflexões do pesquisador. Em contrapartida, reconhecer e visualizar através de um determinado distanciamento já indica uma prática de resistência mesmo que seja produzida em momentos pequenos e fugazes.

3.2 – NEGLIGÊNCIA: APARATO POLICIALESCO DA CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA

A cena se inicia com a chegada do conselheiro tutelar no CREAS após uma denúncia via telefone realizada por uma agente de saúde do município que relatou que uma mulher na faixa etária de 28 anos, Andreia (nome fictício) teria discutido com seu esposo Paulo (nome fictício) e estava perambulando pela cidade com um recém-nascido. Ao descrever o ocorrido e o "perfil" do casal o conselheiro enfatizou uma informação que parecia ser de fundamental importância: o casal era portador do vírus HIV. Informação esta que já circulava entre profissionais da saúde e da assistência, mas que será discutida como se deu a repercussão posteriormente.

Após a chegada do conselheiro a equipe técnica foi em busca da residência do casal. Eles moravam em uma região de cobertura de um CRAS do município, na beira da pista, em um barraco. No primeiro contato encontraram o companheiro de Andreia com um amigo. Ele se recusava a dar maiores informações acerca do ocorrido e não foi possível ter acesso no primeiro momento ao interior do barraco. No barraco ao lado morava Maria (nome fictício), a "mãe de consideração" da jovem de 28 anos. Maria informou a equipe que o casal tinha constantes brigas e que ela já havia conversado com Andreia para largar ele, mas que a jovem sempre retornava após as brigas.

No segundo momento ao retornar ao CREAS a equipe encontrou Andreia na sala de recepção com seu filho, Jorge (nome fictício), com poucos meses de nascido. Uma série de perguntas foram realizadas para Andreia com o objetivo de esclarecer o ocorrido, o que a deixou visivelmente mais inquieta do que já se encontrava. A jovem balançava as pernas, sacudia o bebê e reclamava que não queria saber mais do companheiro, que não suportava mais as agressões e que queria tomar alguma medida em relação ao ocorrido. Porém, conforme o tempo foi passando e a equipe técnica pensava o que poderia ser feito naquele caso Andreia

parecia mais inquieta chegando a chorar de nervoso. Várias intervenções e indagações eram disparadas: "Onde está sua mãe biológica e sua família? "; "Porque você não vai para a casa de Maria? "; "Temos que ir na delegacia fazer o boletim de ocorrência"; dentre outras. Como Andreia estava bastante nervosa foi preciso chegar a um consenso de tentar retornar a sua residência sem a presença dela para conversar com o companheiro. Já surgiam comentários se seria necessário acionar a polícia para realizar a visita, porque o companheiro poderia ficar agressivo com a intervenção, porém foi decidido que não seria necessária tal medida e assim retornaram para o barraco.

Quando a equipe técnica chegou pela segunda vez na beira da pista, antes mesmo de entrar no barraco, o companheiro de Andreia já se aparentava mais calmo e permitiu que os profissionais entrassem. As condições de habitação eram semelhantes aos barracos da região: somente uma cama e um colchão, uma televisão pequena, um DVD e um armário antigo onde ficava todos os pertences do casal e da criança. Não havia banheiro, cozinha, somente um fogão de palha do lado de fora do barraco. Os profissionais pediram para pegar alguma roupa para o bebê, mas logo receberam a informação de que a coordenadora do CREAS tinha conseguido algumas roupas doadas. Sendo assim, conversaram com Paulo e ele disse que não veria nenhum problema em encontrar com sua companheira. Esse acordo foi feito depois de avisá-lo reiterada vezes que não iria ser permitido discussões na instituição.

Ao encontrar com Andreia, Paulo demonstrou tranquilidade enquanto a jovem estava bastante irritada e não queria ficar próxima dele. Ela tinha algumas marcas no corpo e afirmava que tinha sido em decorrência das agressões praticadas pelo companheiro. A equipe técnica então pediu para conversar somente com Paulo enquanto Andre e seu filho tomavam banho e trocavam de roupa. Paulo demonstrava estar mais tranquilo e negava que existiam grandes discussões e agressões, mas somente "coisa de casal" porque "o homem tem que dominar a mulher". Neste momento ele foi informado sobre os efeitos jurídicos em caso de agressão, utilizando a Lei Maria da Penha para explicar os tipos de violências que poderiam ser configuradas como violência contra mulher. Mesmo com estas informações, Paulo não parecia intimidado e demonstrava descontração. Quando foi indagado sobre a condição de saúde dele de forma indireta ele desconversou e

preferiu mudar de assunto. Ficou perceptível que era um assunto delicado e a conversa passou novamente para as questões do relacionamento.

Quando Andreia retornou do banho os técnicos já tinham algumas possibilidades de intervenção. Mas a partir do momento que ela informou que nos momentos de agressão ela colocava o filho na frente (porque Paulo não tinha coragem de agredi-la), o conselheiro foi incisivo em dizer que não iria permitir que ela retornasse com a criança para o barraco com seu companheiro e que iria colocar a criança na Casa Lar[21]. Em seguida todos ficaram silenciados, enquanto os profissionais discutiam em baixo tom, porque não sabiam quais intervenções seriam tomadas a partir daquele momento. Este fato ocorreu também em decorrência ao desencontro de informações do casal, especialmente Andreia que já tinha mudado o discurso e já queria retornar para o barraco o mais rápido possível, pois estava "azoada".

Montento de rompanto[22]: Entendi neste momento, a agressão das intervenções que foram realizadas desde o início do caso e dialoguei com os demais profissionais para tentar conversar com Maria para que a criança e Andreia ficasse lá até que outras medidas fossem tomadas. Pensava que tirar a criança da mãe seria a pior medida a ser tomada naquele momento, devido a fragilidade em que a jovem se encontrava e por não reconhecer verdadeiros perigos com a criança que justificassem tal medida.

Acontece que, o conselho tutelar como entidade autônoma pode tomar esta decisão quando percebe que necessário. Então, foi em virtude do conhecimento de outros casos onde conselheiros tutelares chegaram a retirar a criança do seio familiar sem motivos explícitos que decidi tentar convencer o conselheiro que poderíamos tentar outras alternativas. Depois de um determinado tempo, voltamos com o casal para a casa de Maria e conversamos com os três sobre a importância de proteger a criança de qualquer tipo de agressão.

2º Momento: elaboração de relatórios, intermediação com a rede.

---

[21] Instituição tinha sido recém-inaugurada no município, através de uma parceria com outros municípios da região.

[22] A passagem para a primeira pessoa do singular neste parágrafo diz respeito a um deslocamento da posição técnico-operador para o pesquisador. Momento em que foi possível se distanciar do *modus operandi* tecnicista.

No dia que chegou à referida denúncia, a maioria dos profissionais da assistência estavam em um passeio recreativo dos serviços, porém o caso já tinha sido exposto resumidamente em grupo no WhatsApp e no outro dia o CRAS de cobertura da região já tinha realizado visitas e outro conselheiro já teria sido acionado para verificar a situação. Enquanto o CREAS elaborava o relatório, o CRAS e o conselho já tinham realizado outras visitas (por uma questão de disponibilidade de carro) e já mencionavam o entendimento da necessidade de abrigamento, tendo como justificativa as condições de higiene, habitação, saúde e as possíveis agressões que poderiam ocorrer novamente entre o casal. A partir deste momento iniciou uma guerra de narrativas, onde alguns profissionais não concordavam com o abrigamento enquanto outros viam urgência na medida. Logo após, o promotor solicitou oficialmente os relatórios e o CREAS realizou visitas com carro particular de um profissional para ter melhor embasamento para realização de novos relatórios, pois a primeira versão do relatório foi escrita com base somente no primeiro contato com a família.

Em seguida, a equipe técnica do CREAS foi ao ministério público juntamente com o primeiro conselheiro tutelar que chegou com à denúncia na instituição para conversar com o promotor sobre o caso, porém este se encontrava em audiência. A surpresa ocorreu quando foram informados pela assistente do promotor que já haviam chegado relatório médico detectado microcefalia na criança, através de uma visita da médica do Programa de Saúde da Família (PSF) da região. Outras informações não oficiais, ou seja, que não foram emitidas via relatório já estavam sobre o conhecimento de parte significativa da rede de proteção, incluindo a informação sobre a condição de saúde do casal, que deveria ser preservada, especialmente pelo fato dos mesmos vivenciarem ainda um período de negação e dificuldade em falar abertamente sobre a questão.

Nesta visita ao ministério público, a assessora do promotor também informou a equipe que a decisão de abrigamento estava praticamente tomada, pois o promotor estava assustado com as informações que tinha recebido dos demais órgãos que entraram em contato com o casal. Entretanto, o CREAS também teria levado à criança para uma avaliação médica com um pediatra do município que não detectou nenhum problema de saúde na criança, mas que se recusou a enviar relatório para o ministério público justificando que já tinha tido problemas com pacientes em relação a questões judiciais. Como a equipe não tinha o relatório do médico, apenas passou

a informação via relatório próprio e tentou conversar com a assessora sobre a necessidade de realizar uma reunião com toda a equipe da assistência e saúde para que o caso fosse discutido em conjunto antes que uma decisão mais drástica fosse tomada, como é o caso de abrigamento.

Na saída do Fórum, os profissionais do CREAS encontraram com o promotor e falou sobre a visita que tinha sido feita com o pediatra, porém o promotor já parecia estar convencido da sua decisão, chegando a verbalizar: "eu não quero saber de visita de médico, eu tenho as fotos aqui em meu celular, não tem condições da criança viver naquele ambiente". Após este encontro a equipe decidiu realizar mais visitas nos dias posteriores para verificar como estava a situação da criança. Chegou a convocar a advogada da instituição (que é cedida pela prefeitura municipal) para fazer um relatório jurídico sobre o caso. Como se tratava de um caso de violação de direitos, o empenho da equipe foi no sentido de instruir o casal a cumprir as orientações realizadas pelos profissionais da assistência em relação a higiene e cuidados com a criança enquanto outras possibilidades estavam sendo negociadas com a prefeitura, como a necessidade do auxílio moradia.

A cada visita o casal demonstrava estar mais irritado com tantas intervenções dos diversos profissionais que passaram a acompanhar o caso simultaneamente. Andreia em determinada visita verbalizou: "eu estou me sentindo humilhada, elas vieram aqui e me humilharam". Mesmo demonstrando descontentamento com a quantidade de intervenções que foram realizadas por diversos profissionais, o casal sempre respondia solicitamente as indagações que a equipe realizava e conforme as visitas seguiam foi possível perceber que estavam se esforçando para deixar o barraco em ordem e limpo, visto que esta era uma das maiores reclamações dos demais serviços que acompanhavam a família.

Quando a equipe do CREAS estava prestes a fazer a próxima visita receberam a informação que a criança tinha sido abrigada. O motivo foi justificado pela quantidade de relatórios que continham informações negativas a respeito do comportamento do casal, incluindo provocações à equipe técnica, falta de higiene com a criança e a necessidade de um cuidado maior por ser filho de portadores de HIV. O sentimento de indignação na equipe era geral, pois estas informações não condiziam com as visitas realizadas pelos profissionais da instituição. Neste momento, todos se perguntavam o que teria acontecido nas visitas com os demais

profissionais para justificar a elaboração de um relatório com informações que não foram verificadas nas visitas realizadas pelo CREAS.

Posteriormente a equipe foi informada que o promotor teria dito que não havia condições de um casal soropositivo cuidar de uma criança naquelas condições sociohabitacionais e porque eles não realizavam o acompanhamento médico em relação a doença. Porém, no entendimento da equipe a questão do cuidado da saúde do casal era uma questão que dependia de diversos fatores, inclusive a aceitação da própria condição de saúde e que deveria ser trabalhada pelos profissionais de saúde não como uma imposição: "vocês precisam tomar as medicações", mas através de orientações que ajudassem o casal a compreender a importância do acompanhamento médico. Além disso, Andreia tinha realizado o pré-natal durante a gravidez, tinha tomado as medicações para evitar a transmissão via vertical e teria dado a criança um xarope indicado pela médica que realizou a cesariana. A pergunta que a equipe fazia era: quais foram as reais motivações para o abrigamento desta criança, visto que as orientações estavam começando a surtir efeito e que outras medidas poderiam ser tomadas evitando a separação da criança do seio familiar.

Dessa forma, o CREAS enviou mais um relatório fundamentado em uma noção de negligência como uma prática de vigilância e justificando que as informações obtidas pela equipe demonstravam uma evolução no que diz respeito ao cuidado com a criança.

Após este episódio, a promotoria informou que o CREAS juntamente com os demais serviços da assistência social deveria continuar realizando o acompanhamento da família. Sendo assim, os genitores passaram a ter a obrigação oferecer informações sobre sua rotina, foram inseridos no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), pois também foi relatado que o casal era "alcoólatra" (outra informação que não foi observada pela equipe do CREAS, pois a equipe entendia que existia o uso, mas não o abuso no consumo do álcool). Depois de muito esforço o casal recebeu o auxílio moradia e passaram a residir em uma casa. Conforme a justiça avaliava se eles poderiam ou não entrar em contato com a criança novamente, o que demorou cerca de dois meses, o casal foi denunciado por vizinhos pelas diversas discussões que tinham.

XXXXX

A dificuldade de compreensão da própria política pública de assistência em sua complexidade é um dos grandes dilemas da efetivação dos “direitos humanos” que estas políticas propõem para com as pessoas, ou usando os termos técnicos, para com o usuário que necessita de proteção especial. É importante pensar, portanto, como a política de proteção especial e o sistema de abrigamento funcionam sob uma égide da judicialização da vida e da criminalização da pobreza, sistemas que estão relacionados aos efeitos de uma governamentalidade pautada na regulamentação das condutas e pacificação da vida. Dessa forma, a discussão sobre o caso exposto se desenvolverá em virtude de uma análise que possa gerar estremecimento dos fenômenos naturalizados no processo institucional.

A articulação dos serviços ofertados pelo CREAS no que diz respeito a política de proteção especial à família e/ou pessoa que sofre violações de direito deve ser pensada, sobretudo, a partir do modo do funcionamento social que estas famílias vivem, ou seja, levar em consideração todo o histórico de vida e de violações de direitos intergeracionais sofridos por seus integrantes. Entre os objetivos principais da política de proteção especial está a necessidade da centralidade na família e o resgate dos vínculos familiares e comunitários, pois:

> [...] família deve ser compreendida a partir da variedade de formas e arranjos observados na realidade da sociedade contemporânea, bem como do contexto socioeconômico e cultural que imprime tensões variadas nas dinâmicas das relações entre seus membros e entre estes e o contexto social, seja no campo objetivo e/ou subjetivo (..) a família não é um bloco monolítico e também apresenta fragilidades por não estar livre de despotismos, violências, confinamentos, desencontros e rupturas que podem gerar inseguranças e violações de direito entre seus membros. (MDS, 2011, p.18)

Porém, este não costuma ser um exercício realizado pelos profissionais que atuam na área. Existe uma tendência massificante de reproduzir discursos que se engendram sobre a lógica da culpabilização de determinados agentes sociais em detrimento da problematização dos fatores socioeconômicos e culturais. A centralidade na família reforça a postura correcional aplicada pelos técnicos da assistência, objeto de intervenções ilimitadas das estratégias de governamento

sobre as condutas. A instituição família será quem vai aplicar a função policialesca sobre seus membros na mesma medida em que sofre por parte do ordenamento legal represálias, como uma espécie de introjeção da violência a que está submetida cotidianamente.

Daí surge o primeiro questionamento a ser feito no caso em questão: “o que vem a ser negligência? ” O ECA já prevê que a pobreza e negligência não são sinônimos, como outrora dava margens e esta interpretação o antigo Código de Menores, ou pelo menos é o que está explicitado na lei, pois “A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar” (Lei Federal n. 8069/90,1990). Portanto, a falta de condições materiais não justifica por si só a necessidade de abrigamento, mas o termo negligência quando não é problematizado corrobora para que diversos agentes de políticas públicas exerçam o papel policialesco para com às famílias “hipossuficientes”, pois, pelo menos no exercício profissional do técnico de assistência desta pesquisa não foi presenciado nenhuma família acusada de ser negligente que não pertencesse as camadas mais desfavorecidas, ou seja, somente as famílias pobres são consideradas negligentes. Então, um novo questionamento invade o pesquisador: quais os discursos que estão implicados nessa naturalização?

De acordo com a definição encontrada nos dicionários, a palavra negligência diz respeito a ausência de cuidado, desleixo ou desprezo para com outrem. Sendo este conceito comumente difundido no campo institucional basta que se apresente comportamentos entendidos pela equipe técnica como inadequados na criação e/ou cuidado para com a criança e adolescente para que os genitores sejam rotulados de “pais negligentes”. Geralmente, não são relativizadas de forma apropriada outras questões que estão correlacionadas a uma reprodução de determinados comportamentos. Cabe ao técnico verificar se a família está cuidando da criança ou adolescente, sendo esta verificação realizada através de constantes visitas domiciliares onde a realidade encontrada é reproduzida como a Verdade através dos relatórios, encaminhamentos jurídicos e outros procedimentos.

O Conselho Tutelar, como órgão autônomo pode a qualquer momento abrigar uma criança ou adolescente provisoriamente na perspectiva de proteger esse sujeito da possível grave violação de direito que está sofrendo. Este é um aspecto importante a ser analisado no caso do casal, pois a medida de proteção especial de alta complexidade foi tomada antes mesmo de serem analisadas outras

possibilidades como verificar se existiam parentes que pudessem se responsabilizar pelo cuidado da criança, assim como antes de cobrar o incentivo por parte da gestão municipal em melhorar as condições sócio habitacionais da família. Tais medidas foram tomadas posteriormente, o que configura uma grave violação de direito, principalmente pelo fato de que não se tinha chegado a um consenso entre os profissionais que de fato aquela criança estava sendo negligenciada. No caderno de Orientação Técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes o caráter de excepcionalidade do afastamento do convívio familiar informa a importância de outras medidas serem articuladas antes do afastamento da criança do seio familiar.

> Todos os esforços devem ser empreendidos no sentido de manter o convívio com a família (nuclear ou extensa, em seus diversos arranjos), a fim de garantir que o afastamento da criança ou do adolescente do contexto familiar seja uma medida excepcional, aplicada apenas nas situações de grave risco à sua integridade física e/ou psíquica
>
> [...]
>
> Como este afastamento traz profundas implicações, tanto para a criança e o adolescente, quanto para a família, deve-se recorrer a esta medida apenas quando representar o melhor interesse da criança ou do adolescente e o menor prejuízo ao seu processo de desenvolvimento. Destaca-se que tal medida deve ser aplicada apenas nos casos em que não for possível realizar uma intervenção mantendo a criança ou adolescente no convívio com sua família (nuclear ou extensa) (MDS, 2009, p.18).

Sendo assim, na prática da assistência social negligência é um termo comumente vinculado a valores morais. Diversas intervenções que efetivam a vigilância exercida pelo técnico da assistência trazem o discurso de que as situações de violência são frutos das famílias desestruturadas[23]. No entendimento do senso comum estas famílias são gestoras da criminalidade e delinquência visto que não conseguiram estabelecer os limites e nem preencher os pré-requisitos da padronização exigida pela sociedade. Como fogem a normatividade que lhes é imposta, os comportamentos da família passam a ser rigorosamente vigiados e controlados pelos agentes de políticas públicas. Instala-se uma espécie de “caça às

[23] Outro conceito bastante utilizado no campo da assistência social que está vinculado não a ausência de condições materiais e simbólicas de subsistência, mas entendido como um conjunto de comportamentos que não se enquadram ao modelo de família estruturada, a saber, onde os membros deveriam viver de forma predominantemente harmoniosa, sem maiores perturbações para com o social.

bruxas" e estas famílias são obrigadas da forma mais rápida possível a atender as exigências dos órgãos que as acompanham.

A articulação em rede tão defendida como uma necessidade constante para o fortalecimento das relações entre os equipamentos torna-se instrumento de mais fiscalização e controle sobre a família "negligente". Com apoio do discurso jurídico – porque antes mesmo da sentença jurídica o discurso já se efetiva – estas famílias são obrigadas a frequentar os CRAS, CREAS e PSF's do município mesmo que não tenham desejo de participar voluntariamente, pois "o juiz vai saber que vocês não estão colaborando". Neste processo, a família vai aos poucos sendo exposta a diversas intervenções, muitas vezes sem devida orientação sobre como proceder diante das demandas institucionais ou, quando pior, são expostas a narrativas discrepantes o que dificulta o processo de adaptação institucional.

Os técnicos são, dessa forma, aqueles que irão consolidar a docilização dos corpos, sendo a psicologia um dos saberes que a serviço de uma prática herdada do saber psiquiátrico, irá reforçar a domesticação dos comportamentos em uma tentativa incansável de enquadrar as famílias pobres em estereótipos comportamentais muitas vezes impossíveis de serem efetivados devido à ausência e distância das condições reais – acesso a direitos básicos como habitação, saúde e saneamento – do modo de vida idealizado pela sociedade. Assim, Donzelot (1980) assinala ao descrever como no cenário europeu estas forças operavam:

> Em relação a essas profissões de fé que, frequentemente, nada mais são do que astúcias de um momento, pratica-se a restituição das crianças a conta-gotas e mantém-se o encargo. São as famílias instruturadas que absorvem a maior parte da energia dos serviços sociais, apesar de representarem apenas um terço dos dossiês. Elas são seu alvo preferido como indica a alta percentagem de assinalamentos a seu respeito provenientes dos próprios serviços sociais. Por que? Sem dúvida por causa da natureza do perigo presumido, mistura irresistível de imoralidade e falta de higiene, sexo e sujeira, que representam para eles o terreno ideal de realização de sua vocação duplamente moral e médica. Daí esse intervencionismo incessante que às vezes promove e frequentemente destrói, substituindo sempre a autarquia, a irresponsabilidade e a truculência pela dependência. (DONZELOT, 1980, p.123)

Ao analisar a interlocução do sistema judiciário e psiquiátrico no contexto Europeu, o autor mostra como tais saberes exerciam práticas de correção sobre as famílias carentes. Na medida em que a justiça não conseguia dar respostas suficientemente satisfatórias as inúmeras queixas relativas ao comportamento dos filhos "indisciplinados", o saber psiquiátrico ergueu-se como saber imprescindível da

moralização das condutas. Viu-se crescer no continente Europeu, com o processo de industrialização a todo vapor (onde os pais ausentavam-se do papel educativo para ingressarem na cadeia de produção) os profissionais do campo social. As assistentes sociais que foram inicialmente indicadas por juízes eram convocadas para exercer práticas de controle dos “rebeldes”. Entretanto, a sanção sobre negligência não se aplicava da mesma forma com os filhos dos operários e dos burgueses, pois no caso da classe operária existia uma justificativa para se ausentarem de casa, visto que precisavam cumprir a rotina do trabalho, distanciar-se do ócio, mas seus filhos, principalmente os que não tinham seus comportamentos altamente regrados pela família, eram alvos de constantes abordagens policiais (DONZELOT, 1980).

Descrever este cenário fomenta a discussão sobre a criação de uma sociedade regida por dispositivos disciplinares e de segurança, onde o perigo das classes “hipossuficientes” era marcado por uma análise moral e que até hoje, reconhecendo suas variações através da história, mantém a mesma estrutura operacional das relações de poder-saber. A determinação da negligência como prática sempre relacionada à pobreza é um dos diversos fatores que irão compor as estratégias de governamento da população (FOUCAULT, 2008). A preocupação do ordenamento legal em sua potência reguladora é atingir o máximo contingencial possível de corpos passíveis de adaptação, adestramento, de técnicas de gerenciamento sobre a vida, afinal, esta é prerrogativa dos dispositivos disciplinares: “O Estado se apresenta como uma certa disposição espacial e social dos indivíduos, em que todos estão submetidos a uma única vigilância” (FOUCAULT, 2005, p.106). Pais “negligentes” são, especialmente, aqueles que dentro deste sistema de sujeição, tem sua vida explorada ao máximo, seja em relação a produção de discursos que enraízam suas condutas como desestruturadas, seja através da criação das categorias-análises em que são enquadrados na patologização da vida cotidiana (FOUCAULT, 2008 & CLASTRES, 2004).

A tutela do aparato legal sobre as famílias “negligentes” é exercida na própria efetivação da biopolítica. A construção de um modelo familiar padronizado e higienista só pode ser assimilado caso exista por parte das políticas públicas o desejo de controlar as forças que emergem no social. Não é raro perceber que uma das principais estratégias adotadas no início da emergência dos dispositivos segurança era a preocupação com as epidemias tendo como munição mais potente

para instrumentalização deste controle, o foco no saneamento. Estratégia de Estado que visa duplamente ditar as regras do social e silenciar as possíveis irregularidades, rupturas, pois não as suportam.

Voltemos então a narrativa exposta neste capítulo para discutir dois componentes essenciais na compreensão da consolidação do biopoder: a arte da confissão e o papel do sistema judiciário. Na obra de Foucault (2006) a discussão sobre confissão como forma de verdade surge em meados do século XVIII e XIX sendo antes mesmo de um procedimento cristão, o próprio reconhecimento da limitação e fragilidade da vida e neste momento ainda não havia a necessidade da ligação com a figura do sacerdote, pois era uma ligação direta com a divindade. O sacerdote torna-se intermediário daquilo que se devia falar a partir do julgamento moral não mais através de uma relação genuína com Deus, mas a partir do que o sacerdote irá considerar correto ou não, impondo medidas corretivas para aqueles que lhe faltavam com a verdade, o herege, pecador.

A confissão consiste na exposição de si mesmo através de técnicas sofisticadas que já eram praticadas pelo cristianismo e foram aprimoradas na Era Moderna nos discursos que atravessavam a questão da sexualidade, seja através do papel do pastor, do médico, do psiquiatra, do psicólogo ou do técnico de políticas públicas.

> Desde a Idade Média, pelo menos, as sociedades ocidentais colocaram a confissão entre os rituais mais importantes de que se espera a produção de verdade; a regulamentação do sacramento da penitência pelo Concílio de Latrão em 1215; o desenvolvimento das técnicas de confissão que vêm em seguida; o recuo, na justiça criminal, dos processos acusatórios, o desaparecimento das provações de culpa (juramentos, duelos, julgamentos de Deus); e o desenvolvimento dos métodos de interrogatório e de inquérito; a importância cada vez maior ganha pela administração real na inculpação das infrações (...) tudo isso contribui para dar à confissão um papel de ordem central na ordem dos poderes civis e religiosos. (FOUCAULT, 2011, p.66)

Assim como:

> A confissão difundiu amplamente seus efeitos: na justiça, na medicina, na pedagogia, nas relações familiares,nas relações amorosas, na esfera mais cotidiana e nos ritos mias solenes; confessam-se os crimes, os pecados, os pensamentos e os desejos, confessam-se passado e sonhos, confessa-se a infância; confessam-se as próprias doenças e misérias; emprega-se a maior exatidão para dizer o mais difícil de ser dito; confessam-se em público, em

> particular, aos pais, aos educadores, ao médico, àqueles a quem se ama; fazem-se si próprios, no prazer e na dor, confissões impossíveis de confiar a outrem, com o que se produzem livros. Confessa-se – ou se é forçado a confessar. (FOUCAULT, 2011, p.68)

Todos estes agentes políticos instauraram mecanismos que substancializavam os pensamentos e desejos na tentativa de materializá-los em documentos institucionais através do exame minucioso dos detalhes: “Como foi que aconteceu? Porque não procurou o serviço antes? De onde você vem? Qual a origem de sua família? A confissão configura-se como processo investigatório, explorador dos conteúdos conscientes e inconscientes que estão em jogo na relação com o outro e consigo mesmo, muito embora essa passagem da confissão cristã para as técnicas de confissões modernas tiveram suas nuances, ou seja, [...] método da interpretação: o interlocutor está ali não mais para perdoar, mas para validar cientificamente aquela verdade através da interpretação. Aquele que escuta [...] será o dono da verdade” (FOUCAULT, 2006, p. 76).

Quando a jovem se sente acuada diante da avalanche de interrogações realizadas pela equipe técnica, sinaliza que naquele momento não parece oportuno confessar. Há outras demandas a serem contempladas em seu silêncio, o que ficou cada vez mais claro no decorrer do atendimento. Porém, cabe frisar que a confissão não ocorre somente através do interrogatório direto, quando, por exemplo, a usuária é interpelada pelos técnicos, mas já pode ser vista e exercida no próprio olhar que a sociedade tem em relação à família, olhar este reproduzido por diversos saberes e instituições. Foucault (2011) é incisivo ao relatar que todos somos olhos do Estado. A Justiça será, então, a instância legal dentro do aparelhamento estatal que irá legitimar os discursos de vigilância e controle de produção de verdades. Em A verdade e forma jurídicas, o autor realiza sua análise genealógica dos poderes historicizando o nascimento das fábricas-prisões que terão como modelo o panoptismo industrial e das quais as características principais resistiram no tempo.

> O procurador não é apenas o agente da lei que age quando esta é violada; o procurador é antes de tudo um olhar, um olho perpetuante aberto sobre a população. O olho do procurador deve transmitir as informações ao grande olho da vigilância que era, na época, o Mistério da polícia. Este último transmite as informações ao olho daquele que se encontra no ponto mais alto da sociedade, o imperador, que, precisamente na época, era simbolizado por um olho. (FOUCAULT, 2011, p. 107)

Essa demarcação histórica feita pelo filósofo em relação a emergência das sociedades disciplinares busca apresentar como um certo ordenamento espacial e social das pessoas ia se entrelaçando de forma que todos detinham o poder de vigilância sobre o outro e que sua máxima expressão será realizada na figura do ordenamento legal. Essa característica das relações de poder-saber não deixará de existir, mais serão fixadas, reformuladas, repensadas e potencializadas na medida em que instituições distintas vão surgindo. Sobre a lógica da disciplina a confissão contribui para reverberação dos discursos dicotômicos (e automaticamente excludentes), a saber, práticas que tem se preocupado em adequar pessoas as normas, autorizando a classificar aptos/inaptos, corrigíveis/incorrigíveis, determinando modelos de vida.

O sistema jurídico, representado no caso pela figura do procurador, construí narrativas pautadas em uma visão simplista e moral dos comportamentos das famílias pobres. Quando o promotor encontra a equipe técnica do CREAS e verbaliza que não tem interesse em saber se a criança foi avaliada por um profissional especializado em pediatria e que esta mais preocupado com “as fotos que viu” simboliza o poder do judiciário na determinação do que seria o melhor para este casal. Ao que parece esta é uma realidade que ocorre em diversos serviços públicos e que está relacionada não somente com um despreparo profissional em lidar com tais questões, mas sobretudo, a legitimação da lei como artifício ditador da moral de determinada sociedade.

Sendo o município de pequeno porte, onde as informações circulam em tamanha velocidade, a tendência é que os discursos hegemônicos e normalmente carregados de uma visão moralista sobre as condutas sejam legitimados pela sentença judicial. Ensina-se a família a dizer para si mesma: “Somos negligentes”. Não há abertura para uma compreensão que considere como a família lida com a própria condição de vida precária, mas o reforço do dedo acusador que dificilmente irá inocentá-los.

No que diz respeito a condição de saúde do casal, cabe trazer para discussão como os diversos agentes de políticas públicas estiveram a todo tempo reforçando práticas estigmatizantes que por sua vez como uma forma de reprodução de poder e controle pautado numa economia moral. Durante as visitas domiciliares a genitora era interrogada sobre o cuidado em relação ao acompanhamento do recém-nascido. Isso indica como no caso de portadores de HIV a questão da possibilidade da

transmissão vertical cai sobre a responsabilidade da mulher, sendo esta mais discriminada que o pai da criança. Além disso, a família teve sua condição de saúde exposta e discutida por toda rede de saúde e assistência do município, e a obrigação de ir regularmente as consultas médicas também mostra como as políticas de promoção de saúde ainda estão atreladas a um exercício de governo dos corpos sob o ordenamento legal. Corpos que são estudados, registrados e vigiados, que viram estatísticas, afinal, um portador de HIV ainda é considerado um potencial perigo para sociedade (no sentido de que pode transmitir o vírus).

3.3 – DESPRENDENDO-SE DA RESPONSABILIDADE FISCAL

Eis aqui uma narrativa que suscitou em mim através do contato com realidades sociais tangentes ao público alvo do CREAS, um momento de rompante. Este recorte refere-se a um acontecimento ocorrido no início do mês de junho de 2014 na área de cobertura da instituição. Ao realizar uma visita domiciliar referente à negligência ao idoso, deparo-me com uma situação que defino provisoriamente como problema. A imagem surge em meio a um povoado distante composto por poucas casas, distribuídas uniformemente, ao redor de uma praça onde havia uma capela. Na medida em que o carro avançava o vilarejo, observava as feições franzinas e rostos risonhos acompanhando a direção do automóvel. Não se ouvia grandes ruídos a não ser o som de pássaros e longinquamente algo semelhante a marteladas.

O carro estaciona em frente à penúltima casa da rua onde estava sentada uma senhora de robustas medidas com olhar curioso para o grupo desconhecido que caminhava em sua direção. “Munido de instrumentos de avaliação psicossocial[24]” me dirijo à senhora e em uma fração de segundos busco indícios visíveis de maus tratos, ao mesmo tempo em que solicitamente a cumprimento. Após a apresentação formal da qual a senhora não demonstrou muito apreço, entramos em sua residência.

[24] Expressão encontra-se em aspas por se referir a função enunciativa do técnico operador de políticas públicas. Este recorde de diário de campo é marcado por certos deslocamentos na narrativa entre a primeira pessoa e terceira pessoa na tentativa de posicionar o leitor frente ao jogo de enunciações discursivas que operavam no momento da intervenção institucional.

Não foram necessárias palavras: a expressão entre os técnicos se auto revelava conforme iam observando as condições de habitação e higiene com que se deparavam. Em contradição com o misto de inquietações que me percorria, a moradora estava sempre sorridente e relatando veemente que não havia problema no local que estava morando. Entre intervenções e cochichos, tentativas insistentes em enquadrá-la nos parâmetros de saúde e cidadania adequados para a sua idade: “A Senhora não se incomoda de viver nestas condições? ”; “O agente da saúde tem visitado com frequência? ”; “Não tem condições da senhora habitar um local como este. A senhora recebe um benefício e precisa investir em sua moradia”. Estas foram algumas das frases disparadas pela equipe técnica, suficientes para a senhora se retirar do local resmungando que não precisava de ajuda.

No retorno para a instituição, diversas indagações me percorriam enquanto os demais colegas continuavam indignados com a realidade presenciada. Em meu universo de questionamentos tudo parecia um emaranhado de situações desconexas e que necessitavam de uma revisão crítica, o que me deixava naquele momento no “piloto automático” concordando que nossa abordagem e intervenção foram suficientemente interessantes do ponto de vista resolutivo, afinal, havíamos conseguido através de um acordo, que parte do benefício fosse investido na residência em questão. Teríamos cumprido toda as diretrizes que a política da assistência preconizava.

Nos dias seguintes deparei-me diversas vezes pensando que posição exerceria (ou não) enquanto pesquisador. Foi neste intervalo de tamanha inquietação que decidi mergulhar em referências buscando auxiliadores. Já sabia previamente que precisava me desvincular da função de psicólogo institucional e colocar em evidência outros discursos que poderiam emergir da experiência e os efeitos que estes produziam naqueles que ali operam.

A contradição entre o desejo da moradora do vilarejo e a encomenda datada para o sujeito detentor de direitos assistenciais, sinalizava a discrepância entre o ordenamento legal e a possibilidade de escolha não flexibilizada. Ou seja, para a equipe técnica era preciso a qualquer custo melhorar as condições habitacionais, visto que se tratava de evitar que a senhora vivesse em um ambiente insalubre e tendo tais questões resolvidas, doenças seriam evitadas no intuito de prolongar a vida de uma idosa. Exemplo do exercício de uma biopolítica, de uma produção de verdade sobre um modo de vida (FOUCAULT, 2010). Tomo aqui emprestado a

noção de etnocídio de CLASTRES (2004) para sinalizar a operação estratégica do estado absolutista:

> [...] o etnocídio, como supressão mais ou menos autoritária das diferenças socioculturais, está inscrito de antemão na natureza e no funcionamento da máquina estatal, a qual procede por uniformização da relação que mantém com os indivíduos: o listado conhece apenas cidadãos iguais perante a Lei. (p.60)

Como política de proteção ao idoso não parecia válido considerar a "vontade" da senhora como parâmetro interventivo. "Vontade" aqui está sendo sinalizada não como uma representação de uma essência interior do indivíduo, mas a possibilidade de questionar através da análise dos discursos que práticas foram produzidas naquela determinada contingência. Esse exercício não foi realizado pela equipe técnica, pois esta chegou na residência da senhora e instaurou uma análise sobre a situação encontrada como se aquela realidade fosse uma verdade. No entanto, minha intuição[25] de pesquisador dizia que precisava fazer emergir tons até então inaudíveis como condição *sine qua non* para problematização das intersecções que brotavam da produção linear do discurso institucional.

Iniciei então um processo de auto revisão, tentando exprimir afetações que até então pareciam ter passado despercebidas. Sahlins ao citar Bakhtin (2006, p. 12) salienta a importância da exotopia como poderosa ferramenta para compreensão cultural. Nesse sentido, ao "colocar-me de fora" com um olhar de um estrangeiro àquela cultura até então desconhecida pude perceber outros elementos que poderiam falar muito mais sobre aqueles como a senhora do vilarejo, que serviram como coleta de dados no terreno do assistencialismo.

Aspectos que me causaram um *imprinting* inicial retornavam à memória de forma vívida dentre os quais destaco: a expressão do olhar dos habitantes, a forma como se comunicavam, o desenho dos casebres, a ausência da maquinaria urbana, a próxima relação com os animais, dentre outros, todos estes agora me interessam com o cuidado de um olhar minucioso de um descobrir de novas terras.

Por vezes me perguntava quais meios deveria seguir para fazer uma análise crítica do exercício profissional. Aprendi que ao invés de apostar imediatamente em trilhas retilíneas é preciso estar atento às armadilhas nas quais não poderia cair para

[25] Um dos exercícios mais difíceis enquanto pesquisador é se distanciar de um modelo de racionalização relacionado a função "defensor dos direitos humanos". Não se trata de não produzir verdade, mas de não produzir A VERDADE.

a efetivação de práticas que visem compromisso com as pessoas. A fórmula de Descartes em Discurso do Método (2001) de chegar ao ápice do conhecimento racional através de uma epistemologia que se fundamenta através de um sujeito essencial já podia ser descartada. Importa-me a *práxis*[26]. Entendendo prática aqui não como um distanciamento da teoria, mas concebendo o processo de pesquisa através da atividade.

A história, os discursos, os sentidos, os afetos - conceitos e sanções que me pareciam superestimados, adquiriram qualidade através da vivência. Eis que aprendi uma ferramenta para combater os terríveis embates entre colegas que disparavam: "Esse mestrado só tem um bando de pós-estruturalistas que apenas discutem conceitos que não levam a lugar algum". Retornava à pratica e permito-me experenciá-la.

3.4 – DISCIPLINA, ADOLESCENTE TRANSGRESSOR E RISCO SOCIAL

> O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tão pouco aprofundar sua , mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente (...) técnicas sempre minuciosas, muitas vezes íntimas, mas que têm sua importância: porque definem um certo modo de investimento político e detalhado do corpo, uma nova "microfísica" do poder; e porque não cessaram, desde o século XVIII, de ganhar novos campos cada vez mais vastos, como se tendessem a cobrir o corpo social inteiro. (FOUCAULT, 2014, p. 135-136)

Antes de trazer para o campo de análise como as características dos dispositivos disciplinares são vigentes no dia-a-dia das práticas socioeducativas, pretende-se demarcar através de um percurso histórico como essas técnicas disciplinares foram desenvolvidas e a partir dessa compreensão estabelecer determinadas analogias com os recortes apresentados.

A história da genealogia dos poderes disciplinares será abordada na filosofia foucaultiana a partir de duas perspectivas: poder que se relaciona a uma ordem de

[26] Consiste no conjunto de atividades que visam a transformar o mundo e, em especial, os meios e as relações de produção, sobre as quais repousam as estruturas sociais. Práxis pode ser compreendida na ótica Marxista com a própria atividade filosófica, sendo assim, na verdade, a união da teoria com a prática. (MARX, 2004)

saber (formas discursivas e enunciados) e as técnicas disciplinares que tem por objetivo a normalizacão dos corpos. A primeira forma de problematização do poder aparece na discussão sobre a disciplinarização dos saberes no curso Em Defesa da Sociedade, onde Foucault (2010) irá historicizar a emersão do discurso científico moderno. É através do Iluminismo que ocorre a disciplinarização dos saberes pelo discurso científico, saberes que se proclamam “emancipados”, mas que competem entre si na tentativa de se firmarem como verdadeiros, úteis e técnicos. Castro (2016) identifica na obra foucaultiana quatro operações estratégicas adotadas pelo Estado para disciplinar o conhecimento: “a) Eliminação e desqualificação dos saberes inúteis, economicamente custosos. b) Normalização dos saberes: ajusta-los uns aos outros, permitir que se comuniquem entre eles. c) Classificação hierárquica. d) Centralização piramidal”. É neste processo que a ciência se consolida como a Verdade enquanto a filosofia deixa seu lugar de saber fundamental, abandonando a exigência de verdade.

Na outra ponta de suas investigações está o estudo das técnicas disciplinares. O poder disciplinar será marcado por um deslocamento de uma espécie de poder que se exercia sobre o corpo do condenado de forma imediata, como o exemplo do suplício, para um poder regulamentador-normativo. O autor, então, descreve como ocorre a transição de certas técnicas de tortura (onde os governantes poderiam exercer uma punição física e pública) para o poder regrado por uma disciplina. “O dia dos detentos começará às seis horas da manhã no inverno, às cinco horas no verão” (p. 10). Trata-se, portanto, do nascimento de um dos modos de operacionalizar os crimes no mundo moderno. Surgem as prisões modernas, locais isolados geograficamente, onde os criminosos poderiam pagar pela barbárie cometida.

O desaparecimento do suplício ocorre em meio a uma suposta comoção da sociedade em decorrência das formas desumanas que eram aplicadas as penas pelos soberanos. Nesse sentido, o filósofo fala de uma “tomada de consciência” por parte de setores da sociedade (setores estes que poderiam ocasionar revoltas) que marca uma outra passagem no processo de punição. Não é mais o corpo e sim a “alma” do condenado que está em questão. Não somente o ato do condenado é julgado, mas todo seu histórico, “quais são as relações entre ele, seu passado e seu crime, e o que esperar dele no futuro” (p. 19). Entretanto, não se trata somente de

uma crítica da crueldade do suplício, mas de uma nova modalidade de poder e sua aplicabilidade nas diversas formas penais.

Na medida em que os soberanos perceberam que a arte do suplício poderia provocar revolta do povo, entende-se a necessidade de respeitar no assassino o mínimo de "humanidade". Surgem concomitantemente, saberes que vão fomentar um poder com características peculiares, minuciosas e preocupados com uma mecânica perfeita da punição. A medicina, especialmente a psiquiatria e o saber jurídico, articulam-se meticulosamente com o objetivo de tornar os "antigos corpos" exercitados em corpos docilizados, controlados e disciplinados.

> A disciplina "fabrica" indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. Não é um poder triunfante que, a partir de seu próprio excesso, funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente. Humildes modalidades, procedimentos menores, se os compararmos aos rituais majestosos da soberania ou aos grandes aparelhos de Estado. E são eles justamente que vão pouco a pouco invadir essas formas maiores, modificar-lhes os mecanismos e impor-lhes seus processos. (FOUCAULT 2014, p.167)

A mudança de forma de punição para com o criminoso marca também um deslocamento do exercício da força física e material do soberano para um controle minucioso que agora seria possível, diferente do espetáculo, ser visto e monitorado por todos. Os comportamentos "desviantes" podem ser controlados não somente pelo soberano, mas por toda a sociedade. A força do rei se dissipa pelo social e permite que cada um possa *sentir o poder soberano* (grifo meu), pois através da inauguração das instituições disciplinares (hospital, escola, prisão) todos tem acesso ao criminoso, ao doente, ao louco, mesmo que esse acesso se limite ao exercício de vigiá-los.

A vigilância e controle sobre os condenados permite, então, que técnicas sejam aprimoradas no sentido de corrigir os comportamentos, tornar os corpos mais aptos ao trabalho, melhorar suas condições para um possível retorno a sociedade produtiva. Foucault exemplifica bem esse contexto ao declarar que é em nome da justiça que emerge esse discurso, fazendo com que o acusado se sinta culpado perante a sociedade e não perante a figura do juiz.

> Então, no fundo, quando o juiz pede ao acusado para se reconhecer culpado, para aceitar sua culpa, para se humilhar literalmente diante dele. No fundo temos a impressão que ele quer efetivamente espezinhar o acusado. Eu diria, é exatamente o contrário. Ele lhe presta, evidentemente,

> um serviço formidável. Ele pede ao acusado para lhe dizer, no fundo, isso: "Sim senhor juiz, não é bem o senhor que julga, mas sim a sociedade inteira a qual eu pertenço, e, por consequência, se eu peço a minha pena, sou eu, portanto, que puno a mim mesmo e não é o senhor. Eu lhe inocento, juiz. (FOUCAULT, 2003)

O que seria melhor para a efetivação de um dispositivo disciplinar do que um modelo em que todo e qualquer sujeito que esteja sob efeito de controle seja vigiado sem saber que esta sendo vigiado mas que mantém essa sensação justamente pela incapacidade de observar quem ou o que está em uma posição hierarquica superior e que portanto detém o poder de visibilidade e controle de seus comportamentos? Esse modelo é descrito na obra de Foucault através do Panoptismo[27].

É a típica estrutura das prisões que já esboçavam esse formato no séc XVIII. Tem como objetivo garantir a ordem e a disciplina, pois os próprios detendos se monitorariam, visto que jamais saberiam se estariam sendo vigiados ou não (ou por quem). As características de como o poder é distribuído neste modelo se aplica também em diversas instituições da Era Moderna como as escolas, hospitais e asilos. "[...] se são doentes, não há perigo de contágio; loucos, não há riscos de violências recíprocas, crianças, não há cola (...). Se são operários, não há roubos " (FOUCAULT, 2009, p.194). Manuntenção do isolamento físico, inauguração de um estratégia de poder que proprõe multiplicar seu efeito no campo em que é exercido.

Mudança de estratégia e finalidade do poder, que agora preocupa-se em ser econômico e útil, ao mesmo tempo que se multiplica por todo corpo social. Não se trata mais de fixar os corpos, mas colocar toda aglomeração de indivíduos em uma maquinaria de poder capaz de exercer um vigilância contínua, aumentando a produção, desenvolvendo a economia, espalhando instruções, etc. Essa dinamicidade própria do poder disciplinar constrói o alicerce para o desenvolvimento do que Foucault (2009) nomeia de "estatização dos dispositivos disciplinares".

A polícia se estabelece como principal instituição de vigilância estatal, onde será possível medir todos os passos dos cidadãos, em todo lugar possível . Ela corporifica o exercício do poder disciplinar no Estado, pois, está em todo lugar, a todo instante. Se na contemporaniedade o discurso em torno da ação policial diz respeito a uma ação necessária para a segurança da população, seu nascimento é

[27] O Panóptipo é um modelo arquitetônico inaugurado por Bentham onde através de uma posição central (a torre) é possível deter sob controle e vigilângia, os corpos que se distribuem em uma estrutura periférica e em forma de anel composta por celas (isolamento físico). Trata-se de uma máquina de disssociar o ver do ser visto onde o poder é desindividualizado e potencializa seus efeitos, induzindo os sujeitos a um estado de alerta e vigilância. (FOUCAULT, 2009)

paralelo a efetivação dos dispositivos disciplinares. Antes de prometer segurança a parcela da população, ela tem por excelência o papel de fiscalizar as aglomerações, “colocar ordem nos bardeneiros” e cuidar da circulação de pessoas.

Se no início da idade moderna a prisão surge como uma espécie de “alternativa” às práticas do suplício sob a esteira do discurso de humanização, o que se assiste no contemporâneo é a ampliação das penas alternativas como uma espécie de expansão do modelo prisional. Mais uma vez, luta-se por mais “humanização” dos modos de operacionalizar os crimes que atualmente se sustenta no discurso da ressocialização (FLORES, 2013).

Entretanto, o avanço das discussões sobre as medidas penais no Brasil tem gerado certo desconforto entre os militantes de direitos humanos e os legisladores, principalmente no que diz respeito a possibilidade da redução da maioridade penal. Na mídia é comum casos que envolvam adolescentes menores de 18 anos ganharem repercurssão e incitarem calorosas discussões também entre os cidadãos, que trazem uma disputa de discursos contra ou a favor de um estado penal mais rígido. Enquanto os militates de direitos humanos argumentam que as condições de vida a que são submetidos os encarcerados são as piores possíveis, assim como o quadro de superlotação e proliferação de doenças, é comum ouvir que “a culpa do Brasil estar assim é por causa dessas leis. Como um moleque faz tanta besteira e não paga igual a um adulto? ”.

No rol das penas alternativas no que diz respeito à aplicação das sanções preconizadas no ECA, tem-se a medida socioeducativa de liberdade assistida e a prestação de serviço à comunidade como os dois expoentes dessa modalidade de penalização. Dessa forma, cabe reforçar que quando os adolescentes são encaminhados pela vara da infância e juventude, já trazem consigo a reprodução de certos discursos: Quem não tem medo do juiz e da polícia? (dizem alguns adolescentes). É para não correr o risco de compreender o papel do sistema jurídico na contemporaniedade como algo atemporal, que a análise socio-histórica toma o ponto de partida nesta discussão problematizada no campo socioassistencial. Não se trata, todavia, de uma simples analogia através da história em busca de uma explicação para os fenômenos que emergem no prática do operador de políticas públicas, mas, antes, uma elucidação dos componetes que concretizam uma microfísica do poder na vida de todo sujeito assistido, principalmente adolescentes que transgridem a lei.

Em A Sociedade Punitiva, Foucault (2014) critica a noção de exclusão fomentada por Lévi-Strauss[28], pois acredita que seja artificial e simplória para dar conta de uma análise histórica, mas afirma que esta noção durante muito tempo foi útil para caracterizar a sociedade Moderna e a forma que ela lida com todo contingente de "marginalizados", especialmente por criticar a psicossobiologia, sociologia e psicologia, formas de saber modernas que tem como objetivo categorizar os sujeitos, patologizando-os e por , também, "mascarar as técnicas, os procedimentos, e os aparatos com os quais a sociedade excluía alguns indivíduos, para apresenta-los em seguida como anormais, desviantes". (FOUCAULT, 2014, p. 4).

Foucault (2014) também não concorda com Lévi-Strauss no que diz respeito a assimilação e a exclusão. Para o autor a exclusão compõe também a assimilação e traz o exemplo do hospital psiquiátrico para reforçar seu posicionamento. É no hospital psiquiátrico que o "louco" será segregado, excluído e submetido a técnicas de correção, disciplina e adestramento, porém esse tipo de relação de poder irá ultrapassar as barreiras institucionais através do discurso científico do médico (que detém um poder no interior do hospital, mas também fora deste). É na figura do médico que será possível realizar diagnósticos e prognósticos. Discurso que é proferido para toda a sociedade e do qual o sujeito não estaria livre quando estiver fora do espaço físico dos hospitais psiquiátricos. Assim, esclarece sobre o objetivo do curso

> [...] será uma crítica dessa noção de exclusão, ou, mais precisamente, sua elaboração segundo dimensões que possibilitem ao mesmo tempo decompô-las em seus elementos constituintes e encontrar as relações de poder a ela subjacentes e que a tornam possível. (FOUCUALT, 2014, p. 6)

Para ratificar a escolha do título do curso, Sociedade da Punição, o autor escolhe iniciar a demarcação das "táticas finas de sanção" acopladas em quatro modalidades: excluir, organizar, marcar e encarcerar.1. Excluir: A noção usada por

[28] "Penso que em nossos costumes judiciários e penitenciários. Quem os estudasse de fora seria tentado a opor dois tipos de sociedade: as que praticam a antropofagia, ou seja, que veem na absorção de certos indivíduos detentores de forças temíveis o único meio de neutralizá-las e até de aproveita-las; e as sociedades que, como a nossa, adotam o que poderia ser chamado de antropoemia (de grego emein, vomitar); diante do mesmo problema, elas escolheram a solução inversa, que consiste em expulsar esses seres terríveis para fora do corpo social, mantendo-os temporária ou definitivamente isolados, sem contato com a humanidade, me estabelecimentos destinados a esse uso. Na maioria das sociedades que chamamos primitivas, esse costume inspiraria profundo horror; a seu ver, ele nos marcaria com a mesma barbárie que seríamos tentados a imputar-lhes em razão de seus costumes simétricos". (LÉVI-STRAUSS, 1995, p.448)

Foucault (2014) é referente a tirar sujeitos da vida pública, proibir a circulação em estabelecimentos, retirar do lar. 2. Organizar ou ressarcir: tem por objetivo “prender o infrator dentro de uma rede de obrigações multiplicadas, exacerbadas em relação à rede tradicional na qual ele se encontra” (FOUCAULT, 2014, p.7). 3. Marcar: Fazer uma cicatriz, deixar um sinal no corpo, em suma, impor a esse corpo uma diminuição virtual ou visível, ou então, caso o corpo real do indivíduo não por atingido, infligir uma mácula simbólica a seu nome, humilhar seu personagem, reduzir seus *status*. Deixar um vestígio. 4. Encarcerar: Prática Moderna típica de diversas instituições como prisões e hospitais psiquiátricos.

Essa tipificação feita pelo filósofo serve apenas em termos didáticos, porém não pode ser analisada de forma estratificada. Todas estas táticas modernas estarão presentes de diferentes formas nas sanções penais. Por isso, o autor irá preferir descrever através de penas reais como a multa e a pena de morte como tais táticas estão imbricadas

> Na tática da exclusão, o que significa confiscar bens? É certa maneira de suprimir ou de comprometer o direito de residência, de suspender assim os privilégios políticos, os direitos civis referentes a essas propriedades assim suprimidas. É certa maneira de apagar a cidadania do infrator. É obriga-lo a ir buscar alhures em lugar ao sol. (FOUCAULT, 2014, p.9)

No caso do ressarcimento, consiste em fazer com que o infrator pague em bens através de uma compensação do crime, tendo a multa dois objetivos claros: ressarci quem supõe ser lesado e fortalecer a posição de quem aplicou a sanção. No sistema de marcação a função da multa é de positivar através de um simbolismo a posição que o infrator deve estar localizado, como culpado. Da mesma forma, Foucault (2014) irá demonstrar que no caso da pena de morte a aplicação das táticas de sanção irá se efetivar de formas distintas. O exemplo mais notório está através do exercício do poder soberano de “fazer morrer ou deixar viver”. Essas táticas serão analisadoras das relações de poder no que concerne às práticas penais, pois irão revelar os jogos de conflitos e de poder “tal que numa sociedade e os indivíduos ou grupos que, de uma maneira ou outra, procuram escapar desse poder, que o contestam local ou globalmente, que contrariam suas ordens e suas regras” (FOUCAULT, 2014, p.13).

Exibidas essas explanações acerca de alguns questionamentos sobre a relação entre sanções penais e relações de poder, pode-se passar para um relato com adolescentes que cumprem liberdade assistida no CREAS.

CUMPRIR OU PUNIR

Maioria dos adolescentes chegam pontualmente no CREAS. Os que chegam atrasados recebem a sanção:

- Isso aqui tem regras a serem cumpridas. Vocês não estão aqui para brincar e sim para cumprir uma medida judicial. (lembra a coordenação).

Risos por parte dos adolescentes. Outros parecem se incomodar com a forma como as ordens são passadas. O tom imperativo é usualmente utilizado e não parace intimidá-los, mas sim, provocá-los.

Adolescentes autores de ato infracional. Assim que são nomeados os garotos que chegam à instituição para cumprir medida socioeducativa de liberdade assistida. Muitos cometeram o que chamam de atos infracionais leves.

O café está pronto, mas antes é preciso rezar o Pai Nosso para agradecer pelo "pão de cada dia". O orientador fica encarregado de iniciar a cerimônia. Todos precisam obedecer às ordens. Hora de comer, hora da atividade socioeducativa, hora do intervalo, hora de esperar até dar o horário para ir embora.

- Aí fica difícil velho, ter que ficar aqui sem fazer nada. Já teve aula com o cara lá do violão por que não libera nós? (diz um adolescente)

- Nós recebemos ordem da justiça e precisamos cumprir o horário que foi determinado para participar do serviço. (diz a coordenação)

- A ta! "Vôte"! Agora que eu vi. Ficar aqui sentado olhando para as paredes só por que o juiz quer, se pelo menos tivesse algo para fazer. (resmunga outra adolescente ao ouvir a conversa, mas sem deixar a coordenação ouvir).

A equipe se mantém silenciosa, ou por vezes concorda com a postura da coordenação, afinal é muito mais viável produzir sujeitos "quietos, que cumprem regras" do que admitir que os serviços ofertados não são suficientes para dar conta da carga horária estabelecida em determinação judicial.

De repente os adolescentes começam a ficar inquietos e agitados. Alguns parecem querer provocar o orientador. Mexem no armário, sobem no murro, ouvem música no celular.

- Nada disso aqui é permitido. Aqui não é a casa de vocês onde podem fazer o que quiserem, tem que respeitar as regras da instituição. (verbaliza o monitor)

Nada parece surtir efeito e a agitação continua. Alguns decidem ficar sentados apenas esperando para assinar a lista de presença, outros preferem continuar provocando, ou simplesmente tentando se ocupar com algum tipo de atividade que os tirem do tédio.

- O problema é que se liberarmos eles mais cedo eles chegam na audiência e diz para o juiz que o CREAS é moleza, que eles fazem o querem aqui e acaba sobrando para mim. (sinaliza a coordenação)

XXXXX

A experiência exposta acima foi referente a um dos encontros com os adolescentes que cumprem medida socioeducativa de liberdade assistida no CREAS. Desde o primeiro momento, ao descrever a cena, foi possível visualizar aspectos dos dispositivos disciplinares Cabe demarcar que o aspecto de vigilância já era exercido e explícito no antigo Código de Matos de 1927, onde a liberdade assistida era identificada como “liberdade vigiada”, todavia, mesmo no Código de Menores de 1979 onde a nomenclatura foi modificada para “liberdade assistida”, não se perdeu as características essenciais de uma medida repressiva e expiatória, pois alcançava o “ menor com desvio de conduta”, nos termos do disposto no Art. 2º, V e VI c/c o Art. 38 do Código de Menores, que era “vigiado” e fiscalizado.

Além dessa herança jurídica, a própria etimologia da palavra assistido representa, a priori, dois entendimentos fundamentais. Primeiro assistido como aquele “que está sendo observado” e segundo assistido como aquele que “depende de alguma espécie de assistência”. E quem são estes assistidos?

Pensando sobre a estrutura do Panóptipo problematizada por Foucault (2004), os assistidos estão dispostos em uma arquitetura social onde existe aquele que “é visto, mas não vê; objeto de informação, nunca sujeito de comunicação”. (p. 194). Dessa forma, os dispositivos disciplinares se aplicam ao papel dos assistidos, onde os cidadãos estão bem representados, pois é aquele que em uma distribuição social é alvo de uma microfísica do poder específica que garante a ordem, uma ordem que

lhes é imposta. Na torre do panótipo, o Estado, como figura central de controle; nas periferias, os cidadãos assistidos, disciplinados, normalizados.

> Daí o efeito mais importante do Panóptico: induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. Fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação; que a perfeição do poder tenda a tornar inútil a atualidade de seu exercício; que esse aparelho arquitetal seja uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente daquele que o exerce, enfim, que os detentos se encontrem presos numa situação de poder de eles mesmos são os portadores (p. 195).

Atualmente, para efetivação do caráter disciplinar dos adolescentes assistidos em cumprimento medidas socioeducativas existe um conjunto de normativas, leis e cadernos de orientações como o ECA e Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Estes documentos norteiam o trabalho técnico com os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Pode-se levantar alguns elementos, a partir de uma análise destes documentos, que corroboram para o desenvolvimento de técnicas de controle e docilização no campo institucional.

Primeiro aspecto a ser destacado é que o SINASE tem como norteamento para o atendimento a estes adolescentes uma política setorial, a saber, que busca dialogar com os componentes do Sistema de Garantia de Direito (SGD) – Sistema de Justiça e Segurança Pública; Sistema Educacional, Sistema Único de Saúde (SUS) e Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – com o objetivo de pautar táticas que efetivem as diretrizes do ECA.

Dessa forma, conselheiros tutelares, agentes de saúde, técnicos da assistência e do sistema jurídico, todo um conjunto de especialistas passam a monitorar e transmitir via relatórios as condutas destes adolescentes. A prerrogativa é de uma "proteção" para com a criança e adolescente. Na tentativa de efetivar essa proteção, trabalhos interdisciplinares são realizados com o foco na socioeducação. O objetivo é "trabalhar" este jovem da melhor maneira possível através de oficinais, palestras e visitas a campo (fábricas, asilos, passeios, etc). As palestras ganham destaque nas atividades, pois geralmente são realizadas por profissionais que não possuem contato direto com o público-alvo, podendo ser delegados, enfermeiros, dentistas, promotores e defensores de direitos humanos. Tirando algumas exceções, o que foi possível visualizar no tempo em que o técnico esteve acompanhando as

apresentações foi uma tentativa de fortalecer o discurso policial e higienista, impondo para os adolescentes mais regras, disciplina e ordenamento.

Tem-se, então, a prova de que a força do poder judiciário na aplicação de suas punições está presente de forma contínua, sendo o exemplo que mais se aproxima do exercício do poder disciplinar. Essa correlação (justiça-disciplina) é explicita na história da emergência dos dispositivos disciplinares, afinal são os sistemas prisionais, objetos primeiros dos juristas que se tornaram pouco a pouco objeto de uma forma peculiar de exercício de poder onde seria possível ordenar os corpos dos sujeitos desviantes da lei.

Foucault (2014) narra a passagem em diferentes épocas na Europa do espaço do condenado. Em determinado momento esse espaço passou a ser pensado através de técnicas sutis e longas de confinamento com o objetivo de ardilosamente colocá-lo em posição de submissão e controle. Dessa forma, ao pensar sobre os dispositivos disciplinares, nota-se que os adolescentes considerados “desviantes”, em conflito com a lei, menores infratores, autores de ato infracional (seja qual for a terminologia que os militantes de direitos humanos vivem reformulando) sofrem os efeitos de uma normatização de seus corpos, gestos, comportamentos, modos de pensar e viver. É através de um discurso que pretende dar prioridade ao respeito aos direitos humanos que é possível visualizar um exercício de uma forma de normatização e controle. Eis que surge a voz do judiciário: *“eles não têm coragem de fazer nada aqui dentro”*. *“nunca vi um homem na frente de um juiz”.*

A disciplina e vigilância ocorre desde o momento que se inicia o processo socioeducativo. O adolescente precisa chegar pontualmente à instituição às 8:00. Caso chegue meia hora atrasado terá seu dia “cortado”, o que significa que vai precisar ter que ir mais um dia à instituição para cumprir a determinação judicial. A grande maioria dos casos de infração chegam com o prazo de cumprimento de seis (6) meses. Nesse período, a frequência tanto à instituição quanto à escola é monitorada pela instituição. “Esses seis meses nunca passam”. (frase de adolescente).

Medo: efeito do sistema jurídico, do qual a polícia serve como exemplo de aplicação mais eficaz. Criação de uma atmosfera de estado de alerta constante, auto vigilância. Medo este que corrobora na construção de discursos que ganha espaço em grande parte da sociedade. São um bando de marginais ! Se podem votar aos 16 anos já deveriam ser presos como adultos. A distância entre os

interlocutores diz respeito a diversos aspectos – econômicos, sociais, políticos – o que faz destes adolescentes ao mesmo tempo causa e efeito do medo. Já que o poder disciplinar tem a capacidade de penetrar nos níveis mais íntimos da vida, é através dele que cria-se toda uma atmosfera de medo social (afinal a sociedade tem medo de um infrator) e é sob ele que o próprio indivíduo que pratica o ato infracional faz-se vigiado, afinal, a "polícia" pode aparecer a qualquer instante.

XXXX

Adolescentes desviantes! São desviantes. Muitas vezes, desde pequenos. Se ser desviante é aquilo que sempre está fora da margem e fugindo da regra, não há outra palavra que melhor os defina. São desviantes! São marginais! Seja da regra, seja da fome, seja da violência, seja das armadilhas da própria vida, estes adolescentes sempre vivem desviando, vivendo na margem, na linha limítrofe do social. Suas vidas parecem de nômades. As mudanças são tão bruscas, pois vivem escapando de suas próprias realidades, aprendendo a lidar da melhor maneira possível com a fluidez que a vida lhes exige. Às vezes aparecem alguns com rostos enfezados, resmungões, com cara de durão, chegam até a falar: "Aqui na cidade ninguém mexe comigo", mas basta um sorriso para ver que por trás da postura de "lampião" existe sempre uma história. E são inúmeras. Vividas e narradas de formas diferentes, sempre com elementos surpresa.

Às vezes são muito espertos, o suficiente para saber jogar de forma sábia com os limites impostos pela instituição. Não dão abertura com facilidade, mas quando se permitem costumam provocar:

- Esse é o mais engraçado do grupo, doutor. Ele não tem medo de ninguém. Fale aí para o doutor o que você já fez. (fala um adolescente)

- Fique à vontade. (responde o psicólogo rindo)

- Quer saber! Eu fumo maconha todo dia. Ô coisa boa! A branquinha também é uma delícia, mas é perigosa, além de quebrar o cara. Tô falando para o senhor por que o senhor é gente boa e sei que não vai "cabuetar" nós para a justiça. Não vai colocar isso aí no relatório não né?

- Não se preocupe. Gosto de ouvir suas histórias. Você é um cara divertido, descolado. Em relação ao uso de drogas, tenho obrigação de lhe alertar sobre os

efeitos negativos, mas não estou aqui para te julgar, só gostaria que continuasse sendo sincero comigo para poder te ajudar. (responde mais uma vez o psicólogo)

- Ta vendo! Eu disse a vocês. Ele é de nós! (comemora o adolescente)

*- Acho melhor voltarmos a nossa atividade, estávamos falando sobre violência contra mulher, não é isso? (*psicólogo sente-se intimidado com a presença da coordenação)

É possível visualizar neste relato como os adolescentes que cumprem medida socioeducativa acabam respondendo as demandas jurídicas-assistencialistas através de comportamentos que vez ou outra burlam as regras instituídas. O que os motivam a produzirem tais devolutivas não deve ser a gênese dessas problematizações, na tentativa de um distanciamento da concepção de um indivíduo psicologizado. Porém, no que diz respeito as estratégias de governo das condutas, pode-se discutir tais resistências à obediência através da dissidência produzida pela juventude frete aos mecanismos de controle e estatização dos corpos (FOUCAULT, 2006).

No campo de forças, onde as relações de poder/saber operam em grande parte em função dos discursos/práticas instituídos, os comportamentos "indisciplinados" são vistos pelos operadores de políticas públicas como formas de tirar a autoridade dos técnicos e/ou coordenação. Quando se parte da perspectiva dos processos de resistência, tais comportamentos podem ser analisados enquanto estratégias díspares de estremecimento dos processos de governamentalidade.

Quando os adolescentes "tiram onda" com o serviço, muitas vezes estão sinalizando que apesar de estarem submetidos a um sistema que administra sua vida através de protocolos jurídicos institucionais (e de terem "consciência" disso) não vão aceitar tais imposições de forma tão simples. A impertinência surge enquanto forma de romper com o poder hegemônico e de alguma forma quebrar com expectativas que a própria instituição espera deles[29] (apesar de existir uma variação dessas expectativas).

[29] Por se tratarem de adolescentes que cumprem uma medida mais "branda" no que se refere as medidas socioeducativas previstas pelo ECA, muitas vezes espera-se, por parte da equipe técnica, que estes adolescentes tenham um maior cumprimento e respeito perante às regras institucionais. O operador presenciou durante sua estadia, a incansável tentativa de "reforço" aos grupos que respondiam os quesitos institucionais (cumprimento de horário e tarefas) enquanto os grupos "inquietos" e onde tinham adolescentes com um histórico jurídico "pesado", posturas repressivas na tentativa de silenciá-los.

As formas de produzir resistência são bastante singulares, levando em consideração a forma como os processos de sujeição estão imbricados com os aspectos socioculturais da vida de cada adolescente. Por isso que enquanto alguns silenciam[30], outros causam baderna, mobiliza o grupo a descumprir regras institucionais ou, ainda, revoltam-se com a equipe técnica e/ou coordenação. Está aí a importância de se destacar a influência dos processos disciplinares nas discussões sobre a "juventude transviada"[31], pois é através da instauração dos mecanismos de disciplinarização e docilização dos corpos que as estratégias de governamentalidade, enquanto política de controle, irão se sustentar.

Durante o período em que estão na instituição as atividades são distribuídas de acordo com a disponibilidade da equipe. Mas tudo tem a sua hora cronometrada e quando algo foge do script e não se tem uma "carta na manga" em termos de atividade, todos ficam em tensão (equipe, coordenação e adolescentes) pois o tempo deve ser preenchido e caso não seja, precisa, fundamentalmente, ser cumprido. Ou seja, mesmo que não haja nenhuma atividade para o grupo, os adolescentes são obrigados a permanecerem na instituição até o horário determinado para cumprirem a carga horária.

Embora não se trate de uma medida de privação de liberdade, como é o caso dos adolescentes que tem por destino espaços de detenção como a FEBEM - em Sergipe possui o Centro de Atendimento ao Menor (CENAM) onde adolescentes que cumprem atos infracionais mais graves são enviados – o CREAS adquire características de controle, vigilância que colocam a equipe como operadores de técnicas onde não é necessário o uso da força para obrigar o adolescente ao bom comportamento, mas técnicas "para assegurar a ordenação das multiplicidades humanas." (p.210).

Goffman (1974), em Manicômios, Prisões e Conventos narra como em espaços que o autor nomeia de "instituições totais" a disciplina se exerce sob o indivíduo internado. Em diversas instituições os indivíduos confinados perdem sua identidade pois se tornam apenas números, além de outras consequências como o isolamento

[30] O silencio nem sempre é interpretado como estratégia de resistência.

[31] Referente ao filme *Rebel Without a Cause* (1955) do cineasta Nicholas Ray. O filme faz uma crítica ao modelo de comportamento do adolescente burguês norte-americano onde os personagens transitam entre conflitos sociais e familiares. O enredo se desenrola através do romance entre Jim Stark e Judy e acontecimentos que vão ocorrendo em suas vidas pelas inúmeras condutas "problemáticas", traz uma importância contribuição na discussão sobre a impertinência enquanto estratégia de resistência aos processos de sujeição e que me despertou durante o desenvolvimento desta temática a importância de reconhecer e fazer emergir tais discursos/práticas.

social que tem como um dos objetivos proteger este indivíduo de uma parcela da população.

Pensar sobre as técnicas disciplinares expostas por Foucault e trazendo para o campo da proteção social especial - no que concerne aos adolescentes assistidos - uma leitura crítica de como Goffman (2010) descreve o dia-a-dia de um internado, é possível problematizar a realidade dos adolescentes que estão sob tutela judicial no CREAS.

Embora os adolescentes de medidas socioeducativas não estejam encarcerados, pois tem sua liberdade parcialmente preservada, estão sob efeito de um controle jurídico efetivado pelo Estado em nome de uma garantia de direitos que se aproxima de uma mortificação do eu[32]. Isso ocorre, por exemplo, quando as atividades socioeducativas são pensadas em torno de um quantitativo de adolescentes. Importa quantos indivíduos frequentam o grupo, quantos precisam comer por dia de atividade.

O isolamento social dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida não se dá em quatro paredes como acontece com os internados das instituições totais, mas ocorre nas recusas das ofertas de emprego por terem passado pela instituição, pelos desvios de olhares nos passeios em ambientes compostos principalmente por integrantes de média e alta classe social, na resistência nas matrículas escolares (pois são encarados como alunos problemas) e, sobretudo, em toda uma esfera discursiva que nega sua existência como sujeito pertencente a uma sociedade.

Mesmo antes de ser “disciplinado”[33], o adolescente já chega à instituição por sofrer um processo de exclusão, afinal, as políticas públicas de assistência social no Brasil para estes adolescentes partem da premissa que já são vulneráveis socialmente, ou seja, são indivíduos que já vem carregados de estigmas sociais e, portanto, são indivíduos que caso não passem por um processo socioeducativos,

[32] Termo utilizado por Goffman (2010) para descrever o processo onde o interno se despersonaliza, ou seja, todas suas antigas referências de sujeito deixam de existir para dar lugar a uma única identidade – que se caracteriza, nesse entendimento, por uma não-identidade – a do internado. Esse processo só ocorre em sujeitos que estão privados de liberdade, portanto a análise proposta aqui diz respeito somente a uma tentativa de aproximação com alguns efeitos da despersonalização do eu, que ocorre em menor grau (e diferentemente) com sujeitos que possuem contato com o mundo externo.

[33] Disciplina nesta oração está se referindo ao processo de adaptação as regras institucionais.

podem transgredir a lei novamente, oferecendo maior risco ao restante da população.

Muitos desses adolescentes já frequentaram a proteção básica, os CRAS do município, o que mostra que a estratégia de prevenção de riscos sociais e de violação de direito através do “fortalecimento de vínculo” não surtiu o efeito desejado, caso contrário, não teriam transgredido a lei. Esse é o entendimento que as políticas de assistência têm como direcionamento para construção de sua estratégia biopolítica. É preciso mapear as famílias vulneráveis, dar assistência aos componentes destas famílias, fazer os devidos acompanhamentos e encaminhamentos para evitar que os direitos fundamentais sejam violados.

O que ocorre, paradoxalmente, é que além de sofrerem um forte processo de disciplinarização dentro da instituição, estes adolescentes e suas famílias já estão “com seus direitos violados”, se entendermos aqui direito não a partir de uma perspectiva dos diretos humanos naturais, fundamentados por instituições como a Organização das Noções Unidas (ONU), mas através de uma leitura crítica onde o ordenamento legal através dos processos de unificação utiliza um conjunto de instituições para ditar que é preciso cumprir ordens, é preciso ter a liberdade vigiada em nome de uma segurança, é preciso, fundamentalmente, obedecer.

Essa política é fundamental para entender como são desenvolvidas as estratégias de cunho socioassistencial, especialmente no que diz respeito a prevenção de risco social. Segundo o MDS (2011) o conceito de risco social está relacionado com a probabilidade de um evento acontecer no percurso de vida de um indivíduo e/ou grupo, podendo, portanto, atingir qualquer cidadão. Dessa forma, as situações de vulnerabilidades sociais podem culminar em riscos pessoais e sociais, devido às dificuldades de reunir condições para preveni-los ou enfrentá-los, assim, “as sequelas podem ser mais ampliadas para uns do que para outros” (SPOSATI, 2001).

Na política de proteção social especial a construção de estratégias de enfrentamento parte, primeiramente, da análise do território. É preciso conhecer bem onde o adolescente mora, se é uma zona de altos índices de violência, como ocorre a distribuição de renda por famílias na região. Esse trabalho não só de controle, mas também estatístico demonstra de que forma as relações de poder entre Estado-cidadão se sobrepõe de tal forma no social que carregam consigo a própria relação

de dominação-submissão que as relações de poder hegemônicas exercem sobre indivíduos de uma população.

É sob o discurso da proteção dos ricos sociais que os adolescentes assistidos pela proteção especial são submetidos a protocolos institucionais que estão no exercício da produção de determinados modos de juventude. Dentro deste esquema ideal de infância e juventude ferramentas socioassistenciais pautadas no neoliberalismo são incentivadas e vistas como única alternativa para os adolescentes “problemáticos”. A disputa para conseguir uma vaga nos programas como PRONATEC mostra que a busca por um lugar no mercado de trabalho não responde somente as demais socioeconômicas, mas também a um tipo de governamentalidade que dirige os corpos a aptidão, a aderência aos processos disciplinares e de segurança dos quais os processos de resistência surgem vez ou outra mas que não são compreendidos enquanto processos singulares que na prática institucional podem potencializar discursos/práticas que tolerem, mesmo que minimamente, a pluralidade.

CONFIGURAÇÕES POLÍTICAS EM TEMPO DE ELEIÇÃO NA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

SORRISOS EM TROCA DE VOTOS

Tudo estava a postos. Panfletos, cartazes, carro de som, camisas e bandeiras e até um ensaio em coro para acompanhar a música da candidata a deputada estadual que estava dando suporte ao gestor local. Ao passar pelo local tive a impressão de que iria ocorrer um comício, daqueles típicos de eleição para prefeito, só faltava o palanque, mas pela quantidade de pessoas reunidas e carros estacionados era possível imaginar que não se tratava de uma simples passeata

- Ei, dê uma olhada no seu celular, tem várias mensagens no grupo da assistência ordenando que participemos da caminhada que vai acontecer hoje às 18 horas, depois do nosso expediente. Estou tão cansada, mas você sabe né, contratado tem que comer calado. (relatou o colega de trabalho).

- Nossa! Isso é um absurdo, sempre foi assim? (voz do técnico)

- Sempre! E já foi muito pior. Antigamente nós éramos obrigados a estar em todos os eventos e caso não fossemos sofríamos eterna perseguição. Agora está um pouco melhor, precisamos ir na grande maioria, mas as vezes podemos justificar com alguma doença ou algo do tipo. (retrucou o colega de trabalho).

- Então tá! Estou me arrumando e vamos para essa passeata. Isso é um absurdo. Somos profissionais, técnicos e não políticos. (respondeu o técnico)

- Mas você não entende. Temos que trabalhar em prol da gestão. É assim que o jogo funciona. Afinal, podemos ser jogados na rua a qualquer momento. O contrato é um vínculo muito frágil. Como vivo há muito tempo na cidade, sei do que estou falando. (relembrou o colega de trabalho).

Um pouco atrasado encontrei com o colega de trabalho e ficamos esperando a partida para andar pelos bairros importantes da cidade em busca de conquistar o eleitorado. Os comentários entre os participantes eram de revolta, a maioria parecida desmotivado e cansaço, enquanto uma pequena parcela fazia questão de estar ao redor do gestor e seus assessores.

- Rebanho de puxa saco! (resmungou um participante)

Risos foram soltos e comentários concordando com a afirmação verbalizada. Apesar do sentimento de revolta, todos estavam postos para se for preciso gritar ou

levar "xinga" dos opositores com receio de perderem seus empregos (mesmo estando ciente que isso poderia acontecer a qualquer momento).

Iniciamos a caminhada, que mais parecia inicialmente uma procissão. A secretária de assistência social (por ocupar um cargo de indicação política da própria deputada que estava tentando se reeleger) acabou animando os participantes e aos poucos a maioria estava distribuindo panfletos, distribuindo sorrisos em troca de votos. A sensação que tinha é que estava em uma campanha publicitária coletiva. E tive que fazer o jogo deles, mesmo não concordando com o fato de usar a própria máquina para garantir apoio político. Mas no final uma palavra de consolo (ou revolta):

- Não adianta reclamar. É assim e pronto!

XXXXX

Meados de Agosto de 2014 e o cenário na Secretaria de Assistência Social começa a modificar em decorrência da campanha eleitoral para eleição de deputados estaduais, federais, senador, governador e para presidente da república. Como trabalhador do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) na posição de técnico do Centro de Referência de Assistência Social (CREAS) foi possível visualizar diversas mudanças na forma como era realizado os serviços do equipamento.

Os diversos equipamentos da Assistência Social são regulamentados pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), segundo o qual "a divisão de responsabilidades entre os entes federativos (federal, estadual, Distrito Federal e municipal) para instalar, regular, manter e expandir as ações de assistência social como dever de Estado e direito do cidadão no território nacional" e "orienta-se pela unidade de propósitos, principalmente quanto ao alcance de direitos pelos usuários". A partir destes fundamentos na Assistência Social, conclui-se que as ações do CREAS, instituição subordinada a esta legislação (SUAS), deve ser pautada nas demandas da comunidade e a instituição deve ter autonomia para a realização destas. No entanto, a prefeitura utiliza das ações como estratégia política, como ver-se-á adiante (BRASIL, 2011).

O CREAS deste interior de Sergipe funciona como política pública de abrangência municipal e regional que sua vez fica subordinado ao órgão da Secretaria de Assistência Social e posteriormente a prefeitura Municipal. Esse encadeamento hierárquico ocorre de forma mais unilateral do que deveria, ou seja, as ações realizadas pelos equipamentos da assistência social são ações extremamente ligadas ao interesse maior da prefeitura municipal ao contrário do que preconiza as normativas e legislações que norteiam o trabalho a ser desenvolvido pelos equipamentos, a exemplo da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), o próprio SUAS, Sistema Nacional de medidas Socioeducativas (SINASE), dentre outras.

Concomitante às campanhas eleitorais e ao exercício diário da política de proteção especial, durante as aulas da disciplina Antropologia Política (está vinculada ao núcleo de pós-graduação de Antropologia) na Universidade Federal de Sergipe (UFS) entrei em contato com diversos autores que possibilitou uma reflexão crítica a respeito do cenário ao qual estava imerso. Dentre os autores debatidos em sala de aula a escolha pelos textos de Pierre Bourdieu decorreu pela aproximação já iniciada no núcleo de pesquisa do qual frequentava como membro do mestrado de psicologia social.

Em meados de 1970, Pierre Bourdieu já iniciava a discorrer a respeito do conceito de campo, ainda sem se remeter especificamente ao campo político, o autor preparava o terreno para o que posteriormente se tornou uma discussão mais calorosa das características particulares do campo político. Dessa forma, a importância do entendimento prévio do conceito de campo se dá na medida em que o autor traz para luz uma definição mais ampla de campo (seja ele qual for o campo) não como um espaço geográfico, mas sim de relações sociais que possui uma tendência a uma relativa autonomia em relação aos demais campos, composto por seus respectivos agentes.

Sendo o campo um espaço de relações sociais, ele possui características particulares de ingressão, permanência e exclusão. A característica do campo de ser *relativamente* autônomo diz respeito ao fato de que embora os agentes que compõe o campo utilizem determinadas ferramentas que só funcionam naquele contexto, os campos estão ao mesmo tempo dialogando com outros campos e subordinado ao que Bourdieu (1992) nomeia de macrocosmo social (uma instância que abrange todos os campos). Todo campo define as condições de jogo, quais as estratégias

aceitas e o que pode ou não ser feito no campo. Também é possível entender o campo como uma distribuição de regras particulares do jogo que nele se desenvolve. Essas regras não são neutras e acabam gerando desigualdades. Dessa forma, o campo é um espaço de luta para definição das regras legítimas do jogo que nele acontece.

O Campo político funciona, dessa forma, de forma peculiar pois determina quem está apto para participar, quais as condições sociais de acesso e como funciona o jogo político. Isso implica dizer que existem características do campo político que somente um profissional da política possui acesso ou sabe como “jogar”, pois, requer um conjunto específico de tecnologias e aptidões que automaticamente exclui do jogo aqueles que não detém as qualidades necessárias para transitar no microcosmo político.

Com esse entendimento de campo político e ao mesmo tempo vivenciando o exercício técnico como trabalhador da assistência social em tempos de campanha eleitoral comecei a visualizar determinadas características peculiares da forma como a política era exercida no município em questão. Entretanto, é importante destacar que, apesar de ser um recorte de uma situação que ocorreu no decorrer de três meses (tempo relativo ao início da campanha eleitoral e finalização dos resultados das urnas), não se pode resumir o contexto político do município a este recorte, mas de toda forma as configurações do campo político local e suas relações de força emergiam numa magnitude que possibilitou a observação dos agentes e as práticas desenvolvidas no jogo político naquele momento.

No CREAS, as ações devem ser desenvolvidas com prioridade para com os usuários do equipamento, a saber, sujeitos que tiveram seus direitos violados e necessitam de medidas protetivas e/ou acompanhamento psicossocial para reestruturar suas vidas além de serviços que proporcionem a autonomia dos sujeitos, a reinserção no contexto familiar e social. Assim diz o protocolo institucional:

> A Proteção Social Especial (PSE) organiza a oferta de serviços, programas e projetos de caráter especializado, que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, o fortalecimento de potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de risco pessoal e social, por violação de direitos. Na organização das ações de PSE é preciso entender que o contexto socioeconômico, político, histórico e cultural pode incidir sobre as relações familiares, comunitárias e sociais, gerando conflitos, tensões e

> rupturas, demandando, assim, trabalho social especializado. (BRASIL, 2011)

Entretanto, no decorrer das eleições, foi possível observar uma mudança no que diz respeito ao objetivo principal dos eventos e ações desenvolvidas pelo equipamento.

Primeiramente, destaca-se a necessidade permanente de vinculação com a prefeitura municipal, mesmo quando o evento era financiado com dinheiro do governo federal ou estadual. Naquele momento o que parecia estar em jogo era levar o nome da prefeitura para todos os eventos a fim de divulgá-lo como exclusividade da Prefeitura. Outro fator diz respeito ao fato das ações serem distribuídas de forma vertical, ou seja, o saber técnico subordinado a pretensões eleitorais, visto que, o objetivo agora era dar visibilidade a determinado grupo político para reunir força eleitoral suficiente para ganhar as eleições.

Segundo Bourdieu (1992), a configuração dos agentes políticos pode mudar conforme mude as regras do jogo e é nesse contexto que de forma inesperada os próprios técnicos de referência da assistência se tornam novos agentes do jogo político local na medida em que a competência técnica ao realizar ações de visibilidade eleitoral torna-se mecanismo para atingir novos eleitores a favor do seguimento eleitoral em concordância com a posição política da gestão atual.

Outras medidas ocorriam concomitantemente como as mudanças de cargos de chefia, especialmente a ingressão de nova administração na Secretaria de Assistência em decorrência de acordos políticos temporários na perspectiva de “troca de favores”, de forma a mudar drasticamente a dinâmica das relações interpessoais dos trabalhadores da assistência social. A mudança de administração também refletia o quadro pré-eleitoral de forma a reforçar as ações desenvolvidas que partia da perspectiva de dar visibilidade a gestão municipal. Nesse período foram realizadas campanhas, passeatas que deveriam ter como prioridade a efetivação de medidas socioassistenciais, mas que na realidade teve como preocupação maior atingir uma nova parcela do eleitorado.

Ainda no que diz respeito a esse aspecto foi possível observar um fenômeno interessante na medida em que os usuários do serviço passaram a fazer parte do jogo político, apesar de uma forma passiva, e em contrapartida, os técnicos passaram a atuar ativamente no processo eleitoral. A competência técnica para elaboração de atividades socioassistenciais passou a adquirir uma competência

“extra”, ou seja, os técnicos da Secretaria da Assistência possuíam neste momento a capacidade de através do seu ofício abarcar um maior número de eleitores possíveis para os candidatos apoiados pela prefeitura municipal. Trata-se, portanto, de dar voz a uma parcela que anteriormente não possui competência para entrar no jogo político. Nesse sentido, toda uma estratégia de captação de eleitores foi movimentada através principalmente do próprio serviço obrigatório desenvolvido pelos equipamentos (CRAS, CREAS, CadÚnico) e efetivado pelos técnicos, agora não somente técnicos socioassistenciais, mas técnicos políticos de caráter temporário.

Diversas reuniões foram realizadas no sentido de convocar os trabalhadores do SUAS para divulgação partidária chegando inclusive a fechar temporariamente os equipamentos em decorrência de apoio político. Apesar de saber que exigir dos funcionários a participação em campanha eleitoral era ilegal, a impressão que ficava nos encontros realizados era que não havia uma maior preocupação em relação a esta questão, pois o discurso utilizado possuía uma faixada que não deixava transparecer totalmente que a participação na campanha eleitoral era obrigatória, mas na realidade a sensação comum entre os trabalhadores era de uma extrema pressão para que as metas partidárias fossem atingidas. Dentre os momentos em que pôde-se sentir efetivamente esta pressão, destaca-se as diversas mensagens via celular de cunho imperativo, que criava uma atmosfera de medo e revolta por parte dos trabalhadores.

Para quem participa do jogo político não basta atender a demanda daquele que o elege como chefia, mas posicionar-se de acordo com outros agentes do campo político. No quadro eleitoral do município foi possível observar acordos políticos entre candidatos que tiveram uma história de rivalidade e que no momento da campanha eleitoral uniram-se por um objetivo comum. Era comum ouvir comentários entre os usuários dos serviços que eles não entendiam como isso tinha ocorrido, a sensação era de estranhamento em geral. Sobre quais expectativas um líder político tem que responder Bourdieu (1992) já sinaliza

> Responder as expectativas da população em geral, ou mesmo da categoria que lhe deu voz, que o designou como mandatário, mas por referência ao que outros no campo dizem ou não dizem, fazem ou não fazem, para diferenciar-se ou, ao contrário, apropriar-se de posições que possam ameaçar a aparência de representação que ele possa ter. (p.199)

Por fim, cabe ressaltar que todo o cenário da política local do município deve ser compreendido a partir de uma perspectiva histórica, incluindo a configuração dos anteriores processos eleitorais, mas este trabalho utilizou o recorte entre agosto e outubro de 2014 como ferramenta para compreender a perspectiva da campanha política realizada pela prefeitura municipal e de forma este período possibilitou um intercâmbio com a perspectiva teórica de Campo Político de Pierre Bordieu.

A trajetória de análise da conjuntura política foi bastante enriquecedora do ponto de vista da pesquisa, pois possibilitou enxergar de que forma os agentes políticos naquele contexto se posicionavam de acordo com as exigências das circunstâncias temporárias, assim como o entendimento de como novos atores entraram em cena e outros serviram de moeda.

REFERÊNCIAS

AMADO, Jorge. *Capitães da areia*. 103 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

BAREMBLITT, Gregorio F. *Compêndio de Análise Institucional e outras correntes*: teoria e prática. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 2002.

BARROS, José D'Assunção. Historia, Espaço e Tempo: interações necessárias. *Varia história,* Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 461-463, Jul/Dez. 2006.

BENEVIDES, Regina. A psicologia e o sistema único de saúde: quais interfaces?, *Psicologia & Sociedade*, v. 17, n. 2, p. 21-25, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1992 (Coleção Memória e Sociedade).

BUTELLI, Felipe G. K. Ritos e igualdade de gênero: uma análise da potencialidade de construção de (des)igualdade de gênero nos ritos. *Horizonte*. v. 6, n. 12. Belo Horizonte, MG, p.127-143*,* 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. *Norma Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/Suas)*. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. *Orientações Técnicas*: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. *Política Nacional de Assistência Social.* Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. *Tereza Campello destaca avanços do Bolsa Família nos últimos 12 anos*. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/10/tereza-campello-destaca-avancos-do-bolsa-familia-nos-ultimos-12-anos>. Acesso em: 25 de maio de 2015.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 2011.

CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault*: um percurso pelos seus temas, conceitos e atores. 2 ed. Belo Horizonte: Autência, 2016.

CASTRO, Eduardo Vieira. *Posfácio*. In: CLASTRES, Pierre. Arqueologia da violência. São Paulo: Cosac & Naify, 2014. p.299-366.

CHALMERS, Alan F. *O que é a Ciência afinal?* São Paulo: Brasiliense, 1993.

CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da violência*: pesquisas em antropologia política. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

CUNHA, Julio. A. C.; RIBEIRO, Evandro. M. S. A Etnografia como Estratégia de Pesquisa Interdisciplinar para os Estudos Organizacionais. *Qualit@s*, v. 9, p. 1-17, 2010.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças; NASCIMENTO, Maria Lívia do. *Sobreimplicação:* práticas de esvaziamento político. In*:* ARANTES, Esther M. Maria; NASCIMENTO, Maria Lívia; FONSECA, Tânia Mara Galli. (Orgs). Práticas Psi Inventando a vida. Niterói: EdUFF, 2007.

COMTE, Auguste. *Curso da filosofia política*. In: La Science Sociale. França: Gallimard, 1972.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Trad. Claudia Sant' Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2013.

DESCARTES, René. *Discurso do método*. Trad. Maria Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. 3 ed. Rio de Janeiro: Edições GRALL, 1980.

FEBVRE, Lucien. Profissões de fé à hora da partida. *Combates pela história.* Lisboa: Editorial Presença, Lda. 1989.

FEYERABEND, Paul. *Contra o Método*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1977.

FEYERABEND, Paul. *Adeus à razão.* Lisboa: Edições 70, 1991.

FLORES, Diego Pereira. *Penas e medidas alternativas*: o brilho de uma pérola à sombra da prisão. In: COIMBRA, Cecília. Pivetes: Encontros entre a Psicologia e o Judiciário. Curitiba: Juruá, 2013. p. 93-98.

FOUCAULT por ele mesmo. Direção: Calderon. Montagem: Christian Billette. França: BFC Productions, 2003. Documentário, 61 minutos. Título original: *Foucault*

Par Lui-mêm. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Xkn31sjh4To>. Acesso em: 14 de novembro de 2015.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber.* 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FOUCAULT, Michel. *A História da Loucura na Idade Clássica* (1961). 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.

FOUCAULT, Michel. *A História da sexualidade*: a vontade de saber (1988). Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011.

FOUCAULT, Michel. *A Sociedade Punitiva*: Curso no Collège de France (1972-1973). São Paulo: Martins Fontes, 2014.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2003.

FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*: Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Interview with Lucette Finas*. In: MORRIS; M.; PATTON P. (Ends). Michel Foucault: power, truth and strategy. Sidney: Federal Publications, 1980.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins, 2008a.

FOUCAULT, Michel. Poder e Saber. In: MOTTA, Manoel Barros da. Estratégia, poder-saber . Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006 (Coleção Ditos & Escritos Volume IV).

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território e população*: Curso no Collège de France. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes. 2009.

FREUD, Sigmund. Lembranças Encobridoras. In: FREUD, S. Primeiras Publicações Psicanalíticas (1893 – 1899) – Volume III. Rio de Janeiro: Imago, 2006. p.287-304.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolíticas: cartografias do desejo*. 11 ed. Petrópolis: Vozes 1996.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2010.

GOODY, Jack. *O roubo da história: como os ocidentais se apropriaram das ideias e invenções do Oriente.* São Paulo: Ed. Contexto, 2008.

GROSS, Frédéric (org). *Foucault*: a coragem de verdade. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

HOBBES, Thomas. *Leviatã*: ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil. São Paulo: Abril, 1974.

HÜNING, Simone Maria; GUARESCHI, Neusa Maria de Fátima. Efeito Foucault: desacomodar a psicologia. *In.*: HÜNING, S; GUARESCHI, N (Orgs.). Foucault e a Psicologia. Porto Alegre: Abrapso Sul, 2005. p. 107-127.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1983.

ILDEFONSE, Frédèrique. *Sobre a etnografia*. In: MENDONÇA F., Manoel; FERRERI, Marcelo A. (eds.). Intistucionalizações e cotidiano: Formas e intensidades no enfrentamento do comum. São Cristóvão: UFS, 2010, p.13-37.

KUHN, S. Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. 9 ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

KUSCHNIR, Karina. Antropologia e política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais, 22*(64), 163-167, Nov. 2007/2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092007000200014&lng=en&tlng=pt. 10.1590/S0102-69092007000200014>. Acesso em: 05 de junho de 2016.

LAPLANTINE, François. *A descrição etnográfica.* Trad. João M. R Coelho e Sergio Coelho. São Paulo: Terceira Margem, 1943.

LAZZARATO, Maurizio. *As Revoluções do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LOURAU, René. *René Lourau na UERJ: Análise institucional e práticas de pesquisa*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1993.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Trad. Jesus J. RanieriSão Paulo: Boitempo, 2004.

MENDONÇA FILHO, Manoel; MONTEIRO, Ana Cecília Coimbra. Estado democrático de direito e políticas públicas: estatal é necessariamente público. *Psicologia & Sociedade*, v. 18, n. 2, p. 7-12, 2006.

MILL, John Stuart. *A Lógica das ciências morais*. Trad. Alexandre Braga Massella São Paulo: Iluminuras, 1999.

MONTEIRO, Ana; COIMBRA, Cecília; MENDONCA FILHO, Manoel. Estado democrático de direito e políticas públicas: estatal é necessariamente público?. *Psicologia Social,* Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 7-12, Aug. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822006000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 de junho de 2016.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. *Multidão*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005.

NIETZSCHE, Friedrich. *Além do bem e do mal* – Prelúdio de uma filosofia do futuro. Trad. Paulo César de Souza. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras,1992.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. *Psicologia: teoria e pesquisa*, v. 16, n. 1, p. 71-79, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/ptp/v16n1/4390.pdf>. Acesso em: 07 de Maio de 2015.

PESSOA, Fernando. *Livro do desassossego*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

PIAGET, Jean; INHELDER, Bärbel. *A psicologia da criança*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O Coronelismo numa Interpretação Sociológica*. In: FAUSTO, Boris. (org.). História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III, vol. 1. São Paulo: Difel, 1975.

REBEL Without a Cause. Direção: Nicholas Ray. Produção: David Weisbart. United States: Warner Bros, 1955. Pictures. 111 min. Formato: 16 mm.

REVEL, Judith. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. São Paulo: Claraluz, 2005.

ROSE, Nikolas. *Inventando nossos selfs*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2011.

SPOSATI, Aldaíza. Desafios para fazer avançar a política de Assistência Social no Brasil. *Serviço Social & Sociedade. Assistência e proteção social,* n. 68, ano XXII, São Paulo: Cortez, 2001, p. 54-82.

STRAUSS, LEVI. *Tristes trópicos.* São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1995.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. *Mundos paralelos, até quando?* Os psicólogos e o campo de saúde mental pública no Brasil nas duas últimas décadas. Rio de Janeiro: Menemosine, 2004.

VEYNE, Paul. *Foucault*: seu pensamento, sua pessoa. Trad. Marcelo Jacques de Morais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

WINSLOW, C.-E. A. The untilled fields of public health. *Science*, v. 51, n. 1306, p.22-36.